



**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM ENSINO DE CIÊNCIAS**



ANDRÉ LAURO PIRES GALVÃO

**FAVELA PINHEIRINHO
POLÍTICAS PÚBLICAS & DESENVOLVIMENTO LOCAL
INDICADORES SOCIOECONÔMICOS NA GESTÃO PÚBLICA
MONOGRAFIA E UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - SP**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

CURITIBA

2012

ANDRÉ LAURO PIRES GALVÃO

**FAVELA PINHEIRINHO:
POLÍTICAS PÚBLICAS & DESENVOLVIMENTO LOCAL
INDICADORES SOCIOECONÔMICOS NA GESTÃO PÚBLICA
MONOGRAFIA E UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS – SP
O QUE UMA DECISÃO JURÍDICA ERRADA E NÃO PLANEJADA
COM ANTECEDÊNCIA PODE CAUSAR COM UMA CIDADE E
SUAS POLÍTICAS PÚBLICAS**

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Especialista na Pós Graduação em Ensino de Ciências, em Gestão Pública Municipal, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR – *Campus Curitiba* – PR.

EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA

Orientador(a): Prof^o. Dr. Christian Luiz da Silva

Aluno: André Lauro Pires Galvão

CURITIBA

2012



TERMO DE APROVAÇÃO

Favela Pinheirinho: Políticas Públicas e Desenvolvimento Local
Indicadores Socioeconômicos na Gestão Pública – Estudo de Caso no
Município de São José dos Campos - SP

Por

André Lauro Pires Galvão

Esta monografia foi apresentada à 13:30h do dia **06 de dezembro de 2012** como requisitos parcial para a obtenção do título de Especialista no Curso de Gestão Pública, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, *Campus* São José dos Campos. O candidato foi argüido pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho.....

Prof.^o *Dr. Christian Luiz da Silva*
UTFPR – *Campus* Curitiba
(orientador)

Prof. Dra.
Banca

Dedico a “Deus”, aos familiares, esposa, filha e amigos que me ajudaram e incentivaram nesta Monografia, à minha mãe, irmãos e em especial à Memória de meu pai: Mário Leme Galvão, já falecido e aos amigos: Fernando Petiti, Claude Mary Moura, Cris e Leonor. Aos amigos da UTFPR – em especial aos professores: Prof. Fernando Barros e Prof. Antônio e ao meu Orientador Prof. Dr. Christian.

AGRADECIMENTOS

Em 2008, eu e minha esposa perdemos o emprego na aviação, a empresa aérea em que trabalhávamos, pediu concordata e a única coisa que nos consolava na época era o nascimento de nossa filha, mesmo coincidindo com o falecimento de meu pai. Com este acontecimento voltei ao *metié* político de São José dos Campos – SP e retornei ao PSDB após dezesseis anos de ausência e em São Paulo, revi novamente muitos amigos da política.

Arrumei um emprego na política municipal, Orientador Pedagógico Profissional, CEPHAS; tudo isso foi graças ao meu amigo e vereador, Fernando Petiti e sua esposa Nara. Hoje estou aqui escrevendo minha Monografia e trabalhando à cinco anos em um emprego público, o que me motivou a me especializar na área pública. Após muitas noites sem dormir, estudando e pensando em minha dissertação, hoje já em fase de finalização.

Para tanto gostaria de agradecer a minha mãe que ficou muitas vezes com a minha filha, por tanta falta de tempo e principalmente pelo caráter que me proporcionou; ao meu pai já falecido e que me ajudou a conquistar a minha primeira formação profissional, Relações Públicas, ao apoio e incentivo de meus irmãos um advogado e outro publicitário, agradeço a minha esposa Vanessa pela paciência e pelas noites em claro que passei estudando.

Aos amigos que me incentivaram a estudar, a retornar e continuar na política; aos professores e funcionários da UTFPR e em especial ao coordenador do curso e ao tutor, agradeço ao meu Orientador Christian, pelo carinho e paciência, pois estamos sem tempo para respirar, sendo este ano, ano eleitoral o que complica muito as coisas até novembro, por isso a nossa grande preocupação em conquistarmos o diploma da UTFPR.

“Se você acha que és nada, serás nada, mais se você acha que podes tudo, terás tudo. Pois o cérebro é que comanda tudo, principalmente o positivismo”.

Autor: Prof. Alberto - SJC - SP

RESUMO

GALVÃO, André Lauro Pires. Favela Pinheirinho: Políticas Públicas e Desenvolvimento Local – Indicadores Socioeconômicos na Gestão Pública – Estudo de Caso no Município de São José dos Campos – SP 2012. 210 páginas. Monografia (Especialização em Gestão Pública Municipal). UTFPR - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

A justiça é uma causa legal onde verificamos que só o DIREITO é que pode dar ao homem o poder de correr atrás de seus direitos materiais, sentimentais, ou imateriais. Justiça é uma colocação feita e criada pela sociedade onde através do DIREITO busca-se o bem comum e a paz entre os “homens”, por um pacto social ético, tentando acabar com todas as condutas contrárias à ordem e ao bem comum. Muitos se usando de preceitos legais tentam burlar a sociedade e a vida, visando só os seus interesses. Estes passam feito uma betoneira, principalmente quando estão sob. Forte influência de terceiros. Inconscientemente perde seu mais puro caráter e sua ética, mostrando terroristicamente seu mais negro lado, perdendo cronologicamente o seu brilho. É através de um acordo comum estipulando o que é legal ou não, o que chamamos de “JUSTIÇA”. Sabemos que nem tudo que é legal é justo e, nem tudo o que é justo é legal. Pois o que é justo para um, pode não ser justo para outro, principalmente quando este pensamento é coletivo. É aí que entra o bom senso, os seres adultos e a ética, fazendo com que os que erram reflitam em suas atitudes, surgindo à paz e o saber condenar ou perdoar. Deveríamos refletir todas as noites com o nosso ego: independente de religião nesta mesma vida ou após a ela, mesmo que tivéssemos sido abastados, terá o nosso corpo maior valor do que o do outro? Este trabalho teve como **objetivo** um estudo sobre a reintegração de posse da favela do Pinheirinho em São José dos Campos - SP.; A falta de planejamento na ação política de desocupação do Pinheirinho em São José dos Campos e, a decisão arbitrária e desumana de uma juíza da Esfera Municipal e Estadual, que em desobediência a esfera Federal Jurídica, causou um problema político e social imenso, ao prefeito de São José dos Campos – SP.

Palavras-chave: Favela do Pinheirinho; Reintegração de posse; Arbitrariedade; Estado de Direito; Gestão Pública;

ABSTRACT

GALVÃO, André Lauro Pires. Favela Pinheirinho: Public Policies and Local Development – Sócio-Economic Indicators in Public Management – Case Study in São José dos Campos. 2012. 92 number. Monograph (Specialization in Public Management). Federal Technological University of Paraná, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

Justice is a legal cause where we find that only the LAW is that can give man the power to pursue his substantive rights, sentimental, or immaterial. Justice is a statement made by the company and created through the RIGHT where search is the common good and peace among "men" for a social ethic, trying to end all conduct contrary to the order and the common good. Many are using to try to circumvent the legal precepts society and life, seeking only their interests. These are like a mixer, especially when they are under the strong influence of others. Unconsciously loses its purest character and ethics, showing his darker side terroristic, chronologically losing its luster. It is through a joint agreement stipulating what is legal or not, what we call "JUSTICE". We know that not everything that is legal is fair, and not everything that is legal is fair. For what is right for one may not be right for another, especially when it is thought collective. This is where common sense comes beings adults and ethics, making the erring reflect on their attitudes, emerging to find peace and condemn or forgive. We should reflect every evening with our ego: regardless of religion in this very life or after it, even if we had been wealthy, our body will have greater value than the other? This work focused on the study of repossession of the Pinheirinho slum in Sao Jose dos Campos. A lack of planning in the political action of eviction of Pinheirinho in São José dos Campos - SP, and the arbitrary and inhumane decision of a judge of the Municipal and Ball State, in which the ball Federal Legal disobedience, caused an immense social and political problem, the mayor of São José dos Campos - SP.

Keywords: Favela Pinheirinho; Reintegration of possession; Arbitrariness; rule of law; Public Management;

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Vista Parcial de São José dos Campos. Observe que o relevo nas proximidades da malha urbana é predominantemente ondulado.....	31
Figura 2 Vista do Banhado	31
Figura 3 Localização da Cidade de São José dos Campos em São Paulo.....	32
Figura 4 Vista Aérea da Zona Sul de São José dos Campos - SP.....	33
Figura 5 Conjunto Habitacional Boa Vista.....	Erro! Indicador não definido.
Figura 7 Moradores do Pinheirinho fizeram escudos de tambor plástico para se preparar para a reintegração.....	65
Figura 8 Violação de Direitos Humanos na Ocupação Pinheirinho (São José dos Campos/SP) - Ação de Reintegração e Tratamento dos Despejados.....	65
Figura 9 Custo da Operação Pinheirinho	67
Figura 10 Pinheirinho - Ana Paula da Conceição - na desocupação do Pinheirinho no momento da destruição de sua casa.....	70
Figura 11 Reintegração deixa legião de desabrigados	70

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 Comparativo PPA 2010 - 2013 SJC/SP - Campos em mil R\$..... 50

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Crescimento Populacional (%+-) de SJC	35
--	----

SUMÁRIO

01 – INTRODUÇÃO	14
1.1 OBJETIVO DA PESQUISA	18
1.1.1 Objetivo Geral.....	18
1.1.2 Objetivos Específicos	18
1.2 METODOLOGIA DA PESQUISA.....	18
2 FUNDAMENTAÇÕES TEÓRICAS	21
2.1 AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE – CONCEITO JURÍDICO	21
2.3 ARBITRARIEDADE – CONCEITO	21
2.4 ESTADO DE DIREITO - CONCEITO.....	22
2.4.1 Estado de Direito - Caracterização	23
2.5 CONCEITO DE GESTÃO PÚBLICA.....	23
2.6 DEFINIÇÃO DE GESTOR PÚBLICO.....	24
2.6.1 Atribuições do Gestor Público	25
2.6.2 Perfil dos Gestores de Projetos Públicos.....	25
2.7 CONCEITO DE SOCIEDADE	27
2.8 POLÍTICA HABITACIONAL	27
3 ESTUDO DE CASO	30
3.1 DESCRIÇÃO DA CIDADE DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	30
3.2 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO	45
3.3 METAS E PRIORIDADES DOS PROJETOS SOCIAIS	46
3.3.1 Projeto Habitacional	47
3.3.3 Projeto: Construção de 20.000 Casas Populares.	48
3.4 AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE HABITAÇÃO EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS -	49
3.4.1 Desenvolvimento	50
3.5 RESULTADOS: A QUESTÃO HABITACIONAL EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	52
3.5.1 Estrutura e Atribuições.....	54
3.5.1.1 Departamento de Habitação.....	54
3.5.1.2 Departamento de Regularização	55
3.5.1.3 Assessoria de Desenvolvimento Comunitário	55
3.5.1.4 Plantas populares.....	55
3.6 POLÍTICAS HABITACIONAIS	56
3.7 HISTÓRIA DO PINHEIRINHO	59
3.8 A QUEM “PERTENCE” A ÁREA DO PINHEIRINHO	60
3.8.1 O Programa Habitacional em São José dos Campos é Ficção	60

3.8.2 A Legalização das Moradias	61
3.10 FAMÍLIAS AGUARDAM REINTEGRAÇÃO DO PINHEIRINHO – CLIMA DE TENSÃO	63
3.12 CUSTO DA OPERAÇÃO PINHEIRINHO.....	67
3.13 O QUE DEVERIA TER SIDO FEITO ANTES DA ORDEM DE INVASÃO	68
3.15 OBSTRUÇÃO DO ACESSO DAS FAMÍLIAS DESPEJADAS AOS SEUS PERTENCES.....	69
4 SUGESTÕES E RESOLUÇÕES PARA O PROBLEMA	71
4.1 PROPOSTA - O QUE TEORICAMENTE DEVERIAM TER FEITO	71
4.2 O ESTRATÉGICO MUNICIPAL E PLANO DIRETOR MUNICIPAL.....	73
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	75
6 CONCLUSÃO	77
REFERÊNCIAS.....	85
APENDICE	90
APENDICE 1: Material Original do Embasamento da Pesquisa – Autoria:	
APENDICE 2 Roteiro de entrevistas para propensa, pesquisa no caso de uma desocupação local ou em algum lugar:.....	210

01 – INTRODUÇÃO

Para começar a entender a complexidade do caso Pinheirinho e, o seu acontecimento, cabe aqui um breve relato do ocorrido: Recentemente a população do município de São José dos Campos – SP vivenciou uma cena de desocupação de uma grande área urbana sem que houvesse um planejamento prévio e um estudo acerca das necessidades da população frente à desocupação e anterior a ela, a Favela Pinheirinho.

Apesar de toda a mobilização nacional: mandatos judiciais derrubados, a luta de uma juíza a favor da desocupação da área pertencente à massa falida de uma empresa que se estabeleceram no município anos atrás, a prefeitura que procurou se manifestar de maneira tímida diante do impasse. Entre idas e vindas, políticos das diferentes esferas de governos visitaram o local: deputados federais, direção sindical (de diferentes sindicatos) e a população da área a ser desocupada que se preparavam para uma possível desocupação.

Na madrugada do dia 22 de janeiro de 2012 uma grande operação contando com homens da polícia militar, invadiram um local de moradias de pessoas (em sua maioria) trabalhadoras e pobres, que tiveram de deixar suas casas e se ver diante de um futuro incerto, sem ter pra onde ir com suas crianças. O despreparo para a operação por parte da política local, (que deveria ter previsto a necessidade de moradia para suprir a “imensa” demanda que surgiria com tal situação), levou ao caos o município.

Tudo ocorreu na manhã de um domingo, onde o fórum e os órgãos do judiciário estariam fechados, (impossibilitando desta forma qualquer derrubada da decisão judicial), permitindo assim os desmandos dos direitos humanos.

Conforme texto do Jornal “A Folha” (2012, p.3):

“Decisão judicial não se discute, cumpre-se.”
Apenas em casos corriqueiros, mas não quando
pessoas indefesas são atingidas; o direito não é
monolítico (...).”

(“Ainda o Pinheirinho”) – José Osório de Azevedo
Jr...

A ordem era, porém, inexecutável, afinal, em sete anos, a situação concreta do imóvel e sua qualificação jurídica mudaram radicalmente.

O que era um imóvel rural se tornou um bairro urbano. Foi estabelecida uma favela com vida estável, no seu desconforto. Dir-se-á que a execução da medida mostra que a ordem era executável. Na verdade, não houve mortes porque ali estava uma população pacífica, pobre e indefesa.

Ninguém duvida da executabilidade física da ordem judicial, pois todos sabem que soldados e tratores têm força física suficiente para “limpar” qualquer terreno.

Talvez, o grande e imperdoável erro do Judiciário e do Executivo, tenha sido prestigiar um direito menor do que aqueles que foram atropelados no cumprimento da ordem.

Os direitos dos credores da massa falida proprietária são meros direitos patrimoniais. Eles têm fundamento numa lei também menor, uma lei ordinária, cuja aplicação não pode contrariar preceitos expressos na Constituição (JOSÉ OSÓRIO DE AZEVEDO JR. Folha de São Paulo, 09.12.2012).

O Superior Tribunal de Justiça, em julgamento de Recurso Especial nº 75.659, oriundo do TJSP, em caso semelhante assim se pronunciou:

O direito de propriedade assegurado no art. 524 do Código Civil anterior não é absoluto, ocorrendo a sua perda em face do abandono de terrenos de loteamento que não chegou a ser concretamente implantado, e que foi paulatinamente favelizado ao longo do tempo, com a desfiguração das frações e arruamento originariamente previstos, consolidada, no local, uma nova realidade social e urbanística, consubstanciando a hipótese prevista nos arts. 589 c/c 77 e 78, da mesma lei substantiva.

O outro direito maior também em jogo neste episódio é o preceito fundamental esculpido no art. 1º, inciso III, da nossa Carta Magna, qual seja a dignidade da pessoa humana, que é um dos fundamentos da República Federativa do Brasil. Esse direito de valor maior permeia toda a ordem jurídica. Logo, o Governador do Estado deveria ter pesado isso na hora de autorizar a execução da medida judicial inexecutável.

A ordem judicial já era violenta em si, porém, mais violenta ficou ainda com truculência da polícia armada, como se fossem para uma guerra de vida ou morte. Aquela gente pacífica não resistiu. O que fez do ato de desocupação uma covardia sem precedentes.

Outro princípio constitucional foi afrontado: o da função social da propriedade. É verdade que a Constituição garante o direito de propriedade. Mas toda vez que o faz, estabelece a restrição: a propriedade deve cumprir sua função social.

Pois bem, a área em questão ficou ociosa por 14 anos, sem cumprir função social alguma. O princípio constitucional da função social da propriedade também obriga não só aos particulares, mas também a todos os Poderes e os seus dirigentes.

O próprio Tribunal de Justiça de São Paulo já consagrou esse princípio, várias vezes, inclusive em caso semelhante, em uma tentativa de recuperação da posse de uma favela. O tribunal considerou que a retomada física do imóvel favelado é inviável, pois implica uma operação cirúrgica, sem anestesia, incompatível com a natureza da ordem jurídica, que é inseparável da ordem social. Por isso, impediu a retomada. O proprietário não teve êxito no STJ (recurso especial 75.659-SP).

Tudo isso é dito por que o cidadão comum e o estudante de direito precisam saber que o direito brasileiro não é monolítico. Não é só isso que esse lamentável episódio mostrou. Julgamento e execução foram contrários ao rumo da legislação, dos julgados e da ciência do direito.

Será verdade que uma decisão tem de ser cumprida sempre? Só é verdade para os casos corriqueiros. Não para os casos gravíssimos que vão atingir diretamente muitas pessoas indefesas.

Estranha-se que o governador tenha usado o conhecido chavão segundo o qual decisão judicial não se discute, cumpre-se. Mesmo em casos menos graves, os chefes de Executivo estão habituados a descumprir decisões judiciais.

“Nas questões dos precatórios, por exemplo, são milhares de decisões judiciais definitivas não cumpridas.” (JOSÉ OSÓRIO DE AZEVEDO JR., 78, desembargador aposentado do Tribunal de Justiça de São Paulo e professor de direito civil desde 1973) ¹.

O direito tem uma função social da qual não deve se desgradar sob pena de não ser um direito justo. Uma decisão jurídica não tem que ser cumprida sempre, principalmente quando ela vai violar direitos soberanos assegurados pela Constituição Federal. E, ademais, criando uma situação gravíssima como a das pessoas que residiam no Pinheirinho.

¹ Para uma maior compreensão sobre o relato acima, o vídeo reproduzido no site YouTube (09/02/2012), nos dá uma visão mais ampla e esclarecedora sobre o fato. **Assista o vídeo:** http://www.youtube.com/watch?v=JfUuOaXdIBE&feature=player_embedded

1.1 OBJETIVO DA PESQUISA

1.1.1 Objetivo Geral

O principal objetivo deste trabalho está em analisar e identificar os motivos e as consequências da Reintegração de Possa da Favela do Pinheirinho em São José dos Campos – SP, assim como descrever as consequências causadas por esta “Desocupação Forçada”.

1.1.2 Objetivos Específicos

- Identificar Políticas Públicas do Município, voltadas para Habitação e as consequências de seu Déficit;
- Analisar o Histórico de Ocupação do Local.

1.2 METODOLOGIA DA PESQUISA

Segundo Vergara (2000, p.12) “método é um caminho, uma forma, uma lógica de pensamento”. Nesse aspecto, o método é a maneira utilizada pelo autor para se chegar aos resultados esperados na pesquisa, é a maneira utilizada pelo pesquisador para desenvolver uma pesquisa. Neste sentido, com o método, chega-se a conhecimentos válidos e verdadeiros, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista, significa a escolha dos procedimentos sistemáticos para a descrição e explicação dos fenômenos, ou seja, ao estudar determinado objeto, a metodologia mostra quais os procedimentos utilizados pelo pesquisador para atingir seu fim (RICHARDSON, 1999; LAKATOS, 2003).

Para se desenvolver uma Monografia é preciso entender Conceitos de Pesquisa, Ciência, Métodos, Metodologia, Processos e Tipos de Pesquisa.

Pode-se classificar a presente pesquisa como sendo Qualitativa quanto a sua abordagem ou delineamento:

- **Qualitativa** – uma vez que a pesquisa trabalha com informações de natureza qualitativa, como leis, regulamentos, normas e políticas públicas. Buscará a compreensão de fenômenos pela sua descrição e interpretação.

Quanto aos **objetivos**, esta é uma pesquisa exploratória e descritiva, já que busca tornar explícito explorar, descrever e conhecer as características do fenômeno da Gestão Pública e Políticas Públicas.

É uma pesquisa exploratória, pois foi realizada numa área em que há pouco conhecimento acumulado e sistematizado (VERGARA, 2000).

Com relação ao **delineamento**, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, uma vez que, serão utilizados livros, dissertações de mestrado, sites especializados, jornais digitais, artigos científicos e periódicos sobre o assunto, onde será possível recolher, selecionar e interpretar as contribuições teóricas já existentes sobre o determinado assunto. A análise desses trabalhos já existentes possibilitou o conhecimento das contribuições científicas sobre o assunto abordado no trabalho (MARTINS, 1994).

A **área de realização da pesquisa** foi à cidade de São José dos Campos – SP, localizada no Vale do Paraíba, Estado de São Paulo.

Foram **instrumentos da pesquisa**: livros, artigos, teses, documentos oficiais obtidos nos sites de órgãos públicos, jornais e revistas digitais, entre outros.

Os **dados coletados** em biblioteca estão relacionados a conceitos, definições e explicações do objeto da contextualização da pesquisa.

O **período de coleta** é o atual (2012), este ocorreu de maneira contínua, embora a maior parte dos dados tenham sido coletados e elaborados no decorrer da pesquisa (VERGARA, 2000).

A **análise de dados**: após leitura detalhada dos autores que fundamentam a pesquisa bibliográfica e a formação de opinião a respeito do

assunto da pesquisa, foram elaborados dados referentes ao tema pesquisado. Com a citação desses autores, foram fundamentados os diversos pontos de vista relacionados ao papel da Gestão Pública e da Situação das Políticas Públicas, e do Planejamento.

O Trabalho esta organizado da seguinte forma:

No **primeiro Capítulo** encontra-se a Introdução juntamente com os objetivos e a Metodologia utilizada para a elaboração teórica da pesquisa.

No **segundo Capítulo** está a Fundamentação Teórica, onde estão as definições e conceituações dos termos norteadores da pesquisa.

No **terceiro Capítulo** esta a explanação do Estudo de Caso com uma breve explanação sobre a cidade de São José dos Campos – SP, assim como, esclarecimentos sobre a LDO; Projeto Habitacional e as Políticas Públicas de Habitação da cidade; a descrição sobre a reintegração de posse da favela do Pinheirinho, suas consequências e arbitrariedades.

No **quarto Capítulo** será, um plano estratégico teórico, ou seja, sugestões e resoluções que poderia ter sido utilizado, para uma possível solução do problema da invasão.

No **quinto Capítulo** está as Considerações Finais e a Conclusão, assim como as Referências Bibliográficas que deram embasamento teórico a pesquisa.

2 FUNDAMENTAÇÕES TEÓRICAS

2.1 AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE – CONCEITO JURÍDICO

Segundo o Dicionário de Aurélio (2007), o termo Reintegração significa “Ato ou efeito de reintegrar; volta a ter a posse ou direito a algo ou alguma coisa; tornar a ser investido; reempossar-se bem ou direito”.

Na Ação de Reintegração de Posse o possuidor visa recuperar a posse, pois, a ofensa exercida contra ele, o impediu de continuar exercendo as suas prerrogativas e direitos.

É requisito para essa ação a comprovação da condição de que era realmente o antigo possuidor e o esbulho², ou seja, a ofensa que determinou a perda da posse. Também deverá ser comprovada a data de ocorrência da perda da posse, conforme as mesmas recomendações do art. 927 do CPC:

“Art. 927 Incumbe ao autor provar:
I - a sua posse;
II - a turbação ou o esbulho praticado pelo réu;
III - a data da turbação ou do esbulho;
IV - a continuação da posse, embora turbada, na ação de manutenção; a perda da posse, na ação de reintegração. (www.jurisway.org.br. 2012)

2.3 ARBITRARIEDADE – CONCEITO

Ela pode ser praticada mediante uma ação (ex.: quando o poder público exorbita sua competência) ou por omissão (ex.: na hipótese de um órgão administrativo negar-se à prática de um ato para o qual é competente).

O conceito de arbitrariedade independe do valor da justiça. Ela pode ser justa ou injusta, mas é sempre ilegal.

² **Esbulho** – é o ato pelo qual o possuidor se vê privado da posse, violenta ou clandestinamente, e ainda por abuso de confiança. Todos aqueles que sofrem o esbulho na sua posse, podem ser restituídos por meio de desforço imediato ou ação de reintegração de posse.

Nem todo ato ilegal praticado pelo poder público configura arbitrariedade. Esta ocorrerá quando o ato antijurídico for inapelável e emane de quem dispõe do supremo poder social. Se o ato for passível de retificação em instância superior ou emane de particular, não haverá arbitrariedade no sentido rigoroso do termo, mas um ato ilegal ou errôneo. Um ato arbitrário é de impossível reparação dentro da ordem jurídica estabelecida. Só pode incorrer em arbitrariedade a autoridade que se coloca acima do Direito (JUSBRASIL, 2012).

2.4 ESTADO DE DIREITO - CONCEITO

O Estado de direito é formado por duas componentes: o Estado (enquanto forma de organização política) e o direito (enquanto conjunto das normas que regem o funcionamento de uma sociedade). Nestes casos, portanto, o poder do Estado encontra-se limitado pelo direito (DIREITO INTEGRAL, 2009).

O Estado de direito surge por oposição ao Estado absolutista, em que o rei se encontrava acima de todos os cidadãos e podia ordenar e mandar sem que mais nenhum poder lhe fizesse contrapeso. O Estado de direito, por sua vez, supõe que o poder surge do povo, o qual elege os seus representantes para o governo (JUSBRASIL, 2012).

Com o desenvolvimento do Estado de direito, aparece a divisão de poderes (o Poder Legislativo, o Poder Judicial e o Poder Executivo, três instâncias que, no Estado absolutista, se reuniam na figura do rei). Desta forma, os tribunais tornam-se autônomos relativamente ao soberano e aparece o Parlamento para fazer frente e oposição ao poder do governante.

A noção de Democracia é outro conceito relacionado com o Estado de direito, uma vez que supõe que o povo tem o poder e o exerce através das eleições ao eger os seus representantes (JUSBRASIL, 2012).

2.4.1 Estado de Direito - Caracterização

O que caracteriza o Estado de Direito é a efetiva proteção aos chamados direitos humanos. Goffredo Telles Júnior (2008) identifica o Estado de Direito por três notas principais:

- Obediência ao Direito;
- Guarda dos direitos;
- Abertura para a conquista da cultura jurídica.

2.5 CONCEITO DE GESTÃO PÚBLICA

Muito se fala sobre Gestão Pública, mas poucas pessoas conhecem o significado da expressão, e este assunto é de muita importância ao administrador público, pois delimita, com absoluta clareza, o campo de sua atuação, indicando-lhe o caminho certo no trato da coisa pública.

Para Santos (2006) “gestão pública refere-se às funções de gerência pública dos negócios do governo”. Assim, de acordo com Silva (2007), pode-se classificar, de maneira resumida, o agir do administrador público em três níveis distintos:

- Atos de governo, que se situam na órbita política;
- Atos de administração, atividade neutra, vinculada à lei;
- Atos de gestão, que compreendem os seguintes parâmetros básicos:
 1. Tradução da missão;
 2. Realização de planejamento e controle;
 3. Administração de RH, materiais, tecnológicos e financeiros;
 4. Inserção de cada unidade organizacional no foco da organização;
 5. Tomada de decisão diante de conflitos internos e externos.

Portanto, fica clara a importância da gestão pública na realização do interesse público, porque é ela que vai possibilitar o controle da eficiência do Estado na realização do bem comum estabelecido politicamente e dentro das normas administrativas. Infelizmente, a grande maioria dos agentes políticos desconhece totalmente esta importante ferramenta que está à sua disposição, resultando em gastos públicos inadequados ou equivocados, ineficiências na prestação de serviços públicos e, sobretudo, no prejuízo financeiro e moral da sociedade e instituição pública.

Portanto, o gestor público não precisa temer a gestão pública, por receio de perda de poder político, mas ao contrário, deve conhecê-la e utilizá-la como forma inteligente de aumento de seu prestígio político porque somente através dela será possível dirigir política e administrativamente uma pessoa ou organização estatal com objetividade, racionalidade e eficiência (SILVA, 2007).

A gestão pública, portanto, considerando o princípio econômico da escassez, em que as demandas sociais são ilimitadas e os recursos financeiros para satisfazê-las são escassos, deve priorizar a administração adequada, eficaz e eficiente de tudo aquilo que for gerado no seio social, sempre tendo em vista o interesse do coletivo.

2.6 DEFINIÇÃO DE GESTOR PÚBLICO

Coelho (2009) definiu o Gestor Público ou Administrador Público como “aquele que é designado, eleito ou nomeado formalmente, conforme previsto em lei e/ou regulamento específico, para exercer a administração superior de órgãos ou entidade integrante da Administração Pública”.

Salienta-se que a administração superior compreende as atividades relacionadas à definição de políticas e metas de atuação do ente público, bem como à tomada de decisões visando ao atendimento dos objetivos e das finalidades definidas nas normas legais reguladoras da sua atuação (COELHO, 2009).

2.6.1 Atribuições do Gestor Público

Em regra geral, pode-se afirmar que as atribuições do Gestor Público estão definidas em lei e/ou no regulamento específico de cada órgão ou entidade administrada. Porém, algumas atribuições são comuns e extensivas a todos os gestores, independente da especificidade de cada órgão ou entidade, pois derivam de normas e princípios gerais aplicáveis a todos os entes públicos ou porque são próprias da atividade desempenhada pelo Gestor Público (FLORES, 2009 – MANUAL DO GESTOR PÚBLICO).

2.6.2 Perfil dos Gestores de Projetos Públicos

Nenhuma Síntese Gerencial pode prosperar sem o desenvolvimento de pessoas, por meio de sua formação de qualidade.

O ideal é que se institucionalize um Programa de Formação de Gestores. Para o Estado, é necessário ter claro e resolvido o tipo de Sociedade e Estado que se quer no modelo de Gestão, sendo o que melhor atenda a sociedade, construindo um modelo que possibilite a competência e a permanência de seus servidores, tendo o perfil de bem relacionado, principalmente com os Recursos Humanos.

A capacidade Gerencial é um recurso precioso para a condução da redefinição do papel do Estado.

Segundo Ferreira (1996, p.5), existe dois componentes essenciais na implantação de programas de mudanças na Administração Pública:

- A Governabilidade;
- E a Governança.

O primeiro diz respeito às condições de legitimidade de um Governo para empreender transformações necessárias. O segundo está relacionado à Capacidade de Implementar do Gestor. Essa capacidade abrange tanto as condições Técnicas e Administrativas, quanto às Financeiras.

Um ponto importante na relação de Governabilidade e Governança é a capacidade para garantir a legitimidade que é dada pelo cidadão que elege seus representantes, e da Governança que significa a construção da capacidade de governar, que é dada pelos Servidores e Gestores Públicos, representando o Estado perante a Sociedade e, por meio da prestação correta de serviço ao cidadão.

De acordo com o conteúdo estudado no curso de GPM – UTFPR, no item “Elaboração e Avaliação de Projetos”:

“Os Gestores Públicos & seus Projetos precisam de pessoas que consigam trabalhar em equipe, coordenando os trabalhos, para que sejam implementados, sendo a responsabilidade da transformação da cidade, do Gestor e do Cidadão. O munícipe pode cooperar com a construção do futuro desejado para o município, mas o papel do Gestor de Projetos Públicos é fundamental para a viabilização da melhoria da cidade.”

A função básica do Gestor é coordenar, monitorar e articular pessoas e atividades nas diferentes fases do projeto, viabilizando-o e administrando o Setor Público. Negociação, solucionar problemas, facilidade de comunicação, liderança, influência na Organização, experiência, relacionamentos externos, capacidade de decisão, administração e articulação, são alguns predicados do Gestor Público.

2.7 CONCEITO DE SOCIEDADE

A Sociedade é um conjunto de indivíduos que partilham uma cultura com as suas maneiras de estar na vida e os seus fins, e que interagem entre si para formar uma comunidade (LEITE, 2008).

Sociedade é a convivência permanente entre os seres humanos de onde resultam não só modos de organizar, as relações entre eles como também os modos de pensar, viver, sentir, e, etc. (Site Jurídico digital. www.direito.com.br, 2012).

As sociedades humanas são formadas por entidades populacionais cujos habitantes e o seu entorno se interagem num projeto comum que lhes outorga uma identidade de pertença.

O conceito também implica que o grupo partilhe laços ideológicos, econômicos e políticos. Na hora de analisar uma sociedade, são tidos em conta fatores como o grau de desenvolvimento, a tecnologia alcançada e a qualidade de vida (LEITE, 2008).

2.8 POLÍTICA HABITACIONAL

A política Habitacional é um caso delicado para o “Estado” resolver, pois envolve o Déficit Habitacional Público, que no Brasil, é grande e envolve recursos do FGTS e da Poupança (HILÁRIO, 2003).

O Brasil é um país que gasta muito e poupa pouco, algo que eleva muito os juros da economia.

Tendo em vista, que somos um país Capitalista, o Sistema Habitacional Brasileiro, envolve grandes interesses de construtoras e do mercado imobiliário, por isso, não interessa resolver o problema habitacional e os *déficits* habitacionais de uma vez só, em países de primeiro mundo, estes problemas são bem resolvidos e, suas taxas são até negativas, pois sobram casas e

faltam moradores, como é o caso da China, onde os recursos de poupança são altíssimos e, as reservas do tesouro nacional são muito mais altas do que as do Brasil, sobram imóveis para todas as classes sociais.

É difícil construir moradias populares com custo baixo ou a preço zero, subsidiados pelo Governo, seja Estadual, Municipal ou Federal, principalmente no Brasil.

Em uma cidade como São José dos Campos – SP, com um mercado imobiliário nocivo, ou seja, desgastado, poluído, e um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) alto, não é possível comprar terrenos a preços baixos e, os dividir em lotes com casas de custo reduzido, sem o subsídio alto do Estado; pois estes imóveis precisam ser repassados a população carente, com prestações baixas, geralmente tendo o apoio financeiro da Prefeitura, seria um gasto alto e tomando, boa fatia do Orçamento Municipal, o que não agrada a maioria dos políticos.

De acordo com a professora Rua (2009, p.25):

“A Política Habitacional não se resolve apenas com a vontade de fazer algo e sim, com um conjunto de estudos e decisões que perfazem a resolução do problema, inclusive a não proteção de interesses econômicos e da exploração habitacional e imobiliária”.

O atual prefeito da cidade, Eduardo Cury, no Governo do PSDB, há 16 anos, em sua última campanha prometeu diminuir o Déficit Habitacional e construir casas populares suficientes para diminuir o problema e até agora no fim do seu mandato em 2012, só alcançou pouco mais que a metade do prometido, algo que para seu governo e sua gestão, não é muito fácil de resolver, pois envolve muitas secretarias, problemas políticos e sociais, sendo necessário 100% do apoio da Câmara Municipal e de boa parte do orçamento.

Em especial em São José dos Campos – SP há problemas graves com a regularização de bairros clandestinos, que estava nos planos do governo municipal, mas até hoje, não se conseguiu resolver, virou um problema mais político do que social.

Infelizmente, na cidade, há dois problemas gravíssimos que se tornaram o “Calcanhar de Aquiles” no atual governo municipal de São José dos Campos - SP.

Uma favela chamada Pinheirinho, recentemente desocupada de maneira desordenada, feita por uma ordem judicial e, o Rio Comprido, que foi também recentemente desocupado.

Estes são problemas delicados para se resolver, pois não depende somente da vontade do governo em agir, envolve problemas administrativos e sociais, que são graves e de difícil resolução.

Há um problema sério também, no Rio Comprido, na divisa com a cidade de Jacareí – SP. Além de ser um problema de habitação e regularização de moradia clandestina, envolve manancial e secretaria do meio ambiente, sem contar que geralmente quando há um problema social neste setor, uma cidade joga o problema para a outra, ao invés de as duas cidades se unirem com o Estado para resolverem os problemas juntas. (UNICAMP, 2010).

Por anos o problema só se arrasta, é uma situação que Jacareí não quer dividir com São José dos Campos e, o Estado de São Paulo não ajuda os dois municípios, o governador, como legítimo representante do estado, deveria intervir positivamente, ajudando os dois municípios. Ainda há perto da outra divisa com Jacareí, um problema social de quase onze anos, a Favela do Pinheirinho, e as moradias do Rio Comprido, ambas surgiram de uma invasão, a do Pinheirinho, que foi desocupada arbitrariamente pela Polícia de São Paulo, juntamente com o Judiciário, deixando suas negativas consequências para o município de São José dos Campos e o seu Gestor Municipal e as moradias do Rio Comprido, que são problemas para São José e Jacareí – SP.

3 ESTUDO DE CASO

3.1 DESCRIÇÃO DA CIDADE DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

Para quem está lendo este trabalho, um pouco do que é São José dos Campos – SP Cidade do Vale do Paraíba a 94 km de São Paulo é o 7º Município em arrecadação, com uma população de quase 650 mil habitantes. Tem o 21º PIB nacional, que é de R\$ 20.718.594,730 mil. Estão ali instaladas, importantes empresas como Panasonic, Johnson & Johnson, General Motors (GM), Petrobrás, Embraer (sede), entre outras (IBGE, 2008).

Possui importantes centros de ensino e pesquisas como: o Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA), o Instituto Espacial (INPE), o Instituto de Estudos Avançados (IEAv), o Instituto de Aeronáutica e Espaço (IAE), o Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), o Instituto de Fomento Industrial (IFI), Centro de Computação da Aeronáutica de São José dos Campos (CCASJ), o Instituto de Pesquisa & Desenvolvimento (IP&d), a UNIVAP, a UNIP, a UNIFESP, a ETEP, a FATEC e a UNESP (IBGE, 2008).

O território do Município de São José dos Campos – SP abrange uma área de 1.118 km², formado por dois sub. distritos e dois distritos: 1º sub. distrito (sede), 2º sub. distrito (Santana do Paraíba), e os distritos de São Francisco Xavier, ao norte; e Eugênio de Mello, a leste; sendo que, cerca de 70% desta área, está localizada ao Norte da Rodovia Dutra, constituída por montanhas, serras e picos. (IBGE, 2008).

Quanto à parte Sul, com cerca de 30% do território, parte apresenta o relevo brando e suave, formado por um imenso planalto, composto de uma série de platôs entrecortados de pequenos vales, onde se concentra toda a população urbana do Município, em 120 km² de acordo com o Censo e dados de 1990, hoje em 2012, temos 195.516 habitantes a mais na cidade, com um total de 637.500 habitantes e IDH de 0,849. (IBGE, 2012).



Figura 1 Vista Parcial de São José dos Campos. Observe que o relevo nas proximidades da malha urbana é predominantemente ondulado.

Fonte: www.wikipedia.org/wiki/ São José dos Campos, 2012.

A existência de acidentes naturais e artificiais, os rios e afluentes, juntamente com a posição das grandes indústrias na cidade, influenciam de forma decisiva nas possibilidades da expansão de São José dos Campos – SP.

O rio Paraíba do Sul com sua várzea plana e de trufas ao Norte, a topografia montanhosa ao leste, limitam a expansão do sítio urbano atual.



Figura 2 Vista do Banhado - Fonte: www.wikipedia.org/wiki/ São José dos Campos, 2012.

No sentido norte-sul, os afluentes do rio Paraíba: rio Comprido, rio Serimbura, rio Vidóca, rio Putin, rio Alambari, rio Pararangaba e rio Nossa Senhora da Ajuda, todos afluentes do Paraíba, influenciam na topografia e planejamento do crescimento da cidade, inclusive a ocupação irregular de seus mananciais.

A área ocupada pelo Centro Técnico Aeroespacial, ao sul da rodovia Dutra, ocupando uma área de 1200 hectares mais a área que delimita a Refinaria Henrique Laje – REVAP, juntamente com a General Motors, na cidade, são também elementos condicionantes do crescimento, muitos imigraram para a cidade, por influência destas empresas, aumentando a necessidade de mais habitações. São José dos Campos está situada à leste do estado de São Paulo, no Médio Vale do Paraíba configurando-se como o mais importante dos trinta e cinco municípios que compõem a Bacia do Paraíba do Sul, hoje delimitada como Região Metropolitana. (IBGE, 2012).

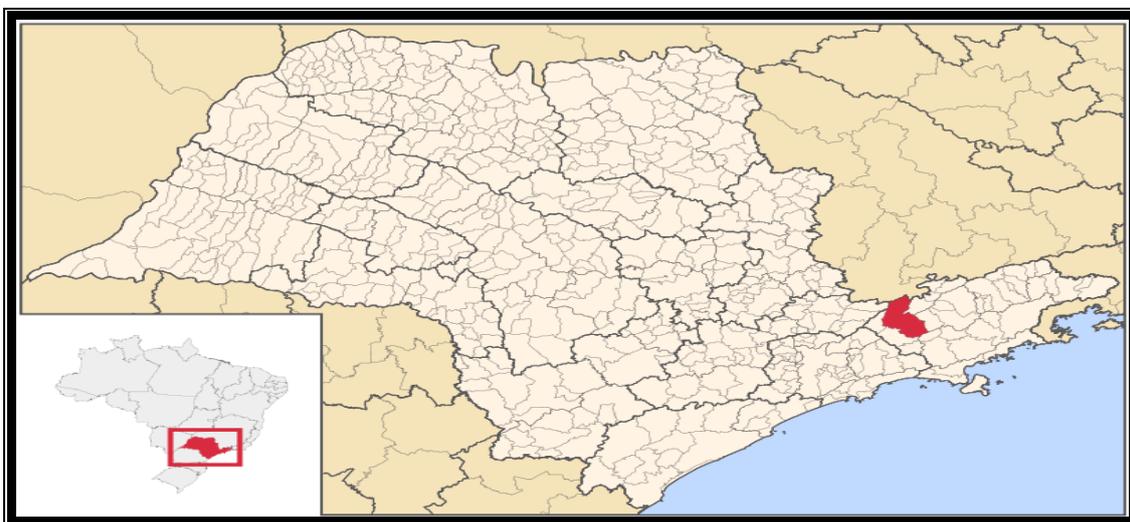


Figura 3 Localização da Cidade de São José dos Campos em São Paulo

Fonte: [www.wikipedia.org/wiki/](http://www.wikipedia.org/wiki/S%C3%A3o_Jos%C3%A9_dos_Campos) São José dos Campos, 2012.

A cidade sofreu expressiva taxa de crescimento demográfico a partir dos anos 50, resultado da implantação de um Parque Industrial diversificado, em função de sua especial localização entre as duas principais regiões metropolitanas do país que são considerados os dois maiores centros produtores e consumidores do Brasil - São Paulo e Rio de Janeiro, do qual São José dos Campos fica no meio.



Figura 4 Vista Aérea da Zona Sul de São José dos Campos - SP

Fonte: www.wikipedia.org/wiki/ São José dos Campos, 2012.

Apenas para efeito ilustrativo da cidade em estudo, parte da foto está a Favela Pinheirinho, São José, está distante de SP 84 Km e 321 Km do RJ - o município é cortado no sentido leste oeste, pela rodovia BR-116 - (Rodovia Presidente Dutra) - no sentido norte sul, pela rodovia estadual SP-50, que liga São José dos Campos – SP aos municípios do Sul de Minas Gerais e Campos do Jordão – SP e pela rodovia estadual SP-99 - (Rodovia dos Tamoios) - que liga o nosso município ao litoral norte do estado de SP.

Estando assim o município ligado aos dois principais pólos turísticos do estado de SP, temos a Rodovia Carvalho Pinto que também corta nosso município, paralela à Rodovia Presidente Dutra, que interliga a Região Metropolitana de São Paulo com a Região Metropolitana do Vale do Paraíba, que foi atualmente transformada de Região do Vale em Região Metropolitana, fazendo também a conexão com a Rodovia dos Tamoios que nos liga ao Litoral.

Além destas rodovias, o Município é cortado, no sentido leste oeste, pela Estrada de Ferro Central do Brasil a antiga – RFFSA hoje privatizada, que liga o estado do Rio de Janeiro ao estado de São Paulo.

O Município de São José dos Campos – SP configura-se como um pólo econômico com ascendência sobre todos os demais núcleos urbanos paulistas do Vale do Paraíba do Sul.

Abrangem em sua área de influência mais próxima as cidades de Jacareí, Caçapava, Pindamonhangaba, Taubaté e Guaratinguetá – SP mantendo a mão de obra de todo o Vale, onde em sua maioria os trabalhadores veem residir em São José dos Campos – SP, o que gera o crescimento da cidade.

São José possui mão de obra qualificada, por ser uma região de indústrias e por tanto de nível de escolaridade alto, tendo o índice de IDH alto, maior do que o exigido pelo ONU. Por isso não tem o índice de analfabetismo muito alto e sua razão de pobreza é de apenas dez por cento e de analfabetismo cinco por cento, sendo essa a média dos municípios do Vale.

Evolução 1991-2000:

No período 1991-2000, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) de São José dos Campos cresceu 5,47%, passando de 0,805 em 1991 para 0,849 em 2000.

A dimensão que mais contribuiu para este crescimento foi a Educação, com 42,4%, seguida pela Longevidade, com 29,5% e pela Renda, com 28,0%.

Neste período, o hiato de desenvolvimento humano (a distância entre o IDH do município e o limite máximo do IDH, ou seja, $1 - \text{IDH}$) foi reduzido em 22,6%.

Se mantivesse esta taxa de crescimento do IDH-M, o município levaria 12,9 anos para alcançar São Caetano do Sul (SP), o município com o melhor IDH-M do Brasil (0,919).

Situação em 2000:

Em 2000, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de São José dos Campos era de 0,849. Segundo a classificação do PNUD, o município está

entre as regiões consideradas de alto desenvolvimento humano (IDH maior que 0,8) – (UNESP - <http://www.rc.unesp.br/igce/2010>).

Em relação aos outros municípios do Estado, São José dos Campos apresenta uma situação boa: ocupa a 11ª posição, sendo que 10 municípios (1,6%) estão em situação melhor e 634 municípios (98,4%) estão em situação pior ou igual (UNESP -[http:// www.rc.unesp.br/igce/](http://www.rc.unesp.br/igce/) , 2010).

Tabela 1 Crescimento Populacional (%+-) de SJC

Censo	Pop.	%±
<u>1940</u>	36 279	—
<u>1950</u>	44 804	23,5%
<u>1960</u>	77 533	73,0%
<u>1970</u>	148 332	91,3%
<u>1980</u>	287 513	93,8%
<u>1991</u>	442 370	53,9%
<u>2000</u>	539 313	21,9%
<u>2010</u>	627 544	16,4%

Fonte: Seade - Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. (SEADE, 2010)

Nos últimos 40 anos, o município vem apresentando expressiva taxa de crescimento demográfico, em função de vantagens locais, imobiliárias e fabris. Isto ocorre devido ao resultado da implantação de um parque industrial com participação significativa na produção estadual e nacional, tendo em vista às exportações e ao uso de tecnologias avançadas, principalmente após a

criação do Parque Tecnológico em 2006, inspirado na criação do CTA na década de cinquenta, o que proporciona a evolução da cidade dez anos há frente. A cidade, com a sua posição estratégica, em relação às duas maiores Regiões Metropolitanas do País, Rio & São Paulo e sua proximidade do Porto de São Sebastião apresenta grandes potencialidades para grandes investimentos, movimentações de cargas especializadas, etc. A 30 minutos do Sul de Minas e a 40 minutos do Litoral é uma cidade extremamente estratégica.

O Aeroporto, a desconcentração industrial, principalmente de São Paulo e Rio de Janeiro, a implantação do Centro Técnico Aeroespacial – CTA do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE e do Parque Tecnológico, são apenas alguns fatores que explicam a existência do município, com um Parque Industrial moderno, que em 1988, contava com 596 estabelecimentos industriais (muitos deles de grande porte); empregando cerca de 70.000 pessoas, na década de 1990, mais o comércio e a educação, fazem de São José dos Campos – SP uma cidade em crescimento constante, o que aumenta em muito às necessidades de políticas sociais e o déficit habitacional.

Este desenvolvimento tem se refletido nas atividades de comércio e de prestação de serviços na região.

A cidade conta com alguns equipamentos do setor terciário (comércio varejista em grande escala), próprios de metrópoles, destacando-se assim dos demais núcleos urbanos da região e substituindo São Paulo nesta função, tais como o UEMURA, TENDA, MK, CARREFOUR, WALLMART, SPANNI, CEASA, ETC. e " *Shoppings Centers* " - com uma grande quantidade de lojas âncoras de abrangência nacional, são também outros diferenciais.

Nas décadas de 60 e 70, as taxas anuais de crescimento do pessoal ocupado no "comércio" foi de 12,75% e 10,46%, enquanto na "prestação de serviços" foi de 12,46% e 15,23% respectivamente. Dados do Censo Comercial e de Serviços do Estado de São Paulo. Todos estes fatores permitiram ao município, uma economia sólida e um desenvolvimento acelerado nos mais variados setores, aumentando em muito a participação do governo no desenvolvimento da cidade e suas políticas públicas.

A diversificação do parque industrial é caracterizada por atividades que vão desde a produção da cerâmica doméstica e artística, passando pela fabricação de cobertores e fios sintéticos, equipamentos eletro eletrônicos (especialmente telecomunicações), material fotográfico, produtos químicos e produtos farmacêuticos, calçados, máquinas fabris, combustível, carros bélicos, carros, aviões, foguetes espaciais, satélites, etc.

Portanto, a cidade e sua população estão fortemente arraigadas, econômica e culturalmente, ao desenvolvimento industrial o parque fabril de São José dos Campos – SP caracteriza-se também pelas indústrias voltadas à exportação.

No ano de 1991, o município tinha 21 indústrias voltadas à exportação, para a América Latina, a Ásia, a Europa, América do Norte, e África, assim como para a Oceania.

Em 1993 contava com 736 indústrias, e uma população estimada de 447.926 habitantes, ocupando o quinto lugar em arrecadação de ICMS e o oitavo em consumo de energia elétrica em relação aos 625 municípios do Estado de São Paulo (PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO - www.sjc.sp.gov.br/media, 2010).

Sediando estabelecimentos de grande porte, unidades industriais tecnológicas de produção intensiva e novos núcleos integrados de pesquisa científica e industrial, gerando, permanentemente, novos empregos e exigindo aperfeiçoamento de mão de obra especializada, fazendo com que a cidade cresça e seja cada vez mais cosmopolita, com baixa taxa de analfabetismo e pobreza.

De acordo com a história, embora existindo dificuldades na busca e na obtenção de documentos, que revelem com certa precisão a data da fundação de São José dos Campos – SP e de acordo com documentos antigos da biblioteca municipal, supõe-se que ela seja contemporânea da Capitania de São Vicente. (PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO - www.sjc.sp.gov.br/media , 2010).

Em 1611, foi criada a lei que regulamentava os aldeamentos indígenas nos pontos que melhor conviessem aos interesses do Reino e entre os antigos aldeamentos que vieram merecer a atenção dos jesuítas, figurava, para as bandas do leste, o de Campos de São José, localizado no Bairro do Rio Comprido, a dez quilômetros da cidade atual.

De 1643 à 1660, os jesuítas obtiveram diversas léguas de terra concedidas por João Mafra Cavalheiro, fidalgo de Sua Majestade.

As terras situavam-se em magnífica planície, onde se encontra a cidade, denominada naquela época de "Vila Nova São José". Após longos anos de um lento progresso, foi descoberta uma taba no lugar conhecido por "Lavras", de lá trouxeram amostras de ouro puríssimo, vindo despertar a atenção dos jesuítas que foram explorar as minas ali localizadas.

Perto desse lugar (Lavras) existia um pequeno povoado chamado "Tanque dos Índios", atual Fazenda "Montes Claros".

Com a expulsão dos jesuítas em 1769, alguns brancos agregaram-se aos índios sob a direção de José Araújo, Capitão-Mor de Jacareí, dando um grande impulso à povoação (PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO - www.sjc.sp.gov.br/media, 2010).

Em 27 de julho de 1767, por ordem do Governador Geral, Dom Luiz de Souza Botelho Mourão e pelo Ouvidor e Corregedor Salvador Pereira Silva, foi criada a Vila de São José do Paraíba sem ter sido antes freguesia, que no futuro chamaria de São José dos Campos – SP a povoação teve várias denominações:

- a) Vila Nova de São José;
- b) Vila de São José do Sul;
- c) Vila de São José do Paraíba;

Tendo, esta última, os foros de cidade.

Em atenção à topografia do seu sítio, pela lei provincial nº 47, de 2 de abril de 1871, passou-se a chamar: - SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - SP

Em sua evolução o município passou por quatro distintas fases:

- o ciclo do algodão;
- o ciclo do café;
- a fase sanatorial e pulmão;
- (Estância Hidromineral e Tuberculosa);
- a fase industrial;

O **Ciclo do Algodão**: - São José do Paraíba foi o município mais destacado na cultura do algodão da região ocidental do Vale, que visava principalmente o abastecimento das indústrias inglesas de tecidos.

O algodão teve um rápido desenvolvimento na região atingindo seu apogeu no biênio 1867 – 1869 com a maior produção da província, quando chegou até a concorrer com a produção cafeeira, declinando, sensivelmente até o final do século XIV.

Em 1872 é criada a Comarca de São José dos Campos - SP e segundo o Censo do mesmo ano é registrado uma população de 12.988 habitantes, incluindo 1.245 escravos.

Grande alento foi dado ao progresso da cidade com a chegada, em 1876 da Estrada de Ferro Central do Brasil, cortando o centro urbano.

O **Ciclo do Café**: - Essa cultura no Vale do Paraíba começou a ter alguma expressão a partir de 1830, já com a participação de São José do Paraíba na produção regional.

Em 1854 verificou-se o incremento da produção, passando a ser uma das maiores da região, conseguindo destaque nacional. No ano de 1886, a produção cafeeira no município de São José teve seu auge mesmo num momento em que já acontecia a decadência dessa cultura na região, conseguindo ainda algum destaque até por volta de 1930 já no século XX. (PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO – www.sjc.sp.gov.br, 2010).

No Censo de 1920, o rebanho bovino alcançava 10.966 cabeças de gado, indo atingir no Censo de 1940 o total de 28.549, época em que o ciclo da pecuária se sobrepõe às culturas do café e algodão, onde a economia regional do Vale passa a ser Leiteira, já na metade do século XX.

A Fase Sanatorial e Pulmonar: - A procura do município de São José dos Campos - SP para tratamento de tuberculosos teria se tornado perceptível no início do século XX, devido às condições climáticas supostamente favoráveis.

No entanto, somente em 1935, quando o município foi transformado em Estância Hidromineral é que São José dos Campos – SP passou a receber benefícios que puderam ser aplicados na área sanatorial e hospitalar, principalmente do Governo.

É desta fase a implantação de grandes sanatórios na parte oeste e central da cidade, tendo o surgimento de vários Hotéis e Pensões, como a construção do Hospital Vicentina Aranha, hoje Patrimônio Histórico, onde funcionou como Hospital até 2005.

Essa fase ainda persistiu até fins da década de 50, quando definitivamente começa o processo de industrialização que passaria a comandar o desenvolvimento da cidade e do município, principalmente com a chegada da Aeronáutica e o ITA – CTA.

A Fase Industrial: - O processo de industrialização, no município tem início a partir da década de 1920 quando há ocorrência de um conjunto de fatores favoráveis à implantação de indústrias.

Além da situação geográfica favorável e outros fatores de ordem geral refletiu também a atuação de fatores específicos locais, como a concessão de incentivos fiscais e a oferta de terrenos para a instalação de indústrias e empresas pela Prefeitura Municipal, como foi o caso da GMC - General Motors & Petrobras – Revap.

Vantagens comparativas se acumularam, intensificando o processo de industrialização, conseqüentemente expandindo o núcleo original da cidade, que até então existia em função de suas relações com a economia agrária.

Temos até a metade da década de 1950, um maior desenvolvimento urbano nas regiões periféricas do núcleo original e na parte norte da cidade onde se instalaram as primeiras grandes indústrias - (Tecelagem Parahyba, Rhodia e GM).

Nas décadas seguintes, o município passa aceleradamente por mudanças em seu sistema urbano, relacionadas com diversas etapas de seu desenvolvimento sócio econômico e tecnológico.

Um dos marcos do progresso do município foi a instalação do Centro Técnico da Aeronáutica – CTA – Hoje DCTA, em 1950 - inspirado no modelo americano do MIT - (Instituto de Tecnologia de *Massachussets*) - Projeto do arquiteto Oscar Niemeyer.

A 19 de janeiro de 1951, acelerava-se o desenvolvimento industrial, com a inauguração da Rodovia Presidente Dutra.

A partir daí, o município começou a caminhar para a base científica tecnológica que é hoje principalmente com a vinda da EMBRAER – CTA – AVIBRAS – INPE & Petrobras.

Em seguida, com a consolidação do chamado “Complexo Tecnológico Industrial & Aeroespacial” há incremento no crescimento populacional intensificando a urbanização do município que passa a ter um caráter disperso, atravessando a Via Dutra e tomando espaços considerados rurais, tendo necessidade de planejamento.

Houve um crescimento populacional imenso e em 1980 o quadro urbano do município sofre uma grande transformação, devido à intensidade da industrialização ocorrida nas décadas de 1960/1970 ocasionada por fatores diversos e principalmente pela instalação da Refinaria Henrique Laje – REVAP bem como pela implantação de indústrias de grande porte como GMC – General Motors, ocupando grandes áreas de expansão urbana.

Deste modo, o processo de urbanização de São José dos Campos – SP – cresce em patamares descontínuos, ocasionado por fatores exógenos independentemente do planejamento a nível municipal. A presente estrutura urbana de São José dos Campos – SP como resultado deste processo que extrapola o controle do poder público local apresentando graves problemas, que são enfocados no diagnóstico da Estrutura Urbana, que foram sendo corrigidos com o passar dos anos. Hoje este problema é corrigido, mesmo em um crescimento descontrolado ou em aceleração, com as leis que dizem respeito ao Ministério das Cidades, a Lei Orgânica Municipal, as LDO's, LOA's & PPA's e a Lei de Zoneamento Municipal.

Em função dos esforços do Poder Público Municipal em corrigir estas distorções através do Processo de Planejamento Permanente, São José dos Campos – SP tem consolidado uma cultura de planejamento através de intervenções diretas e disposições normativas, tanto no que diz respeito a questões urbanas como ambiental, conforme se pode observar no estudo acima e pela Lei de Zoneamento atual. (www.sjc.sp.gov.br , 2012)

Dada a importância da renda gerada pela sua base econômica industrial, São José dos Campos – SP se dispõe de um setor terciário significativo na região, impulsionando o processo de Região Metropolitana, que foi aprovado este ano em 2012, fato este que também se consubstancia no processo de conurbação dos aglomerados urbanos ao longo da Via Dutra, onde todas as regiões do Vale se juntaram.

Só é preciso ter mais participação popular, nas decisões políticas da cidade, pois o governo atual só repassa informações detalhadas ao público, quando é obrigado ou exigido pelo Ministério Público, não dão muita abertura, por causa da oposição, precisam se adequar mais ao Orçamento Participativo, as LOA's, PPA's e LDO's e também no que diz respeito ao Ministério das Cidades, que hoje não são aplicados como exige a lei e a teoria. O Governo de São José dos Campos – SP é comandado pelo PSDB desde 1996 após um governo do PT e hoje corre o risco de não se eleger e passar o governo para o PT novamente.

A Demografia de São José dos Campos – SP é assim constituída:

a) Dinâmica Populacional

No sentido de diagnosticar a situação populacional e o ritmo de crescimento que o município ocupa em relação ao Vale do Paraíba e o Estado de São Paulo a partir de 1940, foram utilizados os dados censitários do IBGE.

Constata-se de início que o município desde 1940 vem demonstrando um crescimento populacional bastante acentuado em relação ao Vale do Paraíba e ao Estado de SP.

Um dos fatores determinantes que contribuíram decisivamente para a mudança do perfil demográfico do município foi o grande fluxo migratório que ocorreu a partir dos anos 50, decorrente da industrialização.

A população de São José dos Campos – SP em 1940 e 1950 representava 9,2% e 9,3% em relação ao Vale do Paraíba e 0,5% e 0,4% em relação ao Estado de São Paulo respectivamente. (IBGE, 2008).

Por outro lado, à medida que o desenvolvimento científico tecnológico configurava no município, notamos que nas décadas de 60 e 70 a população correspondia a 12,8% e 18% em relação ao Vale do Paraíba e 0,5% e 0,8% em relação ao Estado de São Paulo respectivamente. (IBGE, 2008).

Conforme demonstrativo do IBGE e SEAD, o quadro de participação populacional manteve-se crescente até hoje como demonstra o quadro lá de cima, de 1940 à 2010 pg. 35. Dentro deste contexto, nota-se que a dinâmica populacional subiu nos últimos 40 anos, de lá até hoje só aumentou, como pode ser visto no quadro lá acima e na pg. 163 do anexo, onde demonstra a população da cidade de São José dos Campos – SP e seu crescimento.

De 1940 à 2010 pg. 35 - como foi seu crescimento e de 1940 à 2012, no que diz respeito à população Urbana & Rural, Analfabetos e pessoas abaixo da linha da pobreza pg. 163 do anexo. (IBGE, 2008) & (SEAD, 2010).

1. Há no Brasil um questionamento quanto à necessidade e o custo de se manter uma Câmara de Vereadores nos Municípios, principalmente nos menores.

Assim como, a Câmara dos Deputados, o Senado e o Executivo é algo necessário, amparado por lei, a Câmara de Vereadores de todas às cidades do país e, de São José dos Campos – SP também é um mal necessário. As cidades não andam sem o Prefeito e o Prefeito não anda sem o Legislativo e vice versa, o problema é que eles próprios fazem às leis e vão ser sempre corporativos, seja em qual esfera de poder for.

O que a população tem que fazer é cobrar do seu vereador e prefeito, um mandato em que o mesmo faça jus ao seu cargo e salário, pois é na urna, na hora do voto, é que devemos reeleger ou não alguém.

O cidadão é a pessoa que tem que ficar em cima e denunciar o legislador abusivo e não deixar aprovarem leis corporativas e abusivas, que vão gastar o dinheiro público de maneira errada e escusa, principalmente na hora de votar ter consciência de não reeleger vereador errado e que não merece, o mesmo deve ser feito com o candidato a prefeito.

Aprendemos no curso de Gestão Pública Municipal – UTFPR que através das LDO's, PPA's e LOA's – elaboradas no ano anterior, para as ideias e projetos do ano posterior, podemos mudar muita coisa no município, melhorando e modificando um estado social, para melhor ou para pior. Podemos citar, por exemplo, a LDO – 2013 – para a cidade de São José dos Campos – SP. (www.sjc.sp.gov.br , 2012).

Se no caso do Pinheirinho, desde sua primeira invasão fosse colocado na LDO do ano seguinte, uma proposta de regularização da situação ou algo para anos posteriores, talvez fosse resolvido o problema sem a Invasão.

3.2 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) tem a finalidade de orientar a elaboração dos orçamentos fiscal e da seguridade social e de investimento das empresas estatais. Busca sintonizar a Lei Orçamentária Anual (LOA) com as diretrizes, objetivos e metas da administração pública, estabelecidas no PPA. Compreende ainda, as metas e prioridades da administração pública, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente.

A LDO tem por objetivo:

Estabelecer as metas e prioridades da administração pública, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente. Orientar a elaboração da LOA, bem como sua execução.

Estabelecer a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento. Dispor sobre: as alterações na legislação tributária, equilíbrio entre a receita e as despesas, critérios e forma de limitação de empenho, normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos, e demais condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas. (www.senado.gov.br/portal/page/portal/orcamento_senado/ldo/ - LDO).

Encontra-se no site da Prefeitura de São José dos Campos – SP no campo transparência, LDO o seguinte significado para a mesma:

“A Lei de Diretrizes Orçamentárias - (LDO) – que tem como objetivo, estabelecer as diretrizes, prioridades e metas da administração, orientando a elaboração da proposta orçamentária de cada exercício financeiro. É formado pelos orçamentos fiscal, de investimento das empresas e da seguridade social, compatibilizando as políticas, objetivos e metas estabelecidas no Plano Plurianual e as ações previstas nos orçamentos para a sua consecução, promovendo, em prazo compatível, um debate sobre a ligação e a adequação entre receitas e despesas públicas e as prioridades orçamentárias”.

Até 15 de abril de 2012, o Prefeito Municipal encaminha para a Câmara Municipal, a proposta da LDO 2013 – Lei da Diretriz Orçamentária de 2013.

Será outro mandato e novo Período Legislativo e quais foram às prioridades elencadas na proposta da LDO 2013 para o seu município para o ano seguinte. - No caso o município de São José dos Campos – SP.

Na LDO – 2013 – SJC – SP – Foram constituídas prioridades em vários gêneros e setores e não especificamente em uma proposta só, ou em uma obra só.

Podemos ver e consultar, por exemplo, em: Descrições de Programas / Metas / Custos - da pasta – 003 – LDO_2013 – PMSJC – A – 22. Nas paginas 001 à 080 do Anexo – V .

As metas e prioridades elencadas pelas secretarias da administração e da população, em relação a projetos e obras, para a cidade de São José dos Campos – SP.

Pode-se consultar também o Anexo – VI – B – página 01, em Orçamento Criança e Adolescentes – 2013. Pasta – 007 – LDO_2013 – FUNDHAS – A – 44. (www.sjc.sp.gov.br , 2012).

3.3 METAS E PRIORIDADES DOS PROJETOS SOCIAIS – LDO – 2013

Retirada e apoio às crianças e adolescentes em estado de vulnerabilidade social no município, dando as mesmas condições de estudo e uma vida melhor, longe das drogas e da prostituição, porém nada relacionado à habitação.

Conforme pode ser consultado na LDO_2013 em sua totalidade, menos de 50% foram em benefício geral da comunidade e da população, em sua maioria foram para manter serviços já existentes ou para a manutenção do funcionalismo e suas aposentadorias, nada de extraordinário e inédito para a população. Apenas alguns aspectos da Educação e da Tecnologia algo comum para a Capital da Aviação e da Ciência e Tecnologia, porém nada relacionado à habitação. Coloco um exemplo de projeto abaixo que poderia ter sido feito

pela prefeitura de São José dos Campos – SP e que poderia ajudar a diminuir o Déficit Habitacional da cidade e diminuir o impacto negativo da invasão da Favela do Pinheirinho, se tivesse sido implantado em alguma LDO – dos últimos dez anos, não teríamos tido a invasão do Pinheirinho. Algo que poderia ter sido pensado e colocado em 2012 para a LDO – 2013 da cidade de acordo com o meu entendimento e propostas levantadas neste estudo de caso e monografia.

* É um modelo fictício de Projeto criado por mim: André Lauro Galvão – UTFPR, como modelo que teria resolvido o Caso Pinheirinho sem precisar da Invasão e desocupação, principalmente armada.

3.3.1 Projeto Habitacional

Objetivo, Programa e Projeto – Resolver o Déficit Habitacional.

Recursos – Municipal, Federal & Estadual – CDHU – Minha Casa Minha Vida.

Ator Social – População Carente

Situação Problema – Falta de Casas (Habitação)

Beneficiária – População Sem Teto

Ciclo Projeto - 4 Anos Mensal.

Vide modelo de tabela:

Anos	2013	2014	2015	2016	Gordura
Meses	12 meses	12 meses	12 meses	12 meses	18 meses
Etapas do Projeto	Idea – Start – Início	Cumprir meta mínima	Cumprir meta mínima	Cumprir meta máxima	Finalização & Entrega
Identificação Situação	Favelas & Falta de Moradia	Região – Norte Sul Leste Oeste	Região Norte Sul Leste Oeste	Região Norte Sul Leste Oeste	Finalização & Entrega de Casa
Levantamento Informações	Famílias Carentes & Necessidades	Apoio – Creches – Escolas -Lazer etc.	Vias, Luz, Praças Saneamento etc.	Vias, Luz, Praças Saneamento etc.	Entrega casas escola creche etc
Beneficiários	População Carente Morador Comércio	População Carente Morador Comércio	População Carente Morador Comércio	População Carente Morador Comércio	MoradorComércio Empresários
Programação &	Levantamento	Cumprir meta	Cumprir	Cumprir	Finalização &

Ações	dados início ação	mínima	meta mínima	metas máximas	Entrega
Metodologia	Científica & Técnica	Mensal & Logística	Mensal & Logística	Mensal & Logística	Entrega & Cronograma ok
Instituições de Apoio	Hab.EngenhariaSDS Planejamentoetc.	Sabesp SUS Vias Públicas etc.	Transporte Energia Saneamento etc.	Cultura Esporte Lazer Saúde	Cumprir cronograma
Programação Orçamentária	5% verba total	30% verba total	30% verba total	30% verba total	5% verba total
Gerenciamento & Reuniões	Reunião Quinzenal	Reunião Mensal	Reunião Bimestral	Reunião Mensal	Reunião Quinzenal
Objetivo Principal & Especifico	Quebra do Déficit Habitacional	Desfavelização	Entrega Casas Populares	Entrega Escola Praça Creche etc.	Qualidade de Vida
Relatório Final	Início Atividades e Metas Teóricas	Cumprir Meta Mínima	Cumprir Meta Mínima	Cumprir Meta Máxima	Cumprir Cronograma Final

Quadro: Projeto Habitacional

Fonte: www.sjc.sp.gov.br/secretarias/habitacao.aspx, 2012

3.3.3 Projeto: Construção de 20.000 Casas Populares.

Objetivo Final – Entrega de Casas Populares & Quebra do Déficit Habitacional.

Realização: Prefeitura Municipal de São José dos Campos - SP

Cronograma – em quatro anos construir 20.000 casas populares, que em média são 5.000 casas por ano e uma média de 1.200 casas em cada região – Norte, Sul, Leste e Oeste.

Vantagens – Desfavelização, Qualidade de Vida, Aumento do Número de Escolas, Creches, UPA-Saúde, Praças, Esporte, Lazer, Condução, Vias Públicas, Comércio Local, Pequenas Empresas, Crescimento da Economia Local, etc.

Possibilidade de fornecer para essa população, Saneamento Básico, Água, Luz, Telefone, Moradia, Saúde, Lazer, Escola, Transporte, Creche, Qualidade de Vida, etc. No caso do Pinheirinho, uma solução e não a invasão. (Sugestão de Projeto).

Se algo parecido tivesse sido aplicado ou criado no ano 2000, hoje em 2012 não teríamos a expulsão arbitrária e armada, como foi feita na Favela Pinheirinho e o déficit habitacional da cidade já estaria bem menor ou resolvido, pois somos a terceira maior arrecadação do estado de São Paulo, ou seja: não falta dinheiro para investir em habitação.

Abaixo um pouco da situação atual da parte habitacional de São José dos Campos – SP e de algumas cidades do Vale do Paraíba:

Amostragem da Pesquisa de Instrumentação do Planejamento Urbano e Avaliação do Déficit Habitacional em São José dos Campos - SP.

Podemos perceber que a cidade foi construída de maneira a permitir que se tenha acesso a informações detalhadas para cada um dos 24 Setores Socioeconômicos, nos quais foi dividida a área urbana do município.

3.4 AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE HABITAÇÃO EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS – SP

As Políticas Públicas formam um conjunto de ações desencadeadas pelo Estado na busca ao bem coletivo, podendo ser desenvolvidas direta ou indiretamente pelo Estado ou ainda em parcerias com organizações não governamentais da iniciativa privada.

Para a aplicação das políticas públicas o Governo em suas esferas deve fazer um planejamento previo conforme estabelece a Carta Magna em seu artigo 165 e seguintes:

“Art. 165 - Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão”:

I - o plano plurianual;

II - as diretrizes orçamentárias;

III - os “orçamentos anuais”

Nesse sentido a presente monografia e estudo de caso, se propõem a analisar o planejamento, execução e objetivos das políticas públicas de habitação em São José dos Campos – SP.

Para o desenvolvimento da pesquisa e método de trabalho foram feitas pesquisas em relação a habitação em São José dos Campos – SP e Governabilidade da Gestão Administrativa da Prefeitura da cidade, além de análise do Caso Pinheirinho.

3.4.1 Desenvolvimento

A política habitacional e de urbanização no Brasil sinaliza para o não atendimento na íntegra em seu objetivo maior, que é o de solucionar o problema da moradia para a população, principalmente a mais carente.

Isso ocorre devido à expansão capitalista nas áreas urbanas, que define um mercado urbano de terras, segregando áreas e valorizando-as.

A exploração capitalista ocorre na medida em que as políticas públicas habitacionais são implantadas pelo poder público, atendendo aos anseios de determinados grupos de pressão, principalmente quanto das alterações do zoneamento urbano e as despesas com infraestrutura e o saneamento básico.

Comparativo PPA 2010-2013 SJC – SP - Campos em mil R\$					
ANO	2010	2011	2012	2013	TOTAL
<i>ESTIMATIVA RECEITA / DESPESAS</i>	<i>1.386.120</i>	<i>1.369.200</i>	<i>1.411.411</i>	<i>1.590.565</i>	<i>5.757.296</i>
ADMINISTRAÇÃO SEC. HABITAÇÃO	3.058	3.192	3.326	3.456	13.032
LOCAÇÃO DE IMOVEIS	26	29	32	35	122
FUNDO INFRA ESTRUTURA URBANA	40	42	44	46	172
PROG. INFRA ESTRUTURA URBANA	21.297	2.072	37	47	23.453
SERVIÇOS ASSESSORIA	1.927	2.023	2.113	2.186	8.249
PROGRAMA HABITACIONAL	22.977	6.356	5.462	4.598	39.393
OBRAS DE SANEAMENTO	178	203	223	243	847
TOTAL SECRETARIA HABITAÇÃO	49.503	13.917	11.237	10.611	85.268
% HABITAÇÃO/RECEITA	3,5713	1,0164	0,7962	0,6671	1,4810

Quadro 1 Comparativo PPA 2010 - 2013 SJC/SP - Campos em mil R\$

Fonte: Lei nº 8.032/2.009 PPA 2010 à 2013

Os números acima demonstram que a teoria de não atendimento na íntegra em seu objetivo maior, que é o de solucionar o problema da moradia para a população, principalmente a mais carente, mais uma vez se confirma, onde em média menos de 1,5% das receitas são empregadas em habitação.

Além disso, em 1º de julho do corrente ano os valores e metas da PPA 2010-2013, foram realinhados através da Lei nº 8.429/11, que em média aumentou a estimativa de receita em 8%, porém nas políticas habitacionais aponta para construção de 4.000 unidades habitacionais em 4 anos para um total de 30000 cadastros, estipula metas de atender famílias de baixa renda em situação de risco em 500 famílias contra 1000 em 2010 a meta de urbanização de favelas é de 5% ao ano, duplicando as obras de saneamento, reduz a menos da metade os recursos para locações de imóveis. Aloca os adiantamentos todos para 2012 e 2013, reduz à metade o programa de estruturação urbana e em 20% aproximadamente o programa habitacional e aumenta em 5% os serviços de assessoria no setor de habitação.

Em São José dos Campos - SP apesar do site <http://www.pnud.org.br> - demonstrar evolução de indicadores sociais, econômicos e educacionais apontando um IDH elevado, às políticas públicas de habitação no município estão longe de uma solução adequada.

Somente após uma análise complexa e objetiva é possível identificar as demandas e suas possibilidades de melhoria, pois a sociedade brasileira apresenta enorme diversidade natural, social, política e econômica que gera pressões em diversos níveis de gestão, ainda assim o governo deve buscar os reais objetivos das medidas aplicadas relacionadas às mudanças sociais necessárias ao município. Vários atores e formas de organização popular têm papel preponderante em intervir nas ações de políticas públicas, tanto em seu processo de elaboração quanto na avaliação do projeto.

Em São José dos Campos, apesar das audiências públicas e associações de bairro, Rua (2009) cita vários atores (Stakeholders) como a mídia, associações de classe, estudantes e ambientalistas, estes ainda têm

grande espaço para se articularem com outros atores, para proporem uma política habitacional mais democrática e inclusiva.

A partir do momento em que se podem acomodar as expectativas dos atores sociais, a partir da negociação e dos debates, será possível chegar a uma decisão estrutural que defina as diretrizes fundamentais de uma política habitacional que seja eficiente, eficaz e, principalmente, com efetividade.

Será visto no caso de São José dos Campos SP, que embora exista uma política habitacional bem definida, os esforços municipais ainda estão muito aquém de resolver os problemas de habitação da cidade.

3.5 RESULTADOS: A QUESTÃO HABITACIONAL EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - SP

A questão habitacional é um tema bastante complexo e que envolve importantes variáveis como: renda, mobilidade social e outras relacionadas aos aspectos econômicos-sociais.

Diagnóstico do IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2009) mostra que a situação da moradia no país envolve quatro aspectos essenciais, os quais são: déficit habitacional quantitativo, inadequação de moradias, segregação da população em assentamentos humanos precários e esvaziamento das áreas urbanas centrais.

Outro aspecto relevante quando se fala na questão da moradia são as políticas públicas necessárias para permitir o acesso às famílias carentes e com baixa renda.

De acordo com Rua (2009), “Política pública geralmente envolve mais do que uma decisão e requer diversas ações estrategicamente selecionadas para implementar as decisões tomadas”. “Ou seja: não basta apenas acrescentar na agenda política essa questão, mas também desenvolver ações que levem aos resultados de tais medidas.”

De acordo com o IPEA (2009), déficit habitacional é um conceito amplo, uma vez que envolve à necessidade de reposição ou incremento do estoque de moradias em razão da habitação precária, famílias que gastam parte do salário no pagamento de aluguéis, ou ainda aquelas que vivem em situações de moradia abaixo do nível aceitável de qualidade e alto nível de adensamento populacional. A questão da moradia é uma preocupação nacional e isso se justifica pelo déficit habitacional apresentado em todas as áreas no território nacional. No estado de São Paulo, tal preocupação tem sido destaque na agenda política nas diferentes esferas de governo conforme entrevista do secretário estadual de habitação (SP) disponível no site: <https://www.youtube.com> .

Abaixo são citadas as políticas habitacionais coordenadas pela Secretaria Municipal de Habitação do município de São José dos Campos - SP, na integra.

Missão:

Implantar os programas de habitação popular no município, gerenciando os recursos existentes, proporcionando atendimento cada vez melhor aos munícipes, construindo moradias, regularizando os loteamentos irregulares, urbanizando favelas quando possível, visando condições dignas de moradia à população de baixa renda.

Lei:

A lei municipal que criou a Secretaria de Habitação foi a Lei Municipal N° 6.808, de 25/05/2005.

Atuação:

Atua como responsável pelos programas habitacionais, pela regularização fundiária, pelo cadastramento e monitoramento da demanda e comercialização das moradias oferecidas pelo município, entre outras atividades.

Atribuições:

Entre as atribuições, está o gerenciamento da política habitacional do município, com a elaboração e o acompanhamento de projetos, tanto do ponto de vista da engenharia e arquitetura como do aspecto social, e a fiscalização das áreas loteadas irregularmente.

Outra tarefa desenvolvida é a coordenação e o acompanhamento do trabalho social, o apoio à consolidação dos projetos e o desenvolvimento comunitário nos conjuntos habitacionais construídos. Isso contribui no processo de preparação das famílias habilitadas para ocupação e uso regular da moradia.

3.5.1 Estrutura e Atribuições

3.5.1.1 Departamento de Habitação

Desenvolve e implanta políticas habitacionais, cadastra e monitora a demanda e a comercialização das unidades habitacionais oferecidas pelo município.

Também fornece plantas populares às famílias de baixa renda, com acompanhamento técnico para autoconstrução de moradia econômica de acordo com a legislação vigente.

É composto pelas divisões de Atendimento de Demanda e de Programas Habitacionais.

3.5.1.2 Departamento de Regularização

Coordena o Programa de Regularização dos Loteamentos Clandestinos, identificando e fiscalizando as áreas loteadas clandestinamente.

É composto pelas divisões de Controle de Regularização Fundiária e de Projetos.

3.5.1.3 Assessoria de Desenvolvimento Comunitário

Coordena e acompanha o trabalho social, apoia e acompanha os projetos e o desenvolvimento comunitário nos conjuntos habitacionais implantados, contribuindo no processo de preparação das famílias habilitadas para ocupação e uso regular da moradia.

3.5.1.4 Plantas populares

Por meio de convênio com a Associação de Engenheiros e Arquitetos, a Prefeitura fornece plantas populares às famílias de baixa renda, com acompanhamento técnico para autoconstrução de moradia econômica, de acordo com a legislação vigente. As casas devem ser térreas de até 70 metros quadrados de área construída. O munícipe pode escolher um dos modelos existentes.

Há também plantas populares voltadas para pessoas com deficiência e idosos. A iniciativa é uma aplicação prática dos conceitos de acessibilidade e mobilidade reduzida, voltados à eliminação de barreiras arquitetônicas. São vários modelos, para terrenos com diferentes medida (5, 6, 7, 8 e 10 metros). Se o imóvel tiver medidas irregulares, o munícipe receberá orientação técnica e será desenvolvida planta especial para cada caso.

Nos dois casos, um profissional responsável acompanha o projeto, desde a construção até o habite-se, sem nenhum custo para o morador.

Critérios

- Possuir apenas um imóvel no município;
- Não ter solicitado este benefício nos últimos cinco anos;
- Ter renda familiar de até seis salários mínimos;

Documentos

- Cópia do documento de propriedade (escritura do terreno ou contrato de compra e venda), com as firmas dos compradores e vendedores reconhecidas em cartório;
- Cópia do RG e CPF;
- Cópia de comprovante de renda (holerite atual);
- Caso não tenha holerite, é preciso apresentar declaração de renda acompanhada da carteira de trabalho;

3.6 POLÍTICAS HABITACIONAIS

Os programas habitacionais de São José dos Campos são realizados em parceria com os governos Federal e de São Paulo, organismos internacionais de financiamento e as concessionárias de serviços públicos

Voltado para atender a demanda geral do município, o interessado precisa atender determinadas condições. A inscrição obedece aos critérios abaixo. Só pode ser feita pelo chefe de família ou cônjuge e é intransferível. É importante manter sempre o endereço atualizado. Expirado o prazo de três anos, os inscritos serão automaticamente desabilitados.

Critérios para participar

- Residir em São José dos Campos no mínimo há dois anos;
- Não possuir imóvel em nome do candidato ou cônjuge;
- Não ter sido contemplado em programas habitacionais;
- Ter mais de 18 anos ou ser emancipado;
- Apresentar todos os documentos exigidos;
- Ter renda de até 10 salários mínimos;
- Manter sempre o endereço e demais dados atualizados;

Documentos necessários (originais)

- RG e CPF de cada um dos cônjuges;
- Comprovante de renda do casal;
- Comprovante dos dependentes: certidão de nascimento dos filhos com menos de 18 anos, tutela, INSS;
- Holerite, declaração de renda como autônomo ou informal assinado por duas testemunhas, comprovante de INSS ou carteira profissional;
- Comprovante de dependentes: certidão de nascimento dos filhos com menos de 18 anos, tutela, INSS;
- Comprovante de endereço atual em nome do candidato: conta de água, luz, telefone, contrato de locação, correspondência bancária, carnê do comércio local;
- Comprovante de tempo de moradia no município: carteira de vacinação dos filhos, histórico escolar do ensino médio e fundamental, certidão de casamento, certidão de nascimento dos filhos, contrato de locação, declaração de programas sociais, carteira de trabalho;
- Comprovante para candidato ou dependentes com deficiência: benefício de prestação continuada, INSS, laudo médico com número do CID;

(www.sjc.sp.gov.br/secretarias/habitacao.aspx , 2012)

Endereços para inscrição:

- Rua José de Alencar, 123, Centro (Paço Municipal, 3º andar).
- Avenida Salinas, 170, Satélite.
- Avenida Felício Savastano, 120, Vila Industrial.
- Rua 15 de Novembro, 259, Eugênio de Melo.
- Rua Schaia Feigenson, 130, Telespark.
- Avenida São João, 2200, Shopping Colinas (Poupatempo).

Cronograma: Site habitação – www.sjc.sp.gov.br

07/10/2011 - Habitação

Prefeitura começa regularização de mais três loteamentos

09/08/2011 - Loteamento

Jardim Mesquita é regularizado em São José dos Campos

01/08/2011 - Habitação

Famílias do Rio Comprido recebem chaves da casa nova

29/07/2011 - Habitação

Famílias do Rio Comprido recebem casa nova neste domingo (31)

22/07/2011 - Habitação

Moradores do Rio Comprido conhecem novos apartamentos

21/07/2011 - Moradia

Sorteio das casas para as famílias do Rio Comprido muda de local

19/07/2011 - Habitação

CDHU sorteia apartamentos às famílias do Rio Comprido

08/06/2011 - Habitação

Trabalho social começa com moradores dos conjuntos habitacionais

18/04/2011 - Henrique Dias

Justiça cumpre reintegração de posse

11/04/2011 - Habitação

Escritura garante direitos de propriedade na Vila Abel

3.7 HISTÓRIA DO PINHEIRINHO

A favela do Pinheirinho começou em 2004 com 150 famílias vindas de outras ocupações da cidade e por causa da falta de política de habitação na cidade. No final de 2003, essas famílias se cansaram de acreditar na promessa da prefeitura e ocuparam 150 casas da CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano), no Campo dos Alemães. Eles foram expulsos do local e como não tinham para onde ir ocuparam um campo de futebol conhecido como “Campão do Campo dos Alemães”.

Do ponto de vista socioeconômico, acredita-se que a Favela do Pinheirinho nada mais é que consequência da concentração de renda, exploração da mão de obra barata, pois onde tem grandes empresas, automaticamente haverá busca por emprego, portanto, se a cidade não oferece condições de acolher essa mão de obra, o resultados não será outro, que a precarização de moradia, transporte público, saúde e educação, sem falar nos outros problemas de política pública social, que podem surgir nas grandes cidades.



Figura 5 Vista Panorâmica da Favela Pinheirinho

Fonte: Revista Eletrônica Política & Economia – Pinheirinho.

<http://www.politicaeconomia.com/2012/01/pinheirinho-em-sao-jose-dos-campos-2012>

3.8 A QUEM “PERTENCE” A ÁREA DO PINHEIRINHO

O terreno onde se localizava a Favela do Pinheirinho é de propriedade de Naji Nahas, que ficou conhecido por especular e faturar com fraudes operando ações da Vale (ex-Vale do Rio Doce), do Banco do Brasil e da Petrobrás. Ele criava resultados no mercado que não existiam de verdade. O especulador cumpriu prisão em 1989, quando já havia montado um império fraudulento de quase 30 empresas agrupadas no holding Selecta Indústria e Comércio.

A Selecta é suspeita de falência fraudulenta por ter decretado concordata para fugir de um rombo de US\$ 40 milhões. Para não pagar, Naji fechou a empresa e contou com a ajuda da justiça, que decretou falência, para não pagar o que devia. É essa empresa fraudulentamente falida que deve R\$ 15 milhões para São José dos Campos em impostos atrasados que quer a área do Pinheirinho (SINDIPETRO - www.sindipetrosjc.org.br)

3.8.1 O Programa Habitacional em São José dos Campos é Ficção

Segundo o SINDIPETRO (Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Destilação e Refinação de Petróleo) – o problema habitacional na cidade só cresceu na última década, e a prefeitura não criou casas populares para retirar os moradores da favela Pinheirinho. A farsa da lista da habitação dura décadas. Os moradores do Pinheirinho ficaram oito anos no local e não foi chamado para nenhum programa de casas populares, como foi prometido à época da desocupação do Campão de futebol. Essas pessoas estão a oito anos esperando uma casa popular e até agora nada.

3.8.2 A Legalização das Moradias

O governo estadual e o governo federal já demonstraram interesse em resolver a questão, mas a prefeitura não deixa. Incapaz de resolver o problema, o prefeito ainda impede que as outras esferas do poder público tentem resolver a questão se negando a cadastrar o Pinheirinho em uma lista de programa habitacional.

Um departamento da USP (Universidade de São Paulo) já estuda um projeto de moradias populares para o Pinheirinho, que é a maior ocupação urbana da história do país. Até o famoso e importante arquiteto Oscar Niemayer já havia proposto o mesmo (SINDIPETRO - www.sindipetrosjc.org.br, 2012)

O poder municipal parece ignorar o fato de que milhares de favelados (cerca de sete mil pessoas vivem no local) não vão simplesmente desaparecer só porque ele e uma juíza arbitrária de São José resolveram perseguir os pobres.

A prefeitura teve oito anos para resolver o problema e não o fez. Agora quer desalojar os moradores do local sem nenhum tipo de proposta de habitação popular e a base de força policial. É a perseguição arbitrária, irresponsável de trabalhadores pobres e ataque a dignidade humana. Todo ser humano merece respeito!

A área já deveria ter sido desapropriada em função da dívida com a cidade e o local destinado a moradias populares. Arbitrariamente e na perseguição, nem prefeito, nem governador e nem juíza (que insiste em uma liminar absolutamente suspeita) vão resolver o problema da moradia, principalmente com perseguição e violência.

3.9 A OCUPAÇÃO DA FAVELA DO PINHEIRINHO

“No dia 22 de janeiro de 2012, um grande efetivo policial, formado por aproximadamente dois mil homens da Polícia Militar de São Paulo (provenientes de batalhões de municípios do Vale do Paraíba, do Litoral Norte e até da capital) e da Guarda Civil Municipal de São José dos Campos – SP, apoiados por dois helicópteros e pelo menos um carro blindado da PM, além de várias viaturas policiais, ambulâncias e um caminhão dos bombeiros-, invadiu e despejou centenas de famílias, um número incerto entre 3000 e 9000 pessoas - que há oito anos ocupavam um terreno de cerca de 1 milhão de m² no local conhecido como Pinheirinho, Zona Sul de São José dos Campos – SP” (A Folha de São Paulo, pág.5, 2012).

Todo este problema ocorreu por falta de um planejamento na Ação Política desocupação do Pinheirinho, e de uma decisão arbitrária e desumana de uma juíza da esfera Municipal e Estadual que em desobediência a esfera Federal Jurídica mandou cumprir o mandado de reintegração de posse.

Apesar de toda a mobilização Nacional. Mandados judiciais derrubados, a luta de uma juíza a favor da desocupação da área pertencente à massa falida de uma empresa que se estabeleceram no Município anos atrás, a Prefeitura que procurou se manifestar de maneira tímida diante do impasse, nada aconteceu. Cumpriu-se o mandado.

Entre idas e vindas, políticos das diferentes esferas de Governo visitaram o local; Deputados Federais, Direção Sindical (de diferentes sindicatos), Presidente, Governador, Briga Judicial, na Esfera Federal, Estadual e Municipal, juntamente com a população local da área a ser desocupada e, que se preparava para uma possível “Guerra”, algo parecido com Carajás, o “**Grande Dia Chegou**”. Na madrugada de janeiro de 2012, uma grande operação contando com homens preparados para uma “Guerra”, armados, invadiram um local de moradias de pessoas (na maioria delas trabalhadoras e pobres), que tiveram de deixar suas casas e, se ver diante de um futuro incerto, sem ter para onde ir com suas crianças.

A falta de preparação da Operação por parte da Polícia local, e da Polícia do Estado de São Paulo, que deveria ter previsto as necessidades de moradia pra suprir a “imensa” demanda que surgiria com tal situação, levou ao caos o Município de São José dos Campos.

Tudo isso ocorreu na manhã de um Domingo, onde o Fórum e os Órgãos do Judiciário estariam fechados, o que impediria a derrubada da decisão que permitiria esse desmando dos Direitos Humanos e, que mesmo assim, teve seu mandado derrubado.

Agora, depois de todo o ocorrido – das casas serem destruídas, da população que se encontra sem ter onde morar, em abrigos improvisados, de denúncias de abuso sexual e de poder por parte dos policiais, de tudo isso, o Governo Federal, Estadual e os órgãos de Defesa dos Direitos Humanos, se manifestaram achando um absurdo tudo o que aconteceu.

Enquanto havia tempo, quando podia ter sido feito um planejamento prévio das reais necessidades e demandas, que surgiriam diante da operação e, até mesmo antes dela, não se fez absolutamente nada de concreto e amigável.

Quando avaliado se seria conveniente ou não, a regularização da área ocupada, nada foi feito por um período de onze anos.

O que ocorreu foi uma falha gravíssima, faltou planejamento nas ações do Pinheirinho, sobre as consequências que teria na vida das pessoas uma ação dessa magnitude.

3.10 FAMÍLIAS AGUARDAM REINTEGRAÇÃO DO PINHEIRINHO – CLIMA DE TENSÃO

O que uma decisão jurídica errada e não planejada com antecedência pode causar com uma cidade e suas Políticas Públicas.

Recentemente a população do Município de São José dos Campos – SP, vivenciou uma cena de desocupação de uma grande área urbana, sem que houvesse um planejamento prévio e um estudo a cerca das necessidades da população frente à desocupação e anterior a ela.

Segundo o princípio da função social da propriedade urbana, definido nos artigos 5, 170 e 182 da Constituição brasileira, o terreno ocupado seria passível de desapropriação com vistas a implantação de programa habitacional, que beneficiaria não só as famílias ocupantes como outras.

Entretanto, nem o governo municipal nem o federal principais credores da Selecta, tomaram ações definitivas neste sentido, apesar das inúmeras promessas. Por seu lado, a massa falida entrava com ação de reintegração de posse contra as famílias.

O número de famílias ocupantes cresceu (eram estimadas em cerca de dois mil, totalizando quase dez mil pessoas), as casas receberam melhorias (a maioria era de alvenaria), desenvolveu-se um comércio local, foram estabelecidas igrejas e atividades sociais foram desenvolvidas por apoiadores como sindicatos, estudantes, associações religiosas e profissionais. Isso tudo apesar da falta de investimento público básico, como saneamento, pavimentação, redes de luz e esgotos etc. O movimento sem teto, enquanto isso procurava permanentemente estabelecer canais de diálogo com os governos federal, estadual e municipal, visando a regularização da área.

³Vide o assunto no link abaixo:

³ **[Desocupação do Pinheirinho – Wikipédia, a enciclopédia livre](https://pt.wikipedia.org/wiki/Desocupação_do_Pinheirinho)**
pt.wikipedia.org/wiki/Desocupação_do_Pinheirinho



Figura 6 Moradores do Pinheirinho fizeram escudos de tambor plástico para se preparar para a reintegração **Fonte:** Nilton Cardin/Folhapress - FOLHA DE SÃO PAULO – 2012 - <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/1034255-reuniao-sobre-area-invadida-termina-em-impasse-em-impasse-em-sp.shtml>

Figura 7 Violação de Direitos Humanos na Ocupação Pinheirinho (São José dos Campos/SP) - Ação de Reintegração e Tratamento dos Despejados



Fonte: www.global.org.br. 2012

3.11 PROCESSO DE REINTEGRAÇÃO

Em 2011, no processo de reintegração de posse que corre na Justiça Estadual, a juíza da 6ª Vara Cível de São José dos Campos, recebeu um pedido da Selecta, para que fosse marcada data de realização de audiência de instrução e, apesar de se tratar de posse velha, determinou a reintegração liminar da área. Desconsiderando que as famílias já se encontravam no local há oito anos e, havendo iniciativas governamentais de regularização fundiária do local.

As três esferas de governo discutiram um Protocolo de Intenções que detalhava a participação federal, estadual e municipal no processo de regularização.

O Governo Federal proporcionaria a desapropriação da área, enquanto que o Governo Estadual planejava a implantação da infra-estrutura urbana -, o Secretário Estadual de Habitação, Silvio Torres, inclusive, já havia visitado o local.

O município, por sua vez, havia autorizado e realizado o cadastramento das famílias. Apesar de todo esse quadro favorável, à permanência dos moradores, a juíza manteve a decisão, embora, reconhecesse que faltava apenas o aval da prefeitura municipal, que ainda analisava a proposta.

Na madrugada do dia 16 de janeiro de 2012, quando a força policial já se posicionava para executar a reintegração, a juíza federal substituta Roberta Monza Chiari, deferiu liminar determinando às forças estaduais de segurança, que não promovessem a desocupação; já que foi reconhecido o interesse da União, no processo de regularização do local e, a inexistência de motivos concretos para a realização apressada de um ato de remoção.

Porém, o juiz Rodrigo Capez foi selecionado pelo Tribunal de Justiça de São Paulo para acompanhar a ação como auxiliar do presidente do Tribunal, o desembargador Ivan Sartori. A resposta redigida pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, determinou que fosse desconsiderada a decisão do TRF

e autorizou às forças estaduais de segurança que enfrentassem uma possível resistência por parte da Polícia Federal. E desta forma, a ordem de reintegração começou a ser executada novamente, aproximadamente às 05h30min da manhã do dia 22, poucas horas após o fim da comemoração da suspensão da primeira invasão.

3.12 CUSTO DA OPERAÇÃO PINHEIRINHO

Figura 8 Custo da Operação Pinheirinho



Fonte: Jornal O vale. 2012 - www.valeparaibano.com.br/

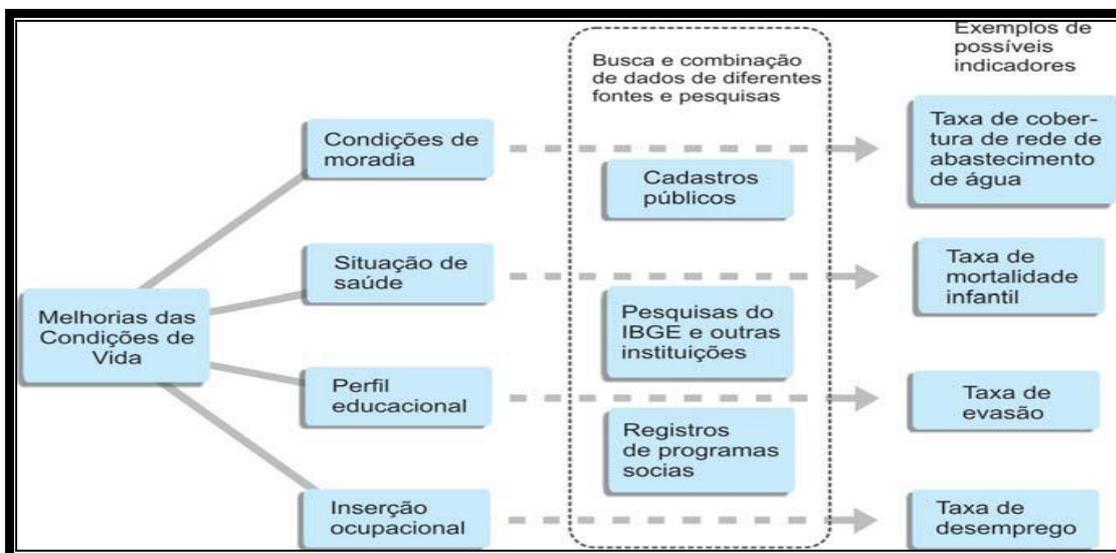
3.13 O QUE DEVERIA TER SIDO FEITO ANTES DA ORDEM DE INVASÃO

De acordo com tudo que foi estudado sobre Gestão na UTFPR, deveria ter sido feito anteriormente um Estudo Social sobre a área e seus moradores, havendo a possibilidade de urbanizar o próprio local, utilizando-se da mão de obra dos próprios moradores, que já ocupavam o local há quase onze anos.

Como havia uma ordem jurídica de menor instância para desocupar a área e uma de maior instância (Federal) - para se negociar e achar uma solução política e pacífica para a situação; houve um desacato e, a ordem menor prevaleceu.

Este desacato causou um Desagravo Social, que não levou em consideração a elaboração de um diagnóstico da realidade social vivenciada por famílias de uma comunidade, bairro, município ou estado. Certamente esta é uma tarefa bastante complexa, especialmente quando se requer que tal realidade seja representada por um conjunto de medidas Quantitativas e Qualitativas e seus Indicadores Sociais, que podem mudar para melhor ou pior, o Bem Estar Social de uma População, no caso específico da Favela Pinheirinho.

Deveriam ter sido estudados os seguintes gráficos:



3.15 OBSTRUÇÃO DO ACESSO DAS FAMÍLIAS DESPEJADAS AOS SEUS PERTENCES.

Embora a prefeitura afirmasse que a reintegração se daria em três etapas (retirada das pessoas, catalogação e separação dos pertences, devolução dos pertences às famílias), a operação acabou levando à perda da maioria dos bens dos removidos. As famílias foram retiradas de forma apressada, literalmente enxotadas pelos tiros, bombas de gás e em muitos casos, foram obrigadas a deixar para trás seus móveis, aparelhos eletrodomésticos e a maior parte dos objetos pessoais. (<http://global.org.br/wp-2012/01/Pinheirinho-um-Relato-Preliminar-da-vol>).

Aparentemente funcionários da prefeitura etiquetaram os pertences e lacraram as casas, mas a demolição das residências começou (talvez ainda no dia 22, mas com certeza já no dia 23) antes que todos pertences fossem removidos para depósitos municipais.

Os moradores não tiveram acesso ao terreno e a suas casas até o dia 25, entretanto ao final desse dia a polícia retirou-se repentinamente do local, que ficou assim exposto à ação de saqueadores.

Na realidade, conforme apresentado, as casas foram derrubadas com os pertences dentro, bens foram quebrados antes de serem jogados em sacos de lixo e acumulados em galpões públicos e não houve um controle efetivo por parte do Poder Público para impedir que outras pessoas entrassem no que havia restado do Pinheirinho e simplesmente pegassem o que quisessem.

Muitos moradores declaram que ainda estão pagando pelo material de construção de suas casas e bens que foram destruídos. (<http://global.org.br/wp-2012/01/Pinheirinho-um-Relato-Preliminar-da-vol>) .

Figura 9 Pinheirinho - Ana Paula da Conceição - na desocupação do Pinheirinho no momento da destruição de sua casa



Fonte: Estadão, 2012 (www.oestadodesp.com.br , 2012)

As famílias despejadas foram levadas inicialmente a um centro de triagem situado numa quadra poli esportiva próxima à ocupação, e depois distribuída por quatro abrigos diferentes, três organizados pela prefeitura e um pelo movimento social. No dia 25 de janeiro, as famílias abrigadas no local então coordenado pelo movimento social deixaram e tiveram que se deslocar a pé para outro abrigo, providenciado pela prefeitura, distante cerca de 4 km, no bairro Jardim Morumbi. (www.ovale.com.br , 2012)



Figura 10 Reintegração deixa legião de desabrigados Fonte: - (<http://www1.folha.uol.com.br>, 2012)

4 SUGESTÕES E RESOLUÇÕES PARA O PROBLEMA

4.1 PROPOSTA - O QUE TEORICAMENTE DEVERIAM TER FEITO

De acordo com tudo que estudamos sobre Gestão na UTFPR, deveria ter sido feito anteriormente um estudo social sobre a área e seus moradores, havendo a possibilidade de urbanizar o próprio local, utilizando-se da mão de obra dos próprios moradores, que já ocupavam o local há quase onze anos. Como havia uma ordem jurídica de menor instância para desocupar a área e uma de maior instância (Federal) - para se negociar e achar uma solução política e pacífica para a situação, houve um desacato e a ordem menor prevaleceu.

Causando um Desagravo Social, que não levou em consideração o seguinte estudo: A elaboração de um diagnóstico da realidade social vivenciada por famílias de uma comunidade, bairro, município ou estado que é certamente uma tarefa bastante complexa, especialmente quando se requer que tal realidade seja representada por um conjunto de medidas quantitativas ou indicadores sociais, que podem mudar para melhor ou pior.

Através de fotografias de diferentes locais e posições da comunidade, os indicadores permitem reconstituirmos um retrato aproximado de determinadas dimensões da realidade social vivenciada. Assim como filmagens, indicadores coletados de forma periódica podem permitir o monitoramento da mudança social na comunidade, seja ela positiva ou negativa.

Como podemos ver também em estudos e publicações do Professor & Orientador Christian, concluímos que: Faz parte da Preservação Sustentável do Planeta, o Bem Estar Social da População, de uma comunidade, seja ela uma favela ou não.

Na - Rio – 92 já se falava em Desenvolvimento Sustentável e Bem Estar Social da População, mudando-se o cenário para melhor ou pior, como o ocorrido na Favela Pinheirinho, como podemos ver no texto abaixo:

“Foi na Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente (Rio 92), que surgiu a ideia de definir padrões sustentáveis de desenvolvimento considerando a tríade equidade social, prudência ecológica e eficiência econômica, levando em consideração aspectos ambientais, econômicos, sociais, éticos e culturais.

Embora que difíceis de estabelecer, até porque a preocupação em mensurar o que é sustentável é relativamente recente, os indicadores de sustentabilidade não são apenas necessários, mas indispensáveis para fundamentar decisões em diversas áreas de atuação dos agentes em nível local, regional e nacional.

Não obstante a necessidade de quantificar a informação que servirá de base para a análise e implantação de medidas que visam a melhora do nível ou padrão de sustentabilidade de um determinado extrato (cidade, região, país) - o uso de índices e indicadores é matéria ainda não pacificada entre os estudiosos, pois mesmo sendo inegável que há vantagens no uso dessas ferramentas, não podemos, por outro lado, esquecer as desvantagens que se fazem presentes, tais como: dificuldade em traduzir matematicamente os parâmetros selecionados, perda relativa de informação no processo de agregação de dados e dificuldade na aplicação em determinadas áreas como o ordenamento do território e paisagem.

Para minimizar esses problemas, (Bossel, 1999). Desenvolveu um modelo em que são consideradas variáveis como eficiência e eficácia, liberdade para promover alterações, adaptabilidade e segurança entre outros. Para isso, Bossel estabeleceu questões-chave relacionadas a essas variáveis na forma de perguntas:

Há mensurações relevantes (eficiência/eficácia)?

Existe a necessária liberdade para responder a mudanças (liberdade para promover alterações)?

Pode ser adaptável a desafios (adaptabilidade)?

É seguro e estável (segurança)?

Dada à importância cada vez maior de um conceito de desenvolvimento sustentável, os indicadores de sustentabilidade devem permitir vigilância, comunicação e acessibilidade da informação técnica e científica para diferentes grupos de usuários, permitindo-lhes traçar uma perfeita correlação de causa e efeito em eventos e contextos aparentemente diferentes. Integrar um número elevado de informações multidisciplinares, de forma coerente, para um público não especialista, é o grande desafio para o desenvolvimento de um sistema de indicadores.

Os mesmos devem ser enxutos e sintéticos, capazes de comunicar realidades complexas de forma resumida. Informar bem, usando indicadores simples ou complexos, implica em responder às expectativas e reivindicações dos diversos stakeholders, mostrando-lhes, de forma a mais precisa possível, que os resultados foram atingidos conforme estratégias previamente definidas, neste caso a Comunidade Favela Pinheirinho em São José dos Campos – SP.

Às melhores práticas para se alcançar esses objetivos, ainda deverão ser descobertas. Hoje ainda estamos sistematizando os conceitos e as informações e estabelecendo padrões que deverão ser aperfeiçoados pela troca de informações e experiências para que tenhamos um modelo mais adequado de mensuração da sustentabilidade.

Talvez o maior desafio aqui seja simplificar sem restringir o essencial, pois os indicadores de sustentabilidade devem integrar as diversas dimensões que a envolvem: cultural, espacial, econômica, social e ambiental e a interdependência entre essas variáveis.

4.2 O PLANO ESTRATÉGICO MUNICIPAL E PLANO DIRETOR MUNICIPAL

Para que O Plano Estratégico & O Plano Diretor exista é preciso - um por força da estratégia e outro por força de lei; ambos são obrigatórios e precisam de:

Estrutura Matricial com Conectividade, Multiliderança com Transparência, Trabalhos em Redes com Cooperação por Órgãos, Participação do Beneficiário na Elaboração e na Execução, combinando Governança com Decisão Participativa mais a ajuda do Voluntariado. O objetivo dos mesmos é de discutir a formatação de cada um desses instrumentos e seus potenciais com as suas limitações no Planejamento Urbano em Plano Diretor & Estratégia Municipal em obediência às Diretrizes do Estatuto das Cidades e de seu plano. É através do Plano Estratégico e do Plano Diretor de um município que podemos mudar um cenário social.

Devido a constante mudança social econômica e política no país a Administração Pública não possui mais margem para o desperdício, sendo cada vez mais necessário a otimização dos recursos para atender as demandas da população, optando-se pelo Planejamento nas Ações Públicas Municipais que é ferramenta norteadora no desenvolvimento das cidades. Essa Monografia pretende analisar o processo de Planejamento na Administração Pública Municipal de São José dos Campos – SP.

Planejar é instrumento de relevância na Gestão Pública e nas empresas, na coisa pública devido às dificuldades financeiras do Estado e pela obediência à Lei de Responsabilidade Fiscal PPA, LOA e LDO pressupõe-se o equilíbrio das contas públicas, devido exigência do Estatuto das Cidades que estabelecem diretrizes e metas na expansão urbana e no desenvolvimento do Município. Urbano ou Rural, levamos em conta ambiente, cultura, turismo, população, economia, social, etc. - Visando uma cidade cada vez melhor.

A Função Básica do Gestor é Coordenar, Monitorar e Articular programas, pessoas e atividades nas diferentes fases de um projeto, assim viabilizando o mesmo, juntamente com sua equipe e se for possível realizar a distribuição das etapas do início ao fim do projeto, para assim lograr êxito. Lembramos que em um projeto as fases nem sempre são lineares e às vezes precisamos retomar ou voltar a outras etapas do projeto, ou refazer procedimentos quando necessário. Mesmo que você escolha várias metodologias de ensino, ou projetos e que não seja a que estudamos neste módulo, lembramos que é importante enfatizarmos, que um projeto deve

sempre responder as perguntas contidas em cada fase que nele existe, sendo assim devemos criar um quadro com os seguintes cronogramas e tópicos: Anos, Meses, Dias, Etapas do Projeto, Identificação da Situação, Levantamento de Informações Sobre a Situação, Diagnóstico, Beneficiários, Objetivos, Justificativa, Programação das Ações, Metodologia, Instituições de Apoio, Programação Orçamentária dos Recursos, Gerenciamento, Reuniões Periódicas & Relatório Final.

Todas estas etapas tem que seguir o seguinte Cronograma Linear - cobrado pelo Gestor: Início do Projeto – Planejamento do Projeto – Execução do Projeto – Controle do Projeto & Encerramento do Projeto, seguindo os pontos citados acima, desde o tempo em Anos, Meses e Semanas até o Relatório Final do Projeto e de preferência com ele sendo realizado e não apenas planejado e engavetado.

Por isso no caso da Favela Pinheirinho em São José dos Campos – SP o governo no caso o prefeito da cidade deveria ter planejado com o Governo do Estado e com o Governo Federal uma ação em conjunto para resolver de forma pacífica a desocupação do Pinheirinho e a compra do terreno invadido e a construção de casas populares para os mesmos, mais adiante falaremos sobre essa possibilidade.

Para tanto o perfil e a presença do Gestor Público é essencial para uma boa administração é através dele e de seu secretariado é que o prefeito faz um governo positivo e assertivo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com tudo que foi analisado e estudado na UTFPR, e no Estudo de caso do Pinheirinho e em relação à Habitação em São José dos Campos – SP faz com que tenhamos a impressão de que a força bruta, nunca deveria ter sido utilizada na Desocupação do Pinheirinho, tenho convicção de que em mais alguns meses com boa vontade política o caso se resolveria,

bastava o Governo Federal se juntar com o Estadual e a Prefeitura, que em uma força tarefa conjunta, juntamente com os moradores locais, poderiam em força de mutirão, levantariam suas próprias casas.

O Governo Federal compraria o terreno da Massa Falida e o CDHU Estadual entraria com a construção das casas, os moradores com a mão de obra local e a prefeitura contribuiria, com o material, saneamento, asfalto, energia elétrica, praças, escolas, UPAs, hospitais, creches, etc.

Se todos tivessem tido boa vontade política e pessoal, teríamos evitado a ocupação militar e suas consequências, negativas.

A cidade tem um ótimo orçamento, pode gastar bem com habitação e em dez anos dá para fazer um plano que torne zero o déficit habitacional e a evasão escolar, tornando o quadro cada vez melhor e mudando a realidade social do município, da para não ter mais nenhuma favela e empregar boa parte dos munícipes necessitados, mudando a realidade social de muitos cidadãos e dos moradores do Pinheirinho para melhor.

O que a Prefeitura local, gastou em verba de emergência para apagar o incêndio após a invasão e o conflito do Pinheirinho, daria para fazer muitas casas populares para os moradores carentes de São José dos Campos – SP.

O custo total, envolvendo desde o planejamento da retirada dos moradores, envolvendo, policiamento, helicóptero, logística, pós-operação, etc. Ficou maior do que resolvendo o problema pacificamente, com os R\$100.000.000,00 – Cem milhões gastos dariam para acabar com o Déficit Habitacional e melhorar a vida de todos os moradores do Pinheirinho em programas sociais do Governo.

- Através das Políticas Públicas, tanto de iniciativas vindas do Governo Federal como do Estadual, quanto Municipal, o Estado pode minimizar seus problemas sociais em vários setores como: Saúde, Educação, Habitação, Favelas, Saneamento, Obras, Trânsito, etc.

- No caso deste trabalho, Habitação em São José dos Campos - SP.

- A Política Habitacional é um caso delicado para o “Estado” resolver, pois envolve o DÉFICIT HABITACIONAL PÚBLICO, que no Brasil é grande e envolve recursos do FGTS e da Poupança.

- Por isso a Proposta de Monografia e Estudo de Caso, sobre a Favela Pinheirinho em São José dos Campos – SP, a qual foi desumanamente invadida e desocupada por uma Ação Militar da Polícia do Estado de São Paulo, em obediência a uma ordem arbitrária de uma Juíza e suas consequências negativas, para a Administração Municipal da cidade.

- Nela vamos estudar o caso e propor soluções para o acontecimento achando e sugerindo soluções para o Déficit Habitacional da cidade.

6 CONCLUSÃO

Através das Políticas Públicas, tanto de iniciativas vindas do governo Federal como do Estadual, quanto Municipal, o Estado pode minimizar seus problemas sociais em vários setores, saúde, educação, habitação, etc.

No caso deste trabalho, habitação em São José dos Campos - SP.

A Política Habitacional é um caso delicado para o “Estado” resolver, pois envolve o DEFICIT HABITACIONAL PÚBLICO, que no Brasil é grande e envolve recursos do FGTS e da Poupança. O Brasil é um país que gasta muito e poupa pouco, algo que eleva muito os juros da economia.

Tendo em vista que somos um país Capitalista, o sistema habitacional brasileiro envolve grandes interesses de construtoras e do mercado imobiliário, por isso não interessa resolve-los de uma vez só, em países de primeiro mundo este problema é bem resolvido e suas taxas são até negativas, pois sobram casas e faltam moradores, como é o caso da China, onde os recursos de poupança são altíssimos e as reservas do tesouro nacional são muito mais altas do que a nossa, sobram imóveis para todas as classes sociais.

É difícil construir moradias populares com custo baixo ou a preço zero, subsidiado pelo governo, seja Estadual, Municipal ou Federal.

Em São José dos Campos - SP com o mercado imobiliário nocivo, não é possível comprar terrenos a preços baixos e loteá-los com casas de custo reduzido, sem o subsídio alto do Estado, pois estes imóveis precisam ser repassados a população carente com prestações baixas, geralmente tendo o apoio financeiro da Prefeitura.

De acordo com a professora (Rua, 2009) - a política habitacional não se resolve apenas com a vontade de fazer algo e sim com um conjunto de estudos e decisões que perfazem a resolução do problema, inclusive a não proteção de interesses econômicos e da exploração habitacional e imobiliária.

Em São José dos Campos a Política Habitacional não é uma das melhores, mais perto de outros lugares é considerada ótima.

O Prefeito Eduardo Cury em sua última campanha prometeu diminuir o déficit habitacional e construir casas populares suficientes para diminuir o problema e até agora no fim do seu mandato só alcançou pouco mais que a metade, algo que para seu governo e sua gestão não é muito fácil de resolver, pois envolve muitas secretarias e problemas políticos e sociais.

Em especial aqui em São José dos Campos – SP, temos problemas graves com a regularização de bairros clandestinos, que estava nos planos do governo municipal mais até hoje não se conseguiu resolver, virou um problema mais político do que social.

Temos um problema num lugar chamado Rio Cumprido na divisa com a cidade de Jacareí, que além de ser um problema de habitação e regularização de moradia clandestina envolve manancial e secretaria do meio ambiente, sem contar que geralmente quando temos um problema social neste setor, uma cidade joga o problema para a outra, ao invés de as duas cidades se unirem com o estado para resolverem os problemas juntas, uma culpa a outra por anos e o problema só se arrasta.

A cidade de São José dos Campos – SP está tentando com várias secretarias resolver muitos problemas que envolvem estes setores.

Em relação à Desfavelização, São José é exemplo para várias cidades brasileiras, pois desde a década de 1990 este problema vem sendo resolvido, e hoje 90% das favelas foram extintas.

Problemas de vulnerabilidade social e a não proliferação de favelas em São José dos Campos - SP é bem resolvido e até modelo para outras cidades, isso antes da invasão do Pinheirinho.

A prefeitura criou a nova lei de zoneamento que promete resolver nos próximos quinze anos problemas de habitação para todas as classes sociais, não só em relação à habitação popular para as classes C, D e E - algo que o capital especulativo e os donos de construtoras ficaram com raiva, pois não vai muito de acordo com os seus interesses, ver campo (Missão) neste trabalho.

Os capítulos: Resultados, Missão, Lei, Atuação, Atribuições & Estruturas mostram bem como o problema habitacional em São José dos Campos - SP está sendo bem resolvido, não só para as classes D e E mais para todas as outras, principalmente com esta nova lei de zoneamento e edificações.

Conforme proposto na matéria Indicadores Socioeconômicos na Gestão Pública, ministrado pela professora Vanessa e por tudo que estudamos na UTFPR em Gestão e no tema da linha 13 – Políticas Públicas e Desenvolvimento Local do Orientador Christian.

Na Unidade 1 - Que fala sobre Conceito dos Indicadores Sociais onde devemos estudar a importância dos indicadores sociais como instrumento de gestão, no setor público, seja ele no âmbito federal, estadual ou municipal.

Devemos propor e construir medidas para avaliar e melhorar as condições de vida de uma população.

Monitorar os efeitos de uma determinada ação governamental e de várias ações propondo metas e acertos, para que ela se torne positiva e não negativa, melhorando cada vez mais o bem estar social de uma população, seja ela qual for independente de religião, ideologia ou partido, provendo a

necessidade dos cidadãos brasileiros e da população, que são seres humanos e pagam seus impostos.

A elaboração de um diagnóstico de uma realidade social, vivenciada por famílias de uma comunidade, bairro, município, estado ou federação é realmente muito complexo, pois requer uma série de medidas sociais, econômicas e políticas, fazendo assim a mudança de um quadro social, para uma situação mais positiva.

Mexe com indicadores sociais, medidas qualitativas e quantitativas, onde é preciso mudar uma realidade social, para melhor ou para pior. (Ai está a complexidade do caso).

No caso específico da apresentação deste trabalho, onde falamos de uma comunidade de São José dos Campos - SP - Chamada de Pinheirinho - a qual sobre ela incidiram decisões judiciais, políticas e sociais por um período de quase onze anos, fora o preconceito sofrido, tanto da esfera federal como da esfera municipal e estadual, onde se levou nove anos para ver o que seria feito com esta população, tão necessitada de assistência social e política.

O que resultou em uma decisão errônea e arbitrária de uma juíza, que causou um problema social mais grave do que o que já existia que é o problema de Déficit Habitacional e que atinge não só o município de São José dos Campos - SP como todo o país.

Tínhamos um problema habitacional de um bairro clandestino no qual tinham alguns barracos e depois quase três mil famílias e que depois ficou imenso perdurando por quase 11 anos, pois não sabíamos onde colocar estas famílias e onde construir casas para elas, ficando as mesmas a margem da sociedade preconceituosa e elitizada da cidade de São José dos Campos - SP, pois a própria população da cidade, fingia não ter conhecimento deste povo e se pudessem, mandariam os mesmos para suas cidades de origem, só não se tinha ciência de que no meio deles, tinham muitos habitantes e que em onze anos muitos nasceram lá no Pinheirinho.

No Capítulo III – do livro do Orientador Christian podemos ver a questão espacial do desenvolvimento sustentável: características e limitações, quase o mesmo ocorrido no Pinheirinho.

O conceito de sustentabilidade espacial refere-se à capacidade de suporte do planeta ante o crescimento desenfreado da população e suas conseqüentes características como a ocupação irregular do espaço, migração, entre outros fatores.

“A degradação ambiental por conta da ocupação desordenada do espaço urbano tem como consequência a perda da qualidade de vida dos cidadãos.”

Alguns autores referem-se à sustentabilidade espacial como a capacidade de promover o equilíbrio entre o meio rural e o urbano a fim de evitar os impactos negativos da hiper urbanização, priorizando novas formas de civilização, alicerçadas no uso sustentável de recursos renováveis. Os autores de muitos livros dividem o meio ambiente de uma comunidade em:

- Ambiente Natural: solo, água, ar, flora e fauna.
- Ambiente Cultural: integrado pelo patrimônio artístico, histórico, turístico, paisagístico, etc.
- Ambiente Artificial: formado pelo espaço urbano construído, ruas, praças, áreas verdes, etc.

“No capítulo IV, os autores dissertam sobre a aplicabilidade das normas constitucionais e o papel do Estado, conforme os direitos assegurados no artigo 225:

“Todos tem direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para às presentes e futuras gerações.”

Conquistar e manter o desenvolvimento sustentável significa construir sociedades que satisfaçam suas aspirações e necessidades no presente, sem diminuir as chances de iguais privilégios para as gerações futuras. Portanto o desenvolvimento sustentável é um direito humano fundamental e o Estado tem o dever de atuar positivamente na sua realização, por meio de políticas públicas que satisfaçam as suas diversas dimensões previstas na Constituição.

O conceito já consagrado mundialmente deve ser sempre lembrado: pensar globalmente e agir localmente. E ressaltando os ensinamentos do Cacique Seattle - “Tudo está relacionado entre si. Tudo o que fere a terra, fere também os filhos da terra”.

Nossa demanda de pessoas para a fila do programa habitacional, já há doze anos, já era grande o suficiente para causar um problema social sem contar com a população do Pinheirinho.

A saída era desapropriar o próprio bairro e junto com o Governo Estadual e Federal, através do CDHU - Estadual e o programa Federal - Minha Casa Minha Vida, construir em forma de mutirão as casas desta população do Pinheirinho.

Juntando forças - Estadual, Federal e Municipal poderíamos com vontade política independente de bandeira, comprar e desapropriar o terreno, revertendo o dinheiro para a massa falida, proprietária do terreno, pois é errado invadir a propriedade alheia, mais é mais grave ainda causar um problema social maior do que o que se já tem.

A área é tão grande que daria para a prefeitura entrar com a parte menor, que seria o saneamento, luz, asfalto e urbanização com praças, hospital, escolas, etc. A parte maior ficaria com o governo do estado e o governo federal.

Esta comunidade já residia ali por mais de nove anos, onde já tinha todo um projeto urbanístico feito por eles de maneira precária e clandestina, que era maior que muitas cidades do país, o local tem 12 anos de irregularidade.

Uma liminar federal já havia sido expedida, solicitando a não reintegração de posse do local e que nem foi esperada à ser julgada mediante solicitação que: Em medida de emergência fosse feita uma ação conjunta dos governos Federal, Municipal e Estadual para que não fosse feita a desapropriação do local o pedido de um consenso e um período de três meses para resolver o que seria feito do local e de sua população, onde hoje sobrou a massa falida e um imenso lixão de restos de entulho e móveis jogados ao relento.

Tendo em vista que somos um país Capitalista, o sistema habitacional brasileiro envolve grandes interesses de construtoras e do mercado imobiliário, por isso não interessa resolve-los de uma vez só, em países de primeiro mundo este problema é bem resolvido e suas taxas são até negativas, pois sobram casas e faltam moradores, como é o caso da China, onde os recursos de poupança são altíssimos e as reservas do tesouro nacional são muito mais altas do que a nossa, sobram imóveis para todas as classes sociais.

É difícil construir moradias populares com custo baixo ou a preço zero, subsidiado pelo governo, seja Estadual, Municipal ou Federal. Por mais que eles tenham errado em invadir terras que não eram deles, são seres humanos como nós, necessitados de muita coisa, imagine-se desempregado na mesma situação que a deles.

A cidade de São José dos Campos – SP está tentando com várias secretarias resolver muitos problemas que envolvem estes setores.

Em relação à desfavelização São José é exemplo para várias cidades brasileiras, pois desde a década de 1990 este problema vem sendo resolvido, e hoje 90% das favelas foram extintas.

Problemas de vulnerabilidade social e a não proliferação de favelas em São José dos Campos - SP é bem resolvido e até modelo para outras cidades.

A prefeitura criou a nova lei de zoneamento que promete resolver nos próximos quinze anos problemas de habitação para todas as classes sociais, não só em relação a habitação popular para as classes C, D e E - algo que o

capital especulativo e os donos de construtoras ficaram com raiva, pois não vai muito de acordo com os seus interesses, ver campo (Missão) neste trabalho.

Os capítulos: Resultados, Missão, Lei, Atuação, Atribuições & Estruturas mostram bem como o problema habitacional em São José dos Campos - SP está sendo bem resolvido, não só para as classes A - B e C mais um pouco mais lentas para as classes D e E principalmente com esta nova lei de zoneamento e edificações.

O único erro que o Executivo de São José dos Campos - SP está enfrentando é a desocupação forçada do Bairro Pinheirinho e do pessoal do Rio Comprido.

O que obviamente trouxe consequências negativas para o município e para o executivo e suas secretarias.

Por mais que eles tenham errado em invadir terras que não eram deles, são Seres Humanos como nós, necessitados de muita coisa, imagine-se desempregado na mesma situação que a deles.

Agora, depois de todo o ocorrido: depois das condições das casas que foram destruídas, depois da população que se encontra sem ter onde morar, em abrigos improvisados, depois de denúncias de abuso sexual e abuso de poder por parte dos policiais, depois de tudo isso, o governo federal, o governo estadual, os órgãos de defesa dos direitos humanos se manifestam achando um absurdo tudo o que aconteceu.

Mas enquanto havia tempo, quando podia ter sido feito um planejamento prévio das reais necessidades e demandas que surgiriam diante da operação e anterior à ela, não foi feito nada.

Quando avaliado se seria conveniente ou não a regularização da área ocupada, não foi feito nada por parte do poder público.

O que ocorreu foi uma falha gravíssima faltando o planejamento das ações na Favela Pinheirinho.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT), **NBR-14724**. Informação e documentação: formatação de trabalhos acadêmicos. Rio de Janeiro, (jan/2006)

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT), **NBR-6023**. Informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2002a. (Ago/2002)

AZEVEDO JR., JOSÉ OSÓRIO, desembargador aposentado do Tribunal de Justiça de São Paulo e professor de direito civil desde 1973. **2012**

ADDISON E. E. **A percepção ambiental da população do município de Florianópolis em relação à cidade**. Florianópolis, 2003. 152 p. Dissertação de mestrado. – Mestrado em Engenharia da Produção da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, 2003.

AMARAL, R. do. **O que é uma cidade**. 2005 Artigo disponível em <<http://www.aguaforte.com/antropologia/cidade.htm>> Acesso dia 19 de novembro, 2012

AMORIM FILHO, O. B. Topofilia, topofobia e topocídio em Minas Gerais. In: DEL RIO, V. e OLIVEIRA, L. de (orgs.). **Percepção ambiental: a experiência brasileira**. São Paulo: Studio Nobel; São Carlos, SP: Universidade Federal de São Carlos, 1996.

BANTI, M. de L. C. **Hábito: Um Texto de Charles Sanders Peirce**. São Paulo, 1996. Dissertação de Mestrado – Mestrado em Filosofia da Pontifícia Universidade Católica – PUC/SP, 1996.

BOSSSEL, Hartmut. **Indicators for Sustainable Development: theory, method, applications**. A Report to the Balaton Group. Winnipeg (Canadá). 1999

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 2012

COELHO, Ricardo Correa. **O Público e o Privado na Gestão Pública**. São Paulo: Governo e Mercado. 2009

COSTA, Eduardo José Monteiro da. **Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional**. São Paulo: Editora Saraiva, 2005

DOLABELA, Fernando. **Pedagogia empreendedora: o ensino de empreendedorismo na educação pública**. 2006

FERREIRA, Caio Márcio Marini. Crise e Reforma do Estado: uma questão de valorização do servidor. Revista do Serviço Público. Brasília: ENAP. 1996

FLORES, Adriana Arruda. **Manual do Gestor Público: um guia de orientação ao gestor público**. Porto Alegre: Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2009

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002

GOFFREDO, Telles Junior. **Iniciação na Ciência do Direito**. 4ª Edição – Revista Atualizada. São Paulo: Editora Saraiva, 2008

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasil em Desenvolvimento: Estado, Planejamento e Políticas Públicas. Vol 2, Diagnóstico e Desempenho Recente da Política Nacional de Habitação; p. 405 – 430, Brasília 2009.

LEITE, Gisele – professora universitária, mestre em Direito e em Filosofia, conselheira do INPJ, **Direito Público**, 2008, articulista dos sites www.direito.com.br e www.estudando.com. 2012

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 2. ed. São Paulo: Rio de Janeiro: Hucitec - Abrasco, 1993.

MUCELIN, C. A. **Estudo ecológico de fragmentos ambientais urbanos: percepção sócio-cultural e pesquisa participante**. Maringá, 2006. 413 p. Tese de

Doutorado. – Doutorado em Ecologia da Universidade Estadual de Maringá – UEM, 2006.

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

Índice de Desenvolvimento Humano - Municipal 1991 e 2000. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br>>.

PMSJC – Prefeitura Municipal de São José dos Campos. Disponível em <<http://www.sjc.sp.gov.br/secretarias/habitacao.aspx>>. Acesso em 08 de nov de 2011.

PMSJC – Lei Municipal nº 6.808 de 25 de maio de 2005. Disponível em <<http://ceaam.net/sjc/legislacao/?doc=http://www.ceaam.net/sjc/legislacao/leis/2005/L6808.htm>>. Acesso em 09 de nov de 2011.

PMSJC – Lei Municipal nº 8.032 de 28 de dezembro de 2009- Estabelece a PPA 2010 a 2013. Disponível em:<http://ceaam.net/sjc/legislacao/?doc=http://www.ceaam.net/sjc/legislacao/leis/2009/L8032.htm>

PMSJC – Lei Municipal nº 8.429 de 1 de julho de 2011- altera PPA 2010 a 2013. Disponível em: <http://ceaam.net/sjc/legislacao/?doc=http://www.ceaam.net/sjc/legislacao/leis/2011/L8429.htm>

RUA, M. G. **Políticas públicas** / Maria das Graças Rua. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: **CAPES: UAB**, 2009. 130p. : il. **YOU TUBE – Entrevista do Secretário de Habitação.** Disponível em <<https://www.youtube.com/watch> >. Acesso em 08 de nov de 2011

RUA, Maria Graças da. Desafios da Administração pública brasileira: governança, autonomia e neutralidade. **Revista do Serviço Público**. Brasília: ENAP. 2009

SANTOS, Clezio Saldanha dos. Introdução à **Gestão Pública**. São Paulo: Saraiva, 2006

SILVA, Christian Luiz da. (Org) **Desenvolvimento Sustentável: um modelo analítico integrado e adaptativo**. Petrópolis – RJ: Editora Vozes Ltda. 2006

SILVA, Christian Luiz da. (Org). **Políticas Públicas e Desenvolvimento Local**. Rio de Janeiro: Editora Vozes Ltda. 2012

SILVA, Cleber Demetrio Oliveira da. 01/2007. **Gestão Pública**. Disponível em: <<http://www.rzoconsultoria.com.br/noticias>>. Acesso Diversos: 2012.

TELLES JUNIOR, G. **Iniciação na Ciência do Direito**. 4ed. Revista e Atualizada, São Paulo: Ed.Saraiva, 2008

TORLONI, Hilário. Estudo de Problemas Brasileiros, pp.94, 150,182. Brasília: Editor Atlas, 2003.

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ. **Normas para elaboração de trabalhos acadêmicos**. Comissão de Normalização de Trabalhos Acadêmicos. Curitiba: UTFPR, 2008. 122p.

VEIGA, José Eli da. **Cidades Imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**. São Paulo: Editores Associados. 2002

SITES:

1. **IBGE – IBGE :: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**
www.ibge.gov.br/2012

2. **IBGE : Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**
www.ibge.gov.br/2008

Vídeo sobre problemas da urbanização – disponível em:

<http://www.youtube.com/watch?v=T8r3wH8oBfo&feature=related>. 2012

3. **[Desocupação do Pinheirinho – Wikipédia, a enciclopédia livre](http://pt.wikipedia.org/wiki/Desocupação_do_Pinheirinho)**
pt.wikipedia.org/wiki/Desocupação_do_Pinheirinho. 2012

4. **[São José dos Campos – Wikipédia, a enciclopédia livre](http://pt.wikipedia.org/wiki/São_José_dos_Campos)**
pt.wikipedia.org/wiki/São_José_dos_Campos .2012

5. [Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte](#)

pt.wikipedia.org/wiki/Região_Metropolitana_do_Vale_do_Paraíba_2012

5. [problemas administrativos](#)

<http://www.jusbrasil.com.br/topicos/290404/advocacia-administrativa>

<http://www.jusbrasil.com.br/noticias>

<http://www.direitointegral.com/2009/06/crime-prevaricacao-art-319-especial-fim.html>

6. **UNICAMP** – www.bibliotecadigita.unicamp.br/ 2010

7. **UNESCO** – www.unesdoc.unesco.org/2012

8. **PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO** – www.sjc.sp.gov.br/2010

9. **SINDIPETRO** – www.sindipetrosjc.org.br

APENDICE

APENDICE 1: Material Original do Embasamento da Pesquisa – Autoria: André Lauro Pires Galvão

Este é o material original do embasamento desta pesquisa. Muitos dos dados foram retirados de jornais da época em que o fato ocorreu, e alguns dos comentários foram do próprio autor deste trabalho. Desta forma, foi entendido que seria de interesse para a pesquisa, que mantivéssemos o material na íntegra, para que não se perdesse nenhum comentário ou conteúdo, dando maior credibilidade das fontes utilizadas.

PREFÁCIO 1: Será que é JUSTO!?

A justiça é uma causa legal onde verificamos que só o DIREITO é que pode dar ao homem o poder de correr atrás de seus direitos materiais, sentimentais, ou imateriais. Justiça é uma colocação feita e criada pela sociedade onde através do DIREITO busca-se o bem comum e a paz entre os “homens”, por um pacto social ético, tentando acabar com todas as condutas contrárias à ordem e ao bem comum.

Muitos se usando de preceitos legais tentam burlar a sociedade e a vida, visando só os seus interesses. Estes passam feito uma betoneira, principalmente quando estão sob forte influência de terceiros. Inconscientemente perde seu mais puro caráter e sua ética, mostrando terroristicamente seu mais negro lado, perdendo cronologicamente o seu brilho.

É através de um acordo comum estipulando o que é legal ou não, o que chamamos de “JUSTIÇA”. Sabemos que nem tudo que é legal é justo e nem tudo o que é justo é legal, pois o que é justo para você, pode não ser justo

para mim, principalmente quando este pensamento é coletivo. Ai que entra o bom senso, os seres adultos e a ética, fazendo com que os que erram reflitam em suas atitudes, surgindo à paz e o saber condenar ou perdoar.

Deveríamos refletir todas as noites com o nosso ego: independente de religião nesta mesma vida ou após a ela, mesmo que tivéssemos sido abastados, terá o nosso corpo maior valor do que o do outro?

Acredito que por não pensarmos nisto estão às razões das guerras, dos desentendimentos, da devastação da natureza, da desumanidade, das injustiças sociais, das impunidades, da cumplicidade, do desrespeito, etc. é preciso ter empatia...

Com a evolução tecnológica e a rapidez no mundo das telecomunicações, a mídia nos atinge como um relâmpago vendendo o peixe que tem mais saída, independente da qualidade ou não, caindo assim a qualidade de vida.

Hoje em dia não sabemos mais em quem acreditar, havendo um jogo de interesses tão grande, que nos assusta, pois para cada lado que viramos, pode haver uma faca que entra em nossas costas. Parece que hoje já não existe mais consciência, em nome da modernidade os valores e as pessoas vão se modificando e o que era singelo agora parece ridículo e em desuso.

Desculpas das mais esfarrapadas ou cínicas são dadas, assim como um: “Até logo...” sem o menor escrúpulo ou respeito e se todos se calarem, tudo vai ficando do jeito que está.

O “DIREITO”, pelo menos nos dá a chance de podermos buscar através das suas normas, justas ou não, de normas jurídicas ou não, às nossas aspirações do que interpretamos como bem comum e paz social ou particular. Só vamos obter a justiça, quando obtivermos por todos à procura do Direito para solucionar os problemas da vida em conjunto, da vida social, ou da vida particular.

O elemento espiritual do direito e do homem é que nos irá trazer relações concretas e materiais, para um campo em que aspiramos e tentamos

achar umnexo-causal, que nos dê a chance de enxergarmos e dar um sentido correto e amplo do que seria a “JUSTIÇA”.

Temos que recuperar com urgência o sentimento de dever e obrigação, tendo como objeto de valor muito alto, a moral, a ética e a consciência. Só assim conseguiremos atingir um sentimento de moralidade, gratidão, cortesia e urbanismo para com as pessoas, desde não jogar um papel no chão até termos um sentimento de patriotismo muito grande, tendo amor e respeito pelo semelhante e a integração do “Estado” com a sociedade, tudo isso de modo recíproco.

Todos nós temos problemas, infantilidades, etc. Não podemos, porém de deixar de sermos humanos, perdendo o sentido da ética, perderemos também o sentido da vida, o pior é que isso é inconsciente e inconsequente.

E não é por aí! Basta apenas descer do pedestal e acreditar na justiça, no amor e em “Deus”, na vida – pois todo “HOMEM” é “Deus”, mas Deus nenhum homem conseguirá ser !!!

André Lauro Pires Galvão
Profissional de Relações Públicas
Orientador Pedagógico – CEPHAS

RESUMO

A falta de planejamento na ação política de desocupação do Pinheirinho em São José dos Campos – SP e, a decisão arbitrária e desumana de uma juíza da esfera Municipal e Estadual que em desobediência a esfera Federal Jurídica causou um problema político e social imenso ao Prefeito de São José dos Campos – SP.

André Lauro Pires Galvão

Para começar a entender a complexidade do caso e o seu acontecimento:

Recentemente a população do município de São José dos Campos - SP vivenciou uma cena de desocupação de uma grande área urbana sem que houvesse um planejamento prévio e um estudo acerca das necessidades da população frente à desocupação e anterior à ela, a Favela Pinheirinho.

INTRODUÇÃO

Apesar de toda a mobilização nacional: mandatos judiciais derrubados, a luta de uma juíza a favor da desocupação da área pertencente à massa falida de uma empresa que se estabeleceu no município anos atrás, a prefeitura que procurou se manifestar de maneira tímida diante do impasse, nada aconteceu. Entre idas e vindas, políticos das diferentes esferas de governos visitando o local: deputados federais, direção sindical (de diferentes sindicatos) e a população da área a ser desocupada que se preparava para a possível “guerra de um povo pela moradia”, o grande dia chegou.

Na madrugada do dia 22 de janeiro de 2012 uma grande operação contando com homens preparados para a guerra invadiram armados, um local de moradias de pessoas (em sua maioria) trabalhadoras e pobres, que tiveram de deixar suas casas e se ver diante de um futuro incerto, sem ter pra onde ir com suas crianças.

A falta de preparação da operação por parte da política local, que deveria ter previsto a necessidade de moradia para suprir a “imensa” demanda que surgiria com tal situação levou ao caos no município.

Tudo ocorreu na manhã de um domingo, onde o fórum e os órgãos do judiciário estariam fechados, o que impediria a derrubada da decisão judicial que permitia esse desmando dos direitos humanos.

“A ordem judicial dos precatórios ele: Arthur Oscar, não cumpre.”

Mas, no caso de Pinheirinho, a ordem judicial (“admirável”, diria a Juíza Márcia Loureiro) - era para não ser cumprida por um Governador que levasse o interesse público a sério.

Saiu na página 3 da Folha (*) : “

“Ainda o Pinheirinho”

José Osório de Azevedo Jr.

“Decisão judicial não se discute, cumpre-se? Apenas em casos corriqueiros, mas não quando pessoas indefesas são atingidas; o direito não é monolítico (...)

A ordem era, porém, inexecutável, pois, em sete anos, a situação concreta do imóvel e sua qualificação jurídica mudaram radicalmente.

O que era um imóvel rural se tornou um bairro urbano. Foi estabelecida uma favela com vida estável, no seu desconforto. Dir-se-á que a execução da medida mostra que a ordem era executável. Na verdade, não houve mortes porque ali estava uma população pacífica, pobre e indefesa.

Ninguém duvida da executabilidade física da ordem judicial, pois todos sabem que soldados e tratores têm força física suficiente para “limpar” qualquer terreno.

O grande e imperdoável erro do Judiciário e do Executivo foi prestigiar um direito menor do que aqueles que foram atropelados no cumprimento da ordem.

Os direitos dos credores da massa falida proprietária são meros direitos patrimoniais. Eles têm fundamento em uma lei também menor, uma lei ordinária, cuja aplicação não pode contrariar preceitos expressos na Constituição.

O principal deles está inscrito logo no art. 1º, III, que indica a dignidade da pessoa humana como um dos fundamentos da República. Esse valor permeia toda a ordem jurídica e obriga a todos os cidadãos, inclusive os chefes de Poderes.

As imagens mostram a agressão violenta à dignidade daquelas pessoas. Outro princípio constitucional foi afrontado: o da função social da propriedade. É verdade que a Constituição garante o direito de propriedade. Mas toda vez que o faz, estabelece a restrição: a propriedade deve cumprir sua função social.

Pois bem, a área em questão ficou ociosa por 14 anos, sem cumprir função social alguma. O princípio constitucional da função social da propriedade também obriga não só aos particulares, mas também a todos os Poderes e os seus dirigentes.

O próprio Tribunal de Justiça de São Paulo já consagrou esse princípio inúmeras vezes, inclusive em caso semelhante, em uma tentativa de recuperação da posse de uma favela. O tribunal considerou que a retomada física do imóvel favelado é inviável, pois implica uma operação cirúrgica, sem anestesia, incompatível com a natureza da ordem jurídica, que é inseparável da ordem social. Por isso, impediu a retomada. O proprietário não teve êxito no STJ (recurso especial 75.659-SP).

Tudo isso é dito porque o cidadão comum e o estudante de direito precisam saber que o direito brasileiro não é monolítico. Não é só isso que esse lamentável episódio mostrou. Julgamento e execução foram contrários ao rumo da legislação, dos julgados e da ciência do direito.

Será verdade que uma decisão tem de ser cumprida sempre? Só é verdade para os casos corriqueiros. Não para os casos gravíssimos que vão atingir diretamente muitas pessoas indefesas.

Estranha-se que o governador tenha usado o conhecido chavão segundo o qual decisão judicial não se discute, cumpre-se. Mesmo em casos menos graves, os chefes de Executivo estão habituados a descumprir decisões judiciais. Nas questões dos precatórios, por exemplo, são milhares de decisões judiciais definitivas e não cumpridas.” (José Osório de Azevedo JR., 78, é desembargador aposentado do Tribunal de Justiça de São Paulo e professor de Direito Civil desde 1973)

⁴Assista o vídeo:

2. **As suspeitas que pairam sobre a Operação Pinheirinho : DAR**

- **09/02/2012** Em um vídeo que circula no **Youtube**, o Defensor Público mostra que a lei estava do lado dos moradores.

⁴ http://www.youtube.com/watch?v=JfUuOaXdIBE&feature=player_embedded

UM LUGAR CHAMADO FAVELA PINHEIRINHO

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS – SP



Fonte: (folha sp, 2012)



Fonte: (folha sp, 2012)

VÍDEOS:



Pinheirinho - São José dos Campos / São Paulo

- [Ricardo Boechat e a Favela Pinheirinho.wmv](#)
- [O Massacre de Pinheirinho: A VERDADE](#)
- [Causa Operária TV - Desocupação do Pinheirinho \(SJC\) -](#)
[Imagens exclusivas](#)
- [PLAYLIST](#)

de [lelco2](#) | [58 vídeos](#)



Os Movimentos Sociais

- [Ricardo Boechat e a Favela Pinheirinho.wmv](#)
- [Analista político defende resistência no Pinheirinho no Jornal da](#)
[Cultura](#)
- [TV SINDMETALSJC Pinheirinho](#)

⁵Disponível em vídeo:

⁵ http://www.youtube.com/watch?v=l59gVkJrEFQ&feature=player_embedded



Fonte: Jornal (Estadão, 2012)





Fonte: Jornal (Estadão, 2012)

Pinheirinho - Ana Paula

Ana Paula da Conceição, na desocupação do Pinheirinho no momento da destruição de sua casa.

" Cadê a vergonha desse Estado, dessa Cidade, esse Prefeito, essa Juíza, essa burguesia miserável. "
A Difícil tarefa de entender o sentido de democracia!
(Jornal Estadão, 2012)

⁶Vídeo disponível em:

⁶ [Moradores de Pinheirinho acusam PM de destruir bens - Vídeos - Tv ...tv.estadao.com.br/videos,moradores-de-pinheirinho-acusam-pm-de](http://tv.estadao.com.br/videos,moradores-de-pinheirinho-acusam-pm-de)

PINHEIRINHO

Favela Pinheirinho Políticas Públicas & Desenvolvimento Local
Indicadores Socioeconômicos na Gestão Pública Monografia e um Estudo de
Caso no Município de São José dos Campos - SP.

O que uma decisão jurídica errada e não planejada com antecedência
pode causar com uma Cidade e suas Políticas Públicas.

UM LUGAR CHAMADO FAVELA PINHEIRINHO

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS – SP



Fonte: Jornal (folha SP – 2012)

INTRODUÇÃO AO ASSUNTO

Caro professor: Christian Luiz da Silva - Orientador

Interesso-me pelo tema: Favela Pinheirinho Políticas Públicas & Desenvolvimento Local Indicadores Socioeconômicos na Gestão Pública Monografia e um Estudo de Caso no Município de São José dos Campos - SP.

O que uma decisão jurídica errada e não planejada com antecedência pode causar com uma Cidade e suas Políticas Públicas.

UM LUGAR CHAMADO FAVELA PINHEIRINHO SÃO JOSÉ DOS CAMPOS – SP

Recentemente a população do Município de São José dos Campos - SP vivenciou uma cena de desocupação de uma grande área urbana sem que houvesse um planejamento prévio e um estudo acerca das necessidades da população frente à desocupação e anterior a ela;

A FAVELA PINHEIRINHO

A falta de planejamento na AÇÃO POLÍTICA DE DESOCUPAÇÃO DO PINHEIRINHO EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS – SP, e a DECISÃO ARBITRÁRIA E DESUMANA de uma Juíza da esfera Municipal e Estadual que em desobediência a esfera Federal Jurídica, causou um problema Político & Social imenso ao Prefeito de São José dos Campos - SP. Apesar de toda a Mobilização Nacional: Mandados Judiciais derrubados, a luta de uma juíza a favor da desocupação da área pertencente à massa falida de uma empresa que se estabeleceram no município anos atrás, a prefeitura que procurou se manifestar de maneira tímida diante do impasse, nada aconteceu.

Entre idas e vindas, políticos das diferentes esferas de governo visitando o local: Deputados Federais, Direção Sindical (de diferentes

sindicatos), Presidente, Governador, briga judicial, na esfera Federal, Estadual e Municipal, juntamente com a população local da área a ser desocupada e que se preparava para uma possível “Guerra” - Luta de um povo pela moradia, algo parecido com Carajás; o grande dia chegou.

Na madrugada do dia 22 de janeiro de 2012 uma grande operação contando com homens preparados para uma guerra, armados invadiram um local de moradias de pessoas (em sua maioria) trabalhadoras e pobres, que tiveram de deixar suas casas e se ver diante de um futuro incerto, sem ter pra onde ir com suas crianças.

A falta de preparação da Operação por parte da Política Local, da Polícia Local e da Polícia do Estado de São Paulo, que deveria ter previsto as necessidades de moradia para suprir a “imensa” demanda que surgiria com tal situação, levou ao caos o Município de São José dos Campos - SP.

Tudo ocorreu na manhã de um Domingo, onde o Fórum e os Órgãos do Judiciário estariam fechados, o que impediria a derrubada da decisão judicial que permitiria esse desmando dos Direitos Humanos e que mesmo assim teve seu mandado derrubado.

Decisão arbitrária de uma Juíza de SJC – SP e derrubada na esfera federal, mais que não foi cumprida e reconhecida naquela trágica manhã, algo que poderá ser visto no decorrer da Monografia e Estudo de Caso em depoimentos colhidos, imagens, reportagens e vídeos, para qual se propõe esta ideia de Monografia.

Agora, depois de todo o ocorrido: depois das condições das casas que foram destruídas, depois da população que se encontra sem ter onde morar, em abrigos improvisados, depois de denúncias de abuso sexual e abuso de poder por parte dos policiais, depois de tudo isso, o Governo Federal, o Governo Estadual, os órgãos de defesa dos Direitos Humanos se manifestaram achando um absurdo tudo o que aconteceu.

Mas enquanto havia tempo, quando podia ter sido feito um planejamento prévio das reais necessidades e demandas que surgiriam diante da operação e até mesmo antes dela, não se fez nada de concreto e amigável.

Quando avaliado se seria conveniente ou não a regularização da área ocupada, o que foi feito?

Nada, por quase onze anos.

O que ocorreu foi uma falha gravíssima, faltou o planejamento das ações, as consequências que teria na vida das pessoas uma ação dessa magnitude.

O QUE DEVERIAM TER FEITO ANTES DA ORDEM DE INVASÃO.

De acordo com tudo que estudamos sobre Gestão na UTFPR, deveria ter sido feito anteriormente um Estudo Social sobre a área e seus moradores, havendo a possibilidade de urbanizar o próprio local, utilizando-se da mão de obra dos próprios moradores, que já ocupavam o local há quase onze anos.

Como havia uma ordem jurídica de menor instância para desocupar a área e uma de maior instância (Federal) - para se negociar e achar uma solução política e pacífica para a situação; houve um desacato e a ordem menor prevaleceu.

Causando um Desagravo Social, que não levou em consideração o seguinte estudo:

A elaboração de um diagnóstico da realidade social vivenciada por famílias de uma comunidade, bairro, município ou estado que é certamente uma tarefa bastante complexa, especialmente quando se requer que tal realidade seja representada por um conjunto de medidas Quantitativas e Qualitativas e seus Indicadores Sociais, que podem mudar para melhor ou pior, o Bem Estar Social de uma População, no caso a Favela Pinheirinho.

Para que se desenvolva uma Monografia é preciso entender Conceito de Pesquisa, Ciência, Métodos, Metodologia, Processos e Tipos de Pesquisa.

Ciência, Método, Metodologia e Pesquisa.

Ciência: - A palavra Ciência vem do latim “*scientia*” que significa aprender ou conhecer e há conhecimentos que são catadráticos, vindo de gerações e pesquisas científicas como conhecimentos que vêm de séculos.

A Ciência é muito diferente do senso comum, e esta é a passagem para o conhecimento científico.

Um exemplo são os pensadores, na psicologia onde até nos estudos mais modernos, não devemos desprezar estes conhecimentos e modelos de pensamento.

E dentro da ciência existe o Método Científico, que é a maneira e o caminho percorrido para se chegar ao final de um Trabalho, Projeto, Estudo de Caso, Monografia, enquanto que a:

Metodologia - estuda os caminhos a serem percorridos para se realizar uma pesquisa e chegar aos fundamentos finais de um trabalho, projeto, estudo de ciência ou uma monografia.

Ciência e pesquisa científica andam de mãos dadas.

Na criação e exemplificação de um trabalho, projeto ou monografia e na prática da Administração Pública da qual estamos nos formando - (Gestão Pública Municipal) ou seja ela Federal, Municipal ou Estadual é possível perceber tais conceitos.

Quando se pretende criar uma Política Pública ou estudo científico de algo ou um problema ou cenário, sobre ela é necessário e inevitável que se tenha um planejamento na coleta e análise de dados.

Isso é feito para se criar, modificar ou decidir-se o caminho a percorrer em uma situação de problema político ou social, tentando resolvê-lo da melhor maneira possível.

Esta execução é feita através de um estudo ou trabalho científico.

EX: Minha Monografia (André Lauro Galvão – GPM – UTFPR) e Tese sobre a Favela – Pinheirinho em São José dos Campos – SP

Vide o assunto no link abaixo:

1. Desocupação do Pinheirinho – Wikipédia, a enciclopédia livre

⁷Disponível em:

A comunidade do Pinheirinho em SJC - SP.

Antecedentes - Reintegração de posse - Abusos e Consequências - Repercussão

E posteriormente executar o trabalho, ir a campo, planejar e por fim divulgar por relatos, os resultados obtidos, suas dificuldades e suas limitações. Modificando este cenário estudado para melhor, sempre visando o Bem Estar Social Público e Positivo.

No caso ele pode estar positivo ou negativo, mais a obrigação para quem está exercendo a Administração Pública é de no mínimo: modifica-lo para melhor ou o deixar menos negativo possível, dependendo do caso.

Estrutura de Trabalhos Científicos – UTFPR

1 - Considerando que você planeja utilizar os conteúdos de toda a disciplina ministrada na UTFPR, na elaboração do Trabalho Final de Monografia do seu curso de Gestão Pública, siga os seguintes passos:

⁷ www.pt.wikipedia.org/wiki/Desocupação_do_Pinheirinho.A desocupação do Pinheirinho foi uma operação de reintegração de posse realizada na comunidade de Pinheirinho em janeiro de 2012.

2 – Elaborar uma questão de pesquisa (um problema prático), que ocorra no seu dia a dia enquanto Gestor ou Contribuinte Público. Este problema (Questão de Pesquisa) deverá estar relacionado com os temas de interesse de pesquisa e será respondido ao longo da sua monografia. No seu caso linha 13 – Políticas Públicas e Desenvolvimento Local – com o Prof. Christian Luiz da Silva – Orientador – UTFPR – UAB – GPM – SJC – SP.

3 – Elaborar um Objetivo Geral (com apenas um verbo) para o seu trabalho e pelo menos mais dois específicos (que deverão auxiliar seu Objetivo Geral) a partir do seu problema de pesquisa e que você irá, se propor a atingir ao longo da sua Monografia, seu Projeto e Estudo de Caso.

4 – Baseado nos Objetivos Gerais e Específicos identifique detalhe e justifique (em até 3000 linhas) de que forma você gostaria de realizar a coleta e a análise dos assuntos (lembre-se pode ser usada uma combinação deles). Pense na facilidade de acesso destas informações e no tempo dedicado a este trabalho de monografia (três meses).

1º Elaborar uma questão de pesquisa:

- O Adensamento Urbano, maior causa das Favelas – No caso Pinheirinho – SJC – SP; e o Déficit Habitacional é culpa da falta de “Gestão Pública Urbana”, sim ou não, um estudo de caso?!

- E o que uma decisão errada em forçar uma Desocupação sem planejamento, pode causar em uma Gestão Pública Municipal.

- Exemplo de Estudo de caso: - Favela Pinheirinho e Rio Cumprido em São José dos Campos - SP.

2º Objetivo Geral para ser pesquisado:

- “Analisar e Identificar a qualidade de vida nestas condições de moradia, causada pelo “Déficit Habitacional” e as consequências de uma “ Desocupação Forçada ” .

3° Dois Objetivos Específicos:

- Identificar Políticas Públicas do Município voltadas para Habitação e as consequências de seu Déficit.

- Histórico de Ocupação do Local e sua forçada Desocupação.

4° Coletar e Avaliar os dados.

- Pesquisa Documental de Política Pública Habitacional, Ocupações e Pesquisa Qualitativa e Quantitativa.

(Material de Campo ou não)

- Consequências de Causas e Propensas Soluções como Gestor...

5° Texto Resumo:

- Através das Políticas Públicas, tanto de iniciativas vindas do Governo Federal como do Estadual, quanto Municipal, o Estado pode minimizar seus problemas sociais em vários setores como: Saúde, Educação, Habitação, Favelas, Saneamento, Obras, Trânsito, etc.

- No caso deste trabalho, Habitação em São José dos Campos - SP.

- A Política Habitacional é um caso delicado para o “Estado” resolver, pois envolve o DÉFICIT HABITACIONAL PÚBLICO, que no Brasil é grande e envolve recursos do FGTS e da Poupança.

- Por isso a Proposta de Monografia e Estudo de Caso, sobre a Favela Pinheirinho em São José dos Campos – SP, a qual foi desumanamente invadida e desocupada por uma Ação Militar da Polícia do Estado de São Paulo, em obediência a uma ordem arbitrária de uma Juíza e suas consequências negativas, para a Administração Municipal da cidade.

- Nela vamos estudar o caso e propor soluções para o acontecimento PROPONDO soluções para o Déficit Habitacional da cidade.

- Na esperança da proposta ser aceita pelo meu orientador e pela UTFPR solicito Deferimento – Aluno: André Lauro Galvão.

Políticas Públicas e Desenvolvimento Local

Indicadores Socioeconômicos na Gestão Pública

Fundamentação Teórica

De acordo com Rua – Maria das Graças e os conceitos estudados na UTFPR no curso de Gestão Pública Municipal e do embasamento nos estudos e nos livros: Indicadores Socioeconômicos na Gestão Pública de Jannuzzi – Paulo de Martino páginas 22 à 56. Políticas Públicas e Indicadores para o Desenvolvimento Sustentável de Silva – Christian Luiz da & Lima – José Edmilson de Souza – Editora Saraiva e os conceitos encontrados no livro Políticas Públicas de Leonardo Secchi – podemos concluir que: Políticas Públicas juntamente com o Embasamento do Estudo Científico, não pode ser feito, sem os Indicadores Sociais – sejam eles Local, Municipal, Estadual ou Federal & Propriamente o estudo do local a ser observado ou analisado, um não sobrevive sem o outro.

Os mesmos devem ser levantados no local a ser estudado e muitos destes dados são levantados por institutos de pesquisas aplicadas ou pelo próprio IBGE – Órgão geralmente contratado pelo Governo Federal para fazer e analisar pesquisas pelo Brasil a fora. Estes institutos fornecem todos os tipos de levantamentos estatísticos sobre vários ou determinados assuntos, fornecendo os mesmos em gráficos ou números, exemplo: Número de mulheres em cada estado ou região, número de moradias dignas em determinado local ou cidade.

Com a presença destes dados e identificações, podemos localizar, reconhecer e identificar os atores sociais envolvidos no estudo em que estivermos fazendo.

Estas temáticas são importantes porque irão fornecer ao pesquisador, os elementos conceituais para que você possa refletir analiticamente sobre as políticas públicas e se preparar para lidar com estes no seu ambiente de trabalho ou na pesquisa em que está sendo feita.

Ao iniciar a leitura deste material você poderá refletir sobre às Políticas Públicas e seus elementos conceituais, fazendo com que você, um futuro Gestor Público, possa ter embasamento teórico para no seu dia a dia lidar com as situações que um Gestor Público possa enfrentar, que neste caso é a Invasão e a Desocupação da Favela Pinheirinho em São José dos Campos – SP.

Sociedade é um conjunto de indivíduos, dotados de interesses e recursos de poder, diferenciados, que integram e interagem continuamente, a fim de satisfazer às suas necessidades...

Para tanto necessitam de Políticas Públicas que possam mudar um cenário para melhor ou para pior e que são oferecidos pela política, pelo estado e seus agentes...

Por isso a sociedade recorre à política, seja para chegar ao consenso ou para o conflito, ou para o controlar, cabendo indagar então sobre o que é a Política?

Uma definição simples oferecida por Schmitter é que política é a resolução pacífica dos problemas e dos conflitos.

1984 – página – 34 – sendo esta definição demasiadamente ampla.

De acordo com Ruz – 1998 – “Políticas Públicas consiste no conjunto de procedimentos formais e informais que expressam relação de poder para se chegar a um denominador comum.”

Ou seja: a política é a vontade do povo em um momento eleitoral o qual um grande número de candidatos disputa uma eleição onde são prometidos cenários ilusórios de um futuro melhor, geralmente embasado no defeito de quem está na situação, pretendendo se construir um estado de bem estar social melhor do que o existente.

São vários atores sociais e cada um lutando pelos seus interesses. Por isso conta muito o desenvolvimento local e seus indicadores sociais, fazendo-se deste uma foto nítida do retrato deste local ou do local o qual venha a ser estudado, que no caso desta monografia é a Favela Pinheirinho.

Com o aprofundamento e a expansão da democracia a responsabilidade do Estado aumentou e se diversificou a função do Estado é prover o bem estar social da sociedade, seja ela pobre ou rica. Para tanto ela necessita desenvolver uma série de ações e atitudes em diferentes áreas como: Saúde, Educação, Transporte, Habitação, Meio Ambiente, etc.

Para atingir o estado de bem estar social da sociedade é necessário o político e a política, o qual é mantido por entidades de classes, sindicatos, partidos políticos, meios de comunicação, etc. Os mesmos necessitam de indicadores sociais que os faça refletir e trabalhar, embasados em dados estatísticos e numéricos fiéis para que se cheguem a uma solução pacífica do problema, evitando assim um cenário de desavença ou guerra. Geralmente é utilizado o IBGE.

Indicadores Econômicos e Socioeconômicos

No campo aplicado das Políticas Públicas, os Indicadores sociais são medidas usadas para permitir a operacionalização de um conceito abstrato ou demanda de interesse programático na área social, econômica e política do local a ser estudado.

Os indicadores apontam, indicam, aproximam e traduzem em termos operacionais as dimensões sociais de interesses definidos a partir de escolhas

teóricas ou políticas realizadas anteriormente e de acordo com a estatística atual do local.

No caso, o que deveria ter sido feito bem anteriormente a desocupação do Pinheirinho e não imediatamente após a ela, o que foi um cenário de Guerra.

Estes indicadores se prestam a subsidiar as atividades de planejamento público e a formulação de políticas sociais nas diferentes esferas de governo, possibilitando o monitoramento das condições de vida e bem estar social da população, por parte do poder público e sociedade civil, permitindo o aprofundamento das investigações acadêmicas ou profissional do cenário a que esta sendo estudado, sobre a mudança social e sobre as determinantes dos diferentes fenômenos sociais ou caso a se propor estudado ou melhorado este cenário.

Exemplo: - Proporção de pobres, taxa de analfabetismo, rendimento médio do trabalho, taxas de mortalidade infantil, taxas de desemprego, índice de Gini, proporção de crianças matriculadas em escolas, pessoas que possuem imóveis, qualidade de vida, etc.

Neste sentido os indicadores sociais irão traduzir em cifras tangíveis e operacionais várias das dimensões relevantes, específicas e dinâmicas da realidade social de um local ou um país ou até mesmo de um local a ser estudado para se melhorar, atingindo o bem estar social daquela população a ser estudada.

Os últimos indicadores sociais e índices que a SDS – Secretaria de Desenvolvimento Social de São José dos Campos – SP tinha em relação à Favela Pinheirinho eram de dois anos antes a ordem de desocupação e invasão da polícia no local. O ambiente já tinha três mil famílias a mais do que o indicado no último censo local. O local já havia se transformado em bairro, com infraestrutura, linha de ônibus, escolas próximas, etc. pois a invasão datava de quase dez anos antes de sua desocupação.

Em geral a imagem captada no indicador é uma “ Modelização & Foto ” da realidade, isto é uma representação simplificada do aspecto da mesma, tão melhor quanto mais específico o aspecto de interesse e quanto mais confiável e precisas forem as informações utilizadas para compor os indicadores, melhor para se embasar e trabalhar uma solução pacífica para o evento. Por isso dizemos que um estudo de caso não se fixa e nem vive se não estiver embasado em Indicadores Sociais e foto recente do local, para que se melhore ou se piore um ambiente, provendo assim o bem estar social da população, principalmente se esta for uma população carente de benfeitorias públicas e assistencialismo social e governamental.

Vamos supor que na Favela Pinheirinho havia tido um estudo de caso pelo poder público local e fossem tiradas várias fotos do cenário local de bem estar social daquela população que lá vivia.

Encontraríamos a seguinte situação: Pelo padrão das moradias podemos afirmar que o rendimento médio familiar é baixo, com consequências óbvias sobre o consumo alimentar diário das famílias. Outras fotografias, tiradas em outras posições da favela, no interior das moradias ou de seus moradores, certamente vamos encontrar uma situação muito ruim e de forma mais abrangente, a realidade social ruim, vivenciada por essa comunidade o que não era a das melhores.

De fato, o conjunto de fotografias, das comunidades de baixa renda são semelhantes em diversas partes do mundo, reunidas nas fotos que estão em muitas páginas desta monografia, permite-nos visualizar outros aspectos das condições de vida das famílias lá residentes: a precariedade dos espaços de circulação, a inadequação da declividade do terreno para construções tão frágeis, o tipo de ocupação e estratégia de geração de renda de boa parte da população, o contraste das condições de moradias de famílias pobres e de classe média baixa acharíamos com certeza doenças de veiculação hídrica, cólera, etc. – são aquelas doenças em que o contágio se dá pelo contato com água poluída ou não tratada, como amebíase, giardíase, gastroenterite, febres tifóide e paratifóide, hepatite – a, b c – infecciosa, cólera, diarreia, etc.

São doenças que podem levar à morte e sua incidência em uma região é uma indicação de más condições de infraestrutura urbana e de atendimento básico à saúde, a qual aquela população era muito carente.

Com isso existiam muitos motivos para que o governo local, tomasse providências, para melhorar o bem estar social daquelas pessoas, muito antes da ordem errônea daquela juíza local, que em desavença com o STF, tomou uma decisão arbitrada em uma opinião pessoal sua e que ocasionou tamanho problema para o prefeito local, pois a ordem era que a favela não fosse invadida e que houvesse uma solução pacífica para o acontecimento e que lá fossem construídas moradias populares em favor de uma população extremamente carente de bem estar social e políticas públicas sociais, dando a elas dignidade de vida e moradia e não apanhar da polícia e ser escurraçada do local como bichos em um ambiente selvagem por ordem de uma juíza ou do governador do Estado de São Paulo. Isso causou a perda do poder de 16 anos do governo PSDB em São José dos Campos – SP para o PT, que vai ficar no mínimo mais oito anos no poder. O prefeito atual acaba de perder a eleição local por um por cento de diferença, exatamente uma boa parte dos eleitores do Pinheirinho.

As Políticas Públicas visam responder as demandas, principalmente dos setores marginalizados da população e da sociedade, considerados como vulneráveis. Essas demandas são interpretadas por aquelas que ocupam o poder paralelo e são influenciadas por entidades sociais ou sindicais, a qual são influenciadas à protestar e fazer mobilização social a favor delas. Visam ampliar e efetivar os seus direitos de cidadania, são gestados nas lutas sociais e passam a serem reconhecidos institucionalmente, como os do movimento dos sem terra, sem teto, etc. Neste caso dos moradores da Favela Pinheirinho o direito desta população carente à moradia digna e justa, onde vai se bater de frente com os problemas sociais de dignidade e habitação, déficit habitacional, gargalo do governo atual em São José dos Campos – SP onde a contra invasão foi apoiada por diversos organismos da sociedade civil local e nacional, juntamente com o PSTU.

Observe que cada ângulo, cada cena, mais próxima ou mais distante compõe uma face do quadro social dessas comunidades de baixa renda, no nosso caso a Favela Pinheirinho em São José dos Campos - SP.

Assim, podemos afirmar que a realidade multifacetada das condições de vida de uma comunidade não pode ser captada e retratada por apenas uma fotografia, da mesma forma, um diagnóstico socioeconômico consistente não pode se resumir em apenas um ou alguns indicadores quantitativos e qualitativos.

Precisamos construir indicadores sociais referidos aos distintos aspectos da realidade social de interesse. É importante também você lembrar que a construção de um indicador social – ou melhor, de um Sistema de Indicadores Sociais – para elaboração de diagnósticos propositivos em Políticas Públicas se dá a partir da explicitação do conceito de interesse programático que se quer investigar ou mensurar objetivamente.

Neste caso é um estudo de caso e uma análise crítica a uma desocupação desumana em uma Favela chamada Pinheirinho em São José dos Campos – SP

A mesma acabou virando tema de monografia e estudo de caso para a UTFPR - tamanha as consequências negativas causadas ao prefeito e ao governo local de São José que já estava no poder a 16 anos na cidade, hoje o PT acaba de ser eleito.

Veja matéria abaixo:

1. [PSTU | 'Somos Todos Pinheirinho': PSTU lança documentário sobre ...](#)

www.pstu.org.br › Página inicial › Todas as editorias

27 mar. 2012 – No dia 22 de janeiro, cerca de dois mil homens fortemente armados da Polícia Militar invadiram o **Pinheirinho**, a maior ocupação urbana da ...

Veja alguns indicadores sociais da cidade de São José dos Campos – SP

1. [PDF]

Indicadores sociais do município de São José dos Campos/SP

TEXTO PARA MONOGRAFIA & ESTUDO DE CASO PINHEIRINHO

Ao desenvolver uma Monografia é preciso entender e aplicar os conceitos de Pesquisa, Ciência, Métodos, Metodologia, Processos e Tipos de Pesquisa. Um estudo e modelo em que podemos nos basear é a metodologia citada pelo nosso colega de curso Marco Antônio Henrique – UTFPR – UAB – GPM, onde no decorrer do curso apresentou um modelo utilizado pela Unitau – SP nos componentes das matérias das Professoras - Vanessa e Ana Cristina – UTFPR.

EX: - (Unitau - ARTIGO_SOBRE_TRABALHO_MONOGRAFICO.pdf)

1 Estrutura - UNITAU:

site.unitau.br/alunos/arquivos/manual_tcc_direito.pdf

Formato do arquivo: PDF/Adobe Acrobat - Visualização rápida trabalho monográfico e deve respeitar a tradição da área em que o mesmo se insere. Conforme disposto no Artigo 22 do Regulamento do Trabalho de...

O link acima explica como fazer um trabalho científico.

Aplicamos neste trabalho, ou melhor, em qualquer trabalho, os conceitos de: Ciência, Método, Metodologia e Pesquisa essa é a estrutura de que devemos aplicar aos Trabalhos Científicos, no caso essa minha Monografia em Gestão Pública Municipal – UTFPR – algo que estudamos no decorrer do nosso curso.

O assunto foi visto no componente da Professora Vanessa Indicadores Socioeconômicos na Gestão Pública. Devemos aprender que através do Estudo de Caso e Estudo de Indicadores Sociais, podemos mudar um cenário

para melhor ou para pior; sempre evidenciando o Bem Estar Social da População ou de uma Situação ou Comunidade.

No caso a Favela Pinheirinho em São José o assunto também foi tratado no componente do Professor Christian, onde podemos mudar um Cenário Social, ao exemplo de uma favela, fechando compromisso com o Desenvolvimento Sustentável, tema da recente Rio Mais Vinte e o qual o professor tem algumas publicações, o que veremos no decorrer deste trabalho.

A Política Habitacional é um caso delicado para o “Estado” resolver, pois envolve o DÉFICIT HABITACIONAL PÚBLICO, que no Brasil é grande e envolve recursos do FGTS e da Poupança.

O Brasil é um país que gasta muito e poupa pouco, algo que eleva muito os juros da economia.

Tendo em vista que somos um país Capitalista, o Sistema Habitacional Brasileiro envolve grandes interesses de construtoras e do mercado imobiliário, por isso não interessa resolver de uma vez só, em países de primeiro mundo este problema é bem resolvido e suas taxas são até negativas, pois sobram casas e faltam moradores, como é o caso da China, onde os recursos de poupança são altíssimos e as reservas do tesouro nacional são muito mais altas do que a nossa, sobram imóveis para todas as classes sociais.

É difícil construir moradias populares com custo baixo ou a preço zero, subsidiados pelo Governo, seja Estadual, Municipal ou Federal, principalmente no Brasil. Em uma cidade como São José dos Campos – SP, com um Mercado Imobiliário Nocivo e IDH - alto, não é possível comprar terrenos a preços baixos e os lotear com casas de custo reduzido, sem o subsidio alto do Estado, pois estes imóveis precisam ser repassados a população carente com prestações baixas, geralmente tendo o apoio financeiro da Prefeitura, seria um gasto alto e boa fatia do Orçamento Municipal, o que não agrada a maioria dos políticos.

De acordo com a professora “ Rua-2009 ” - a Política Habitacional não se resolve apenas com a vontade de fazer algo e sim com um conjunto de estudos e decisões que perfazem a resolução do problema, inclusive a não proteção de interesses econômicos e da exploração habitacional e imobiliária.

Em São José a Política Habitacional não é uma das melhores, mais perto de outros lugares do país é considerada ótima.

O Prefeito Eduardo Cury, atual prefeito de SJC – SP, no Governo do PSDB, há 16 anos, em sua última campanha prometeu diminuir o Déficit Habitacional e construir casas populares suficientes para diminuir o problema e até agora no fim do seu mandato em 2012, só alcançou pouco mais que a metade, algo que para seu governo e sua gestão não é muito fácil de resolver, pois envolve muitas secretarias, problemas políticos e sociais, precisando 100% do apoio da Câmara Municipal e de boa parte do orçamento.

Em especial aqui em São José dos Campos - SP temos problemas graves com a regularização de bairros clandestinos, que estava nos planos do governo municipal mais até hoje não se conseguiu resolver, virou um problema mais político do que social.

Infelizmente em São José dos Campos - SP tivemos dois problemas gravíssimos que se tornaram o Calcanhar de Aquiles no atual governo municipal.

Uma favela chamada Pinheirinho, recentemente e erroneamente desocupada de maneira desordenada e truculenta, feita por uma ordem judicial e o Rio Cumprido, que foi também recentemente desocupado.

É um ano eleitoral (2012) e são problemas delicados para se resolver, pois não depende somente da vontade do governo em agir, envolve problemas administrativos e sociais graves que são de difícil resolução.

Temos um problema num lugar chamado Rio Cumprido na divisa com a cidade de Jacareí que além de ser um problema de habitação e regularização de moradia clandestina envolve manancial e secretaria do meio ambiente, sem contar que geralmente quando temos um problema social neste setor, uma

cidade joga o problema para a outra, ao invés de as duas cidades se unirem com o Estado para resolverem os problemas juntas.

Uma culpa a outra por anos e o problema só se arrasta é um problema que Jacareí - SP não quer dividir com São José dos Campos - SP e o Estado de SP que não ajuda os dois municípios. Ainda temos perto da outra divisa com Jacareí - SP, quase onze anos de problema social com a Favela do Pinheirinho, favela que nasceu de uma invasão, que foi desocupada arbitrariamente pela Polícia de SP - Juntamente com o Judiciário - sobrando suas negativas consequências para o município de São José dos Campos - SP.

Habitação e Desfavelização

Algo que pode ser pensado e analisado como tema de Monografia: Carência de Habitação em São José dos Campos – SP e a Desfavelização na cidade, pois o Déficit Habitacional da cidade é muito grande e a fila já alcança mais de dez anos.

Estudo de Caso & Questões que podem ser pensadas e levadas a campo, no caso de uma desocupação:

Por que você reside neste local? – (Favela X ou Y)

Você gostaria de fazer parte de um projeto habitacional?

Porque você não aluga um imóvel?

Quantos são os componentes de sua família, quantos tem renda e o valor?

Você gostaria de participar e ser mão de obra para a construção de casas populares?

Você acha que este local tem condição de ser regularizado e urbanizado?

RESUMO

A falta de planejamento na ação política de desocupação do Pinheirinho em São José dos Campos – SP, e a decisão arbitrária e desumana de uma juíza da esfera Municipal e Estadual, que em desobediência a esfera Federal Jurídica causou um problema político/social imenso ao Prefeito de São José dos Campos – SP.

Para começar a entender a complexidade do caso e o seu acontecimento:

Recentemente a população do município de São José dos Campos - SP vivenciou uma cena de desocupação de uma grande área urbana sem que houvesse um planejamento prévio e um estudo acerca das necessidades da população frente à desocupação, movida pelo Governador Alckmin e uma Juíza de SJC-SP e a Polícia de São Paulo, deixando o prefeito da cidade de saia justa.

Apesar de toda a mobilização nacional: mandatos judiciais derrubados, a luta de uma juíza a favor da desocupação da área pertencente à massa falida de uma empresa que se estabeleceu no município anos atrás, a prefeitura que procurou se manifestar de maneira tímida diante do impasse, nada aconteceu.

Entre idas e vindas, políticos das diferentes esferas de governo visitando o local: Deputados Federais, Direção Sindical (de diferentes sindicatos), presidente, governador, briga judicial, na esfera federal, estadual e municipal, juntamente com a população local da área à ser desocupada e que se preparava para uma possível “Guerra”- Luta de um povo pela moradia, algo parecido com Carajás, o grande dia chegou.

Na madrugada do dia 22 de janeiro de 2012 uma grande operação contando com homens preparados para uma guerra invadiram armados, um local de moradias de pessoas (em sua maioria) trabalhadoras e pobres, que tiveram de deixar suas casas e se ver diante de um futuro incerto, sem ter pra onde ir com suas crianças.

A falta de preparação da operação por parte da política local, que deveria ter previsto a necessidade de moradia para suprir a “imensa” demanda que surgiria com tal situação levou ao caos o município de São José dos Campos - SP.

Tudo ocorreu na manhã de um domingo, onde o fórum e os órgãos do judiciário estariam fechados, o que impediria a derrubada da decisão judicial que permitia esse desmando dos direitos humanos e que mesmo assim teve seu mandado derrubado.

Decisão arbitrária de uma Juíza de SJC – SP e derrubada na esfera federal, mais que não foi cumprida e reconhecida naquela trágica manhã, algo que pode ser visto no decorrer da Monografia e em depoimentos, imagens, reportagens e vídeos. Agora, depois de todo o ocorrido: depois das condições das casas que foram destruídas, depois da população que se encontra sem ter onde morar, em abrigos improvisados, depois de denúncias de abuso sexual e abuso de poder por parte dos policiais, depois de tudo isso, o governo federal, o governo estadual, os órgãos de defesa dos direitos humanos se manifestam achando um absurdo tudo o que aconteceu.

Mas enquanto havia tempo, quando podia ter sido feito um planejamento prévio das reais necessidades e demandas que surgiriam diante da operação e até mesmo antes dela, não se fez nada de concreto e amigável. Quando avaliado se seria conveniente ou não a regularização da área ocupada, o que foi feito? Nada, por quase onze anos.

O que ocorreu foi uma falha gravíssima, faltou o planejamento das ações, as consequências que teria na vida das pessoas uma ação dessa magnitude.

O QUE TEORICAMENTE DEVERIAM TER FEITO

De acordo com tudo que estudamos sobre Gestão na UTFPR, deveria ter sido feito anteriormente um estudo social sobre a área e seus moradores, havendo a possibilidade de urbanizar o próprio local, utilizando-se da mão de obra dos próprios moradores, que já ocupavam o local há quase onze anos. Como havia uma ordem jurídica de menor instância para desocupar a área e uma de maior instância (Federal) - para se negociar e achar uma solução política e pacífica para a situação, houve um desacato e a ordem menor prevaleceu.

Causando um Desagravo Social, que não levou em consideração o seguinte estudo: A elaboração de um diagnóstico da realidade social vivenciada por famílias de uma comunidade, bairro, município ou estado que é certamente uma tarefa bastante complexa, especialmente quando se requer que tal realidade seja representada por um conjunto de medidas quantitativas ou indicadores sociais, que podem mudar para melhor ou pior. Através de fotografias de diferentes locais e posições da comunidade, os indicadores permitem reconstituirmos um retrato aproximado de determinadas dimensões da realidade social vivenciada. Assim como filmagens, indicadores coletados de forma periódica podem permitir o monitoramento da mudança social na comunidade, seja ela positiva ou negativa.

Como podemos ver também em estudos e publicações do Professor & Orientador Christian, concluímos que: Faz parte da Preservação Sustentável do Planeta, o Bem Estar Social da População, de uma comunidade, seja ela uma favela ou não...

Na Rio – 92 já se falava em Desenvolvimento Sustentável e Bem Estar Social da População, mudando-se o cenário para melhor ou pior, como o ocorrido na Favela Pinheirinho, como podemos ver no texto abaixo>:

“Foi na Conferência Mundial sobre” o Meio Ambiente (Rio 92), que surgiu a ideia de definir padrões sustentáveis de desenvolvimento considerando a tríade equidade social, prudência ecológica e eficiência

econômica, levando em consideração aspectos ambientais, econômicos, sociais, éticos e culturais.

Embora que difíceis de estabelecer, até porque a preocupação em mensurar o que é sustentável é relativamente recente, os indicadores de sustentabilidade não são apenas necessários, mas indispensáveis para fundamentar decisões em diversas áreas de atuação dos agentes em nível local, regional e nacional.

Não obstante a necessidade de quantificar a informação que servirá de base para a análise e implantação de medidas que visam a melhora do nível ou padrão de sustentabilidade de um determinado extrato (cidade, região, país) - o uso de índices e indicadores é matéria ainda não pacificada entre os estudiosos, pois mesmo sendo inegável que há vantagens no uso dessas ferramentas, não podemos, por outro lado, esquecer as desvantagens que se fazem presentes, tais como: dificuldade em traduzir matematicamente os parâmetros selecionados, perda relativa de informação no processo de agregação de dados e dificuldade na aplicação em determinadas áreas como o ordenamento do território e paisagem.

Para minimizar esses problemas, Bossel - (1999), desenvolveu um modelo em que são consideradas variáveis como eficiência e eficácia, liberdade para promover alterações, adaptabilidade e segurança entre outros. Para isso, Bossel estabeleceu questões-chave relacionadas a essas variáveis na forma de perguntas:

- Há mensurações relevantes (eficiência/eficácia)?
- Existe a necessária liberdade para responder a mudanças (liberdade para promover alterações)?
- Pode ser adaptável a desafios (adaptabilidade)?
- É seguro e estável (segurança)?

Dada à importância cada vez maior de um conceito de desenvolvimento sustentável, os indicadores de sustentabilidade devem permitir vigilância, comunicação e acessibilidade da informação técnica e científica para diferentes grupos de usuários, permitindo-lhes traçar uma perfeita correlação de causa e efeito em eventos e contextos aparentemente diferentes. Integrar um número elevado de informações multidisciplinares, de forma coerente, para um público não especialista, é o grande desafio para o desenvolvimento de um sistema de indicadores.

Os mesmos devem ser enxutos e sintéticos, capazes de comunicar realidades complexas de forma resumida. Informar bem, usando indicadores simples ou complexos, implica em responder às expectativas e reivindicações dos diversos stakeholders, mostrando-lhes, de forma a mais precisa possível, que os resultados foram atingidos conforme estratégias previamente definidas, neste caso a Comunidade Favela Pinheirinho em São José dos Campos – SP.

As melhores práticas, para se alcançar esses objetivos ainda deverão ser descobertas. Hoje ainda estamos sistematizando os conceitos e as informações e estabelecendo padrões que deverão ser aperfeiçoados pela troca de informações e experiências para que tenhamos um modelo mais adequado de mensuração da sustentabilidade.

”Talvez o maior desafio aqui seja simplificar sem restringir o essencial, pois os indicadores de sustentabilidade devem integrar as diversas dimensões que a envolvem: cultural, espacial, econômica, social e ambiental e a interdependência entre essas variáveis.”

Enfim, se é fato que um conjunto de fotografias bem tiradas – a cores, nítidas, com ângulos e luminosidade adequados – das moradias, das ruas, das crianças e idosos pode nos fornecer uma visão geral da situação social da comunidade ou região de interesse, indicadores construídos ou selecionados com base em critérios técnicos também podem retratar de forma aproximada tal situação.

De acordo com publicações dos livros do Prof. Dr. Orientador Christian, podemos nos utilizar dos seguintes Indicadores Sociais >:

Definição do local:

Coleta de informações secundárias (quantitativa e qualitativa);

Tratamento das informações para uso de análise fatorial;

Definição das correlações existentes entre variáveis de diferentes dimensões;

Interpretação teórica das correlações existentes e definição do (s) vetor (es) de desenvolvimento sustentável à luz da teoria e das informações qualitativas & quantitativas;

Pesquisa de campo com agentes econômicos e sociais (empresas, estado, consumidores, cidadão e ser social) para validar modelo teórico (vetor de desenvolvimento sustentável);

Ajustes e tratamento no modelo;

Estruturação das relações de causa e efeito entre as variáveis;

Simulações teóricas de dinâmica do sistema;

Proposta de ações públicas e privadas;

Retro alimentação do sistema e redefinição do(s) vetor (es) de desenvolvimento;

Compreensão teórica e prática das alterações do(s) vetor (es) utilizando-se dos seguintes indicadores Sociais:

Contudo, não podemos sobreestimar a capacidade de síntese e objetivação da realidade que as fotos e os indicadores podem proporcionar. Centenas de fotos – ou horas e horas de filmagens – não conseguem captar toda a dinâmica e complexidade da realidade vivenciada pelas famílias; tampouco o fazem um indicador ou um conjunto exaustivo de indicadores sociais. Fotos, filmes e indicadores são recursos metodológicos que permitem “mobilizar e modernizar” a realidade social, focando os aspectos priorizados pelo fotógrafo ou analista social. Mostrar a potencialidade do uso dos

indicadores na elaboração de diagnósticos socioeconômicos e para formulação de programas públicos, sem descuidar de evidenciar suas limitações na “representação” da realidade social estudada.

No Caso a Comunidade Pinheirinho.

Entendemos que a sustentabilidade, com tudo que ela envolve, começa a sair do modismo, mais restrito a um grupo pequeno e específico de pessoas, e torna-se, a passos largos, preocupação cotidiana de uma parcela cada vez maior da população.

No entanto, todo o esforço para alcançar, de forma rápida, mais e mais extratos da população consumidora, pode se esboroar na falta de clareza das informações a respeito da forma de produzir e comercializar bens e serviços ambientalmente corretos, socialmente justos e economicamente viáveis. Definir claramente os indicadores a serem observados no processo produtivo e de comercialização não interessa somente a quem produz.

É fundamental mesmo que todos os agentes sociais sejam informados, de forma clara, a respeito desses indicadores observados no processo de produção e comercialização, fatores que, sem dúvida irão colaborar para o círculo virtuoso do consumo consciente. Como grande parte dos produtores de bens e prestadores de serviços é de mini, micro e pequenos, o desafio das organizações parceiras é estabelecer índices e indicadores facilmente inteligíveis e aplicáveis.

Poderíamos ter transformado a Comunidade Pinheirinho em um grande canteiro urbanístico de Estudo Social, aproveitando a mão de obra da população local, dando à mesma dignidade, oportunidade, escolaridade, saúde, educação e trabalho.

Referência bibliográfica do livro: SILVA, Christian Luiz da Silva (organizador). DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – Um modelo analítico integrado e adaptativo. Petrópolis, RJ: Editora Vozes Ltda, 2006.

O capítulo V do livro citado acima, trata da relação entre economia e desenvolvimento sustentável visando à construção de uma sociedade mais justa no decorrer do tempo. Para isso procurou-se relacionar os interesses econômicos com os interesses dos demais aspectos apresentados no conceito de sustentabilidade, sugerindo alternativas sustentáveis para os diversos dilemas e paradoxos que envolvem a interface dos interesses econômicos com a saúde, a educação, a cultura e o meio ambiente.

No cenário atual a qualidade de vida é frequentemente sacrificada em nome de uma noção vagamente definida de progresso. As decisões relacionadas ao uso dos recursos são tomadas em benefício de alguns poucos em curto prazo, ao invés de todos, em longo prazo. Deve-se por tanto buscar a harmonia entre os setores da sociedade, de modo local e depois globalmente. De fato, em um mundo que se transformou numa aldeia global, cooperação é o único meio de sobrevivência.

O equilíbrio entre a dimensão econômica e as demais dimensões da sustentabilidade surge como uma alternativa absolutamente fundamental para a manutenção de vida. Portanto, se deve incentivar a tomada de ações que tragam resultados palpáveis, que permitam o progresso econômico e o aprimoramento da qualidade de vida das pessoas, sem prejudicar as futuras gerações.”

“**O capítulo VI** discute a relação entre sustentabilidade e educação, fazendo paralelos desta com as dimensões econômicas, espacial, cultural e da saúde. Os progressos alcançados pela sociedade do conhecimento, o esgotamento de recursos e os danos provocados ao meio ambiente devido ao processo produtivo, na busca de enriquecimento fizeram no mínimo questionar os modelos econômicos atualmente empregados.

As distorções causadas pelos modelos adotados acabam por fazer emergir problemas sociais graves tais como a pobreza, a fome, a miséria e que acabam por traduzirem-se em violência, perceptíveis em todas as camadas sociais. Para que ocorra essa transformação, no modelo econômico, ou para ao menos garantir essa sustentabilidade é que a educação desempenha um papel fundamental em todas as camadas da população. A educação diz respeito a todos e no decorrer de toda a vida.

O surgimento de um novo paradigma educacional na sociedade do conhecimento pôs à mostra as interfaces da educação com as demais dimensões da sustentabilidade. Com base em uma nova visão de educação, surgem propostas e preocupações que podem assegurar o desenvolvimento de uma região de forma holística, total, integrada. “As leis, projetos e decisões, devem ser adotadas e alicerçadas nas perspectivas acima.” - Não há ações independentes, pelo contrário, a preocupação em perceber as interfaces, será condição para eficácia das medidas adotadas, por isso a decisão errada da invasão armada, na Favela do Pinheirinho em SJC-SP.

Deveriam ter sido estudados os seguintes gráficos e situações:

CONCEITO OU OBJETIVO PROGRAMÁTICO

- Condições de Vida.

DIMENSÕES SOCIAIS OU COMPONENTES OPERACIONAIS DE PROGRAMAS SOCIAIS.

- Condições de moradia das famílias e situação de saúde das crianças.

ALGUNS DOS INDICADORES SOCIAIS POSSÍVEIS

- Proporção de domicílios com paredes e teto construídos com material adequado, taxa de cobertura domiciliar da rede de água.
- Número de moradores por dormitório e taxa de mortalidade infantil.
- Cobertura vacinal de crianças de 0 a 3 anos e desnutrição em crianças de até 5 anos.

ESTATÍSTICAS E DADOS DE REGISTROS ADMINISTRATIVOS REQUERIDOS PARA CÔMPUTO DOS INDICADORES

- Total de domicílios na localidade e domicílios que satisfazem normas de “habitabilidade”, conforme levantado em pesquisa específica ou pelo IBGE.

- Total de domicílios estimados pelo IBGE e total de ligações residenciais de água, informado pela Concessionária de Serviços de Abastecimento e Saneamento mais número de moradores e quartos para dormir em cada domicílio, conforme levantado em pesquisa específica ou pelo IBGE.

- Nascimentos e óbitos de crianças até 1 ano registradas em Cartórios ou em Hospitais com Registros de Vacinações dos Postos e Secretarias de Saúde e população de 0 a 3 anos estimada pelo IBGE.

- Registro de medidas de peso e altura de crianças de até 5 anos em pesquisa específica ou registros de programas de nutrição infantil.

- E mais todos os estudos sociais, exigidos pela ONU para dar escopo de uma realidade digna para essa população necessitada de tudo e de habitação social e emprego, chegando a um Bem Estar Social digno para toda esta gente, no caso do Pinheirinho.

CONCLUSÃO DESTE CAPÍTULO

Conforme proposto na matéria Indicadores Socioeconômicos na Gestão Pública, ministrado pela professora Vanessa e por tudo que estudamos na UTFPR em Gestão e no tema da linha 13 – Políticas Públicas e Desenvolvimento Local.

Na **Unidade 1** - Que fala sobre Conceito dos Indicadores Sociais onde devemos estudar a importância dos indicadores sociais como instrumento de gestão, no setor público, seja ele no âmbito federal, estadual ou municipal.

Devemos propor e construir medidas para avaliar e melhorar as condições de vida de uma população.

Monitorar os efeitos de uma determinada ação governamental e, de várias ações propondo metas e acertos, para que ela se torne positiva e não negativa, melhorando cada vez mais o bem estar social de uma população, seja ela qual for independente de religião, ideologia ou partido, provendo a necessidade dos cidadãos brasileiros e da população, que são seres humanos e pagam seus impostos.

A elaboração de um diagnóstico de uma realidade social, vivenciada por famílias de uma comunidade, bairro, município, estado ou federação é realmente muito complexo, pois requer uma série de medidas sociais, econômicas e políticas, fazendo assim a mudança de um quadro social, para uma situação mais positiva.

Mexe com indicadores sociais, medidas qualitativas e quantitativas, onde é preciso mudar uma realidade social, para melhor ou para pior. (Ai está a complexidade do caso)

No caso específico da apresentação deste trabalho, onde falamos de uma comunidade de São José dos Campos - SP - Chamada de Pinheirinho - a qual sobre ela incidiram decisões judiciais, políticas e sociais por um período de quase onze anos, fora o preconceito sofrido, tanto da esfera federal como da esfera municipal e estadual, onde levou-se nove anos para ver o que seria feito com esta população, tão necessitada de assistência social e política.

O que resultou em uma decisão errônea e arbitrária de uma juíza, que causou um problema social mais grave do que o que já existia que é o problema de Déficit Habitacional e que atinge não só o município de São José dos Campos - SP como todo o país.

Tínhamos um problema habitacional de um bairro clandestino no qual tinham alguns barracos e depois quase três mil famílias e que depois ficou imenso perdurando por quase 11 anos, pois não sabíamos onde colocar estas famílias e onde construir casas para elas, ficando as mesmas a margem da

sociedade preconceituosa e elitizada da cidade de São José dos Campos - SP, pois a própria população da cidade, fingia não ter conhecimento deste povo e se pudessem, mandaria os mesmos para suas cidades de origem, só não se tinha ciência, de que no meio deles tinham muitos Joséenses e que em onze anos muitos nasceram lá.

No Capítulo III – do livro do Orientador Christian podemos ver a questão espacial do desenvolvimento sustentável: características e limitações, quase o mesmo ocorrido no Pinheirinho.

O conceito de sustentabilidade espacial refere-se à capacidade de suporte do planeta ante o crescimento desenfreado da população e suas conseqüentes características como a ocupação irregular do espaço, migração, entre outros fatores.

“A degradação ambiental por conta da ocupação desordenada do espaço urbano tem como consequência a perda da qualidade de vida dos cidadãos.”

Alguns autores referem-se à sustentabilidade espacial como a capacidade de promover o equilíbrio entre o meio rural e o urbano a fim de evitar os impactos negativos da hiper urbanização, priorizando novas formas de civilização, alicerçadas no uso sustentável de recursos renováveis. Os autores de muitos livros dividem o meio ambiente de uma comunidade em:

- Ambiente Natural: solo, água, ar, flora e fauna.
- Ambiente Cultural: integrado pelo patrimônio artístico, histórico, turístico, paisagístico, etc.
- Ambiente Artificial: formado pelo espaço urbano construído, ruas, praças, áreas verdes, etc.

“No capítulo IV os autores dissertam sobre a aplicabilidade das normas constitucionais e o papel do Estado conforme os direitos assegurados no Artigo 225”:

“Todos tem direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado ,bem de uso comum do povo e essencial à

sadia qualidade de vida , impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”.

Conquistar e manter o desenvolvimento sustentável significa construir sociedades que satisfaçam suas aspirações e necessidades no presente, sem diminuir as chances de iguais privilégios para as gerações futuras. Portanto o desenvolvimento sustentável é um direito humano fundamental e o Estado tem o dever de atuar positivamente na sua realização, por meio de políticas públicas que satisfaçam as suas diversas dimensões previstas na Constituição.

O conceito já consagrado mundialmente deve ser sempre lembrado: pensar globalmente e agir localmente. E ressaltando os ensinamentos do Cacique Seattle - “Tudo está relacionado entre si. Tudo o que fere a terra, fere também os filhos da terra”.

Nossa demanda de pessoas para a fila do programa habitacional, já há doze anos, já era grande o suficiente para causar um problema social sem contar com a população do Pinheirinho.

A saída era desapropriar o próprio bairro e junto com o Governo Estadual e Federal, através do CDHU - Estadual e o programa Federal - Minha Casa Minha Vida, construir em forma de mutirão as casas desta população do Pinheirinho.

Juntando forças - Estadual Federal e Municipal poderíamos com vontade política independente de bandeira, comprar e desapropriar o terreno, revertendo o dinheiro para a massa falida, proprietária do terreno, pois é errado invadir a propriedade alheia, mais é mais grave ainda causar um problema social maior do que o que se já tem.

A área é tão grande que daria para a prefeitura entrar com a parte menor, que seria o saneamento, luz, asfalto e urbanização com praças, hospital, escolas, etc. A parte maior ficaria com o governo do estado e o governo federal.

Esta comunidade já residia ali por mais de nove anos, onde já tinha todo um projeto urbanístico feito por eles de maneira precária e clandestina, que era maior que muitas cidades do país, o local tem 12 anos de irregularidade.



Fonte: Folha de São Paulo, 2012

Uma liminar federal já havia sido expedida, solicitando a não reintegração de posse do local e que nem foi esperada ser julgada, nela era solicitado que em medida de emergência fosse feita uma ação conjunta dos governos Federal, Municipal e Estadual para que não fosse feita a desapropriação do local o pedido de um consenso e um período de três meses para resolver o que seria feito do local e de sua população, onde hoje sobrou a massa falida e um imenso lixão de restos de entulho e móveis jogados ao relento.



Fonte: Jornal a Folha de São Paulo, 2012

Se na semana anterior o prefeito da cidade de São José dos Campos - SP tinha um problema para resolver, hoje ele tem dois problemas.

Como da noite para o dia você vai abrigar e dar comida, cama e roupa lavada para uma população tão grande e como fornecer escola e leite para tantas crianças, transporte escolar, emprego, ocupação e dignidade, para uma população tão grande, mesmo que você arrume um aluguel social de quinhentos reais por tempo indeterminado, vai se ter um problema social grave para ser resolvido por muito tempo, pois não se constrói casas em tempo tão curto para uma população tão grande e complexa como esta.

Essa população é carente de tudo e como vão caber dez pessoas dentro de um cômodo de R\$500,00 e ainda pagar água, luz, telefone, comida, etc.

São medidas emergenciais, mais o problema ficou mais grave do que era.

Por uma decisão errônea de uma juíza, só para mostrar que tem o poder da caneta e da toga, mostrando que é mais poderosa que a esfera superior da justiça, acabou se precipitando onde hoje ela e o prefeito estão

ameaçados de morte e, bem em ano eleitoral, o que pode prejudicar e muito o prefeito que acabou sendo culpado por algo que não criou e não teve culpa.

A **SDS** - Secretaria de Desenvolvimento Social e todas as demais secretarias da cidade estão trabalhando muito bem e diuturnamente para resolver o problema e com certeza o prefeito e a chefia de gabinete está trabalhando muito e enveredando esforços imensos para resolver o problema da melhor maneira possível.

Só que agora é sair apagando todos os focos de incêndio que vão surgindo, pois o problema vai se perdurar por um longo tempo.

O coitado do prefeito ficou sabendo da desocupação, sendo acordado às 05h30minh da madrugada por um telefonema e agora está pagando o pato da juíza, da polícia e do estado.

Olha as consequências de uma decisão precipitada e não planejada de uma juíza, com todo o respeito a ela e seu cargo, causou-se um problema social mais grave do que o que se tinha e ainda é capaz de os sem teto conseguirem a compra do terreno e lá mesmo for construído um bairro para eles.

Análise deste tema de Monografia & Estudo de Caso feita por uma colega de curso da UTFPR – GPM - Srta. Simône Scotton – Advogada:

Em síntese análise da proposta do aluno André Lauro Pires Galvão – GPM – UTFPR.

“Há clareza quanto ao problema a ser pesquisado, onde o aluno busca esclarecer a origem do problema quanto a ausência de moradia à população de pobreza extrema.”

E a discussão quanto à legalidade ou não de uma desocupação forçada como ocorrido no “Pinheirinho”, inclusive quanto à competência para julgamento da lide, visto que a Justiça Estadual decidia pela desocupação enquanto que a Justiça Federal autorizava por liminares em continuidade na Ocupação.

Quanto ao sucesso da conclusão da pesquisa, totalmente viável, pois há meios suficientes para se atingir os Objetivos Gerais e Específicos.

Quanto à coleta de dados e seu tratamento, o colega deve-se atentar na busca de fontes fidedignas para que não ocorra exposição de fatos e dados contraditórios na conclusão da pesquisa.

1° Elaborar uma questão de pesquisa:

- O Adensamento Urbano, maior causa das favelas e o Déficit Habitacional são culpa da falta de “Gestão Pública”?!

- E o que uma decisão errada em forçar uma desocupação sem planejamento, pode causar em uma Gestão Pública Municipal.

- Exemplo de Estudo de caso:

- Favela Pinheirinho e Rio Cumprido em São José dos Campos-SP

2° Objetivo Geral para ser pesquisado:

- “Analisar e Identificar a qualidade de vida nestas condições de moradia, causada pelo Déficit Habitacional e as consequências de uma Desocupação Forçada”.

3° Dois Objetivos Específicos:

- Identificar Políticas Públicas do Município voltadas para Habitação e as consequências de seu Déficit.

- Histórico de Ocupação do Local e sua forçada Desocupação.

4° Coletar e Avaliar os dados.

- Pesquisa Documental de Políticas Públicas Habitacional, Ocupações e Pesquisa Qualitativa e Quantitativa.

- Consequências de Causas e Propensas Soluções.

5° Texto Resumo:

Através das Políticas Públicas, tanto de iniciativas vindas do governo Federal como do Estadual, quanto Municipal, o Estado pode minimizar seus problemas sociais em vários setores, saúde, educação, habitação, etc.

No caso deste trabalho, habitação em São José dos Campos - SP.

A Política Habitacional é um caso delicado para o “Estado” resolver, pois envolve o DÉFICIT HABITACIONAL PÚBLICO, que no Brasil é grande e envolve recursos do FGTS e da Poupança.

O Brasil é um país que gasta muito e poupa pouco, algo que eleva muito os juros da economia.

HABITAÇÃO EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

Tendo em vista que somos um país Capitalista, o sistema habitacional brasileiro envolve grande interesse de construtoras e do mercado imobiliário. Por isso, não interessa resolvê-los de uma vez só.

Em países de primeiro mundo, este problema é bem resolvido e suas taxas são até negativas, pois sobram casas e faltam moradores, como é o caso da China, onde os recursos de poupança são altíssimos e as reservas do tesouro nacional são muito mais altas do que a nossa, sobram imóveis para todas as classes sociais.

É difícil construir moradias populares com custo baixo ou a preço zero, subsidiado pelo governo, seja Estadual, Municipal ou Federal. Por mais que eles tenham errado em invadir terras que não eram deles, são seres humanos como nós, necessitados de muita coisa, imagine-se desempregado na mesma situação que a deles.

A cidade de São José dos Campos – SP está tentando com várias secretarias resolver muitos problemas que envolvem estes setores.

Em relação à desfavelização São José é exemplo para várias cidades brasileiras, pois desde a década de 1990 este problema vem sendo resolvido, e hoje 90% das favelas foram extintas.

Problemas de vulnerabilidade social e a não proliferação de favelas em São José dos Campos - SP é bem resolvido e até modelo para outras cidades.

A prefeitura criou a nova lei de zoneamento que promete resolver nos próximos quinze anos problemas de habitação para todas as classes sociais, não só em relação a habitação popular para as classes C, D e E - algo que o capital especulativo e os donos de construtoras ficaram com raiva, pois não vai muito de acordo com os seus interesses, ver campo (Missão) neste trabalho.

Os capítulos:

Resultados, Missão, Lei, Atuação, Atribuições e Estruturas mostram bem como o problema habitacional em São José dos Campos - SP está sendo bem resolvido, não só para as classes A - B e C mais um pouco mais lentas para as classes D e E principalmente, com esta nova lei de zoneamento e edificações.

O único erro que o Executivo de São José dos Campos - SP está enfrentando é a desocupação forçada do Bairro Pinheirinho e do pessoal do Rio Cumprido.

O que obviamente trouxe consequências negativas para o município e para o executivo e suas secretarias.

Veja abaixo no You Tube entrevista com o prefeito de São José dos Campos - SP

Sites:

www.youtube.com/watch?v=NzDMHVYjAUc

PREFEITO DE – You Tube

www.youtube.com/watch?v=NzDMHVYjAUc

Ricardo Boechat e a Favela Pinheirinho.wmv – You Tube

www.youtube.com/watch?v=mghmTSVEynM24 TSVEynM24 JAN. 2012 – 10 MIN. video.

Excelente crítica do jornalista Ricardo Boechat (TV Bandeirante) sobre a desocupação da Favela

1. **[Domingo Espetacular – Desocupação do Pinheirinho](#)**

Nossajacarei.com.br/vídeos.html/task=play&id=375&s

30 jan. 2012 – Domingo Espetacular – Desocupação. You must get the Adobe Flash Player to see this media content.

Por mais que eles tenham errado em invadir terras que não eram deles, são Seres Humanos como nós, necessitados de muita coisa, imagine-se desempregado na mesma situação que a deles.

Veja o **link** do vídeo acima: Domingo Espetacular.

Agora, depois de todo o ocorrido: depois das condições das casas que foram destruídas, depois da população que se encontra sem ter onde morar, em abrigos improvisados, depois de denúncias de abuso sexual e abuso de poder por parte dos policiais, depois de tudo isso, o governo federal, o governo estadual, os órgãos de defesa dos direitos humanos se manifestam achando um absurdo tudo o que aconteceu.

Mas enquanto havia tempo, quando podia ter sido feito um planejamento prévio das reais necessidades e demandas que surgiriam diante da operação e anterior à ela, não foi feito nada.

Quando avaliado se seria conveniente ou não a regularização da área ocupada, o que foi feito?

O que ocorreu foi uma falha gravíssima. Faltou o planejamento das ações, as consequências que teria na vida das pessoas uma ação dessa magnitude.

 13/01/2012 - **Desocupação da favela Pinheirinho**

Clique nas imagens para ver os álbuns



Fonte: Nilton Cardin/Folhapress – 2012

INTRODUÇÃO/SUGESTÃO e RESOLUÇÃO DO PROBLEMA

Plano Estratégico Municipal & Plano Diretor Municipal

Para que O Plano Estratégico & O Plano Diretor exista é preciso - um por força da estratégia e outro por força de lei; ambos são obrigatórios e precisam de:

Estrutura Matricial com Conectividade, Multiliderança com Transparência, Trabalhos em Redes com Cooperação por Órgãos, Participação do Beneficiário na Elaboração e na Execução, combinando Governança com Decisão Participativa mais a ajuda do Voluntariado. O objetivo dos mesmos é de discutir à formatação de cada um desses instrumentos e seus potenciais com as suas limitações no Planejamento Urbano em Plano Diretor & Estratégia Municipal em obediência às Diretrizes do Estatuto das Cidades e de seu plano. É através do Plano Estratégico e do Plano Diretor de um município que podemos mudar um cenário social.

Devido a constante mudança social econômica e política no país a Administração Pública não possui mais margem para o desperdício, sendo cada vez mais necessário à otimização dos recursos para atender as demandas da população, optando-se pelo Planejamento nas Ações Públicas Municipais que é ferramenta norteadora no desenvolvimento das cidades. Essa Monografia pretende analisar o processo de Planejamento na Administração Pública Municipal de São José dos Campos – SP.

Planejar é instrumento de relevância na Gestão Pública e nas empresas, na coisa pública devido às dificuldades financeiras do Estado e pela obediência à Lei de Responsabilidade Fiscal PPA, LOA e LDO pressupõe-se o equilíbrio das contas públicas devido exigência do Estatuto das Cidades que estabelece diretrizes e metas na expansão urbana e no desenvolvimento do Município ou seja: Urbano ou Rural, levamos em conta ambiente, cultura, turismo, população, economia, social, etc. - visando uma cidade cada vez melhor.

A Função Básica do Gestor é Coordenar, Monitorar e Articular programas, pessoas e atividades nas diferentes fases de um projeto, assim viabilizando o mesmo, juntamente com sua equipe e se for possível realizar a distribuição das etapas do início ao fim do projeto, para assim lograr êxito.

Lembramos que em um projeto as fases nem sempre são lineares e às vezes precisamos retomar ou voltar a outras etapas do projeto, ou refazer procedimentos quando necessário. Mesmo que você escolha várias metodologias de ensino ou projeto e que não seja a que estudamos neste módulo, lembramos que é importante enfatizarmos, que um projeto deve sempre responder as perguntas contidas em cada fase que nele existe, sendo assim devemos criar um quadro com os seguintes cronogramas e tópicos: Anos, Meses, Dias, Etapas do Projeto, Identificação da Situação, Levantamento de Informações Sobre a Situação, Diagnóstico, Beneficiários, Objetivos, Justificativa, Programação das Ações, Metodologia, Instituições de Apoio, Programação Orçamentária dos Recursos, Gerenciamento, Reuniões Periódicas & Relatório Final. Todas estas etapas tem que seguir o seguinte Cronograma Linear - cobrado pelo Gestor: Início do Projeto – Planejamento do Projeto – Execução do Projeto – Controle do Projeto & Encerramento do Projeto, seguindo os pontos citados acima, desde o tempo em Anos, Meses e Semanas até o Relatório Final do Projeto e de preferência com ele sendo realizado e não apenas planejado e engavetado. Por isso no caso da Favela Pinheirinho em São José dos Campos – SP o governo no caso o prefeito da cidade deveria ter planejado com o Governo do Estado e com o Governo Federal uma ação em conjunto para resolver de forma pacífica a desocupação do Pinheirinho e a compra do terreno invadido e a construção de casas populares para os mesmos, mais adiante falaremos sobre essa possibilidade.

Para tanto o perfil e a presença do Gestor Público é essencial para uma boa administração é através dele e de seu secretariado é que o prefeito faz um governo positivo e assertivo.

Perfil dos Gestores de Projetos Públicos

Nenhuma Síntese Gerencial pode prosperar sem o desenvolvimento de pessoas, por meio de sua formação de qualidade.

O ideal é que se institucionalize um Programa de Formação de Gestores. Para o Estado é necessário ter claro e resolvido o tipo de Sociedade e Estado que se quer no modelo de Gestão, sendo o que melhor atenda a sociedade, construindo um modelo que possibilite a competência e a permanência de seus servidores, tendo o perfil de bem relacionado principalmente com os Recursos Humanos, Outros Setores, Terceirizados e Parceiros. (Marketing e Relações Públicas)

A Capacidade Gerencial é um recurso precioso para a condução da redefinição do papel do Estado. “Para Ferreira – 1996 - pg. 5” “- Existem dois componentes essenciais na implantação de programas de mudanças na Administração Pública - A Governabilidade X Governança. O primeiro diz respeito às condições de legitimidade de um Governo para empreender transformações necessárias, enquanto que o segundo está relacionado à Capacidade de Implementação do Gestor. Essa capacidade abrange tanto as condições Técnicas & Administrativas quanto às Financeiras.”

Um ponto importante na relação de Governabilidade & Governança é a capacidade para garantir a legitimidade que é dada pelo cidadão que elege seus representantes e da Governança que significa a construção da capacidade de governar, que é dada pelos Servidores e Gestores Públicos, possibilitando a injeção correta de Políticas Públicas representando o Estado perante a Sociedade e por meio da prestação correta de serviço ao cidadão.

De acordo com às 04 Unidades estudadas por nós em: “Elaboração e Avaliação de Projetos” >: e Todo conteúdo dado no curso de GPM – UTFPR.

“ O Gestor Público & seus Projetos precisam de pessoas que consigam trabalhar em equipe, coordenando os trabalhos para que sejam implementados, sendo a responsabilidade da transformação da cidade do Gestor e do Cidadão. O munícipe pode cooperar com a construção do futuro

desejado para o município, mas o papel do Gestor do Projetos Públicos é fundamental para a viabilização da melhoria da cidade.”

A função básica do Gestor é coordenar, monitorar e articular pessoas e atividades nas diferentes fases do projeto, viabilizando-o e administrando o Setor Público. Negociação, Solucionar Problemas, Facilidade de Comunicação, Liderança, Influência na Organização, Experiência, Relacionamentos Externos, Capacidade de Decisão, Administração & Articulação são alguns predicados do Gestor Público.

Um pouco do que é São José dos Campos – SP & de sua História, seus índices de habitação e o que é a cidade desde 1940 até a data de hoje, 2012.

Veja quadro da próxima página:

No quadro abaixo podemos ver a evolução de São José dos Campos - SP de 1940 à 2012.

Período	Pop Total 100%	% Urbana	% Rural	5% Analfabetos	10% Pop. Abaixo Linha Pobreza
1940	36.279	14.474 40%	21.805 60%	1.814	3627
1950	44.804	26.600 59%	18.204 41%	4.481	4.480
1960	77.533	56.882 73%	20.651 27%	3.877	7.753
1970	148.332	132.482 89%	15.850 11%	7.417	14.833

1980	287.513	276.901 96%	10.612 4%	14.376	28.751
1990	441.984	425.132 96.20%	16.852 3.80%	22.100	44.198
1991	442.370	425.515 96.20%	16.855 3.80%	22.119	44.237
1993	447.926	430.904 96.20%	17.022 3.80%	22.397	44.792
2000	539.313	532.717 98.80%	06.596 1.20%	26.966	53.931
2010	629.921	617.106 98%	12.815 2%	31.496	62.992
2011	636.876	624.138 98%	12.738 2%	31.844	63.687
2012	637.500	624.750 98%	12.750 2%	31.875	63.750

Fonte: Tabela – IBGE. 2010

População abaixo da linha da pobreza é necessitada de Política Social.

Uma delas é a carência de Habitação e de Assistencialismo Social.

Veja abaixo o histórico de São José dos Campos – SP em relação ao crescimento populacional urbano, rural e seus constituintes, em relação à pobreza, habitação, necessidade social e o analfabetismo:

O território do Município de São José dos Campos – SP - abrange uma área de 1.118 km², formado por 2 sub distritos e 2 distritos: 1º sub distrito - sede, 2º sub distrito – Santana do Paraíba e os distritos São Francisco Xavier (ao norte) e Eugênio de Mello (a leste) - sendo que cerca de 70% desta área está localizada ao Norte da Rodovia Dutra, constituída por montanhas, serras e picos.

Quanto à parte Sul, com cerca de 30% do território, parte apresenta o relevo brando e suave, formado por um imenso planalto, composto de uma série de platôs entrecortados de pequenos vales, onde se concentra toda a população urbana do Município, em 120 km², de acordo com o Censo e dados de 1990, hoje em 2012 temos 195.516 habitantes a mais na cidade, com um total de 637.500 habitantes e IDH de 0,849.

A existência de acidentes naturais e artificiais, os rios e afluentes, juntamente com a posição das grandes indústrias na cidade, influenciam de forma decisiva nas possibilidades da expansão de São José dos Campos – SP.

O rio Paraíba do Sul com sua várzea plana e trufosa ao Norte, a topografia montanhosa ao leste, limitam a expansão do sítio urbano atual.

No sentido norte-sul, os afluentes do rio Paraíba: rio Comprido, rio Serimbura, rio Vidóca, rio Putin, rio Alambari, rio Pararangaba e rio Nossa Senhora da Ajuda, todos afluentes do Paraíba, influenciam na topografia e planejamento do crescimento da cidade.

A área ocupada pelo Centro Técnico Aeroespacial, ao sul da rodovia Dutra, ocupando uma área de 1200 hectares e a área que delimita a Refinaria Henrique Laje – REVAP, juntamente com a GMC – General Motors em São José dos Campos - SP são também elementos condicionantes do crescimento da cidade.

São José dos Campos – SP está situada a leste do estado de São Paulo, no Médio Vale do Paraíba configurando-se como o mais importante dos trinta e cinco municípios que compõem a Bacia do Paraíba do Sul, hoje delimitada como Região Metropolitana.

Veja matéria anexa:

1. Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte_

[pt.wikipedia.org/.../Região_Metropolitana_do_Vale_do_Paraíba_e_L...Em
cache](http://pt.wikipedia.org/.../Região_Metropolitana_do_Vale_do_Paraíba_e_L...Em_cache)

A *Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte* foi criada pela lei complementar estadual 1166, de 9 de janeiro de 2012. é uma das quatro regiões .

São José dos Campos - SP sofreu expressiva taxa de crescimento demográfico a partir dos anos 50, resultado da implantação de um Parque Industrial diversificado, em função de sua especial localização entre as duas principais regiões metropolitanas do país que são considerados os dois maiores centros produtores e consumidores do Brasil - São Paulo e Rio de Janeiro do qual São José fica no meio.

Distante 84 Km de SP e 321 Km do RJ - o nosso município é cortado no sentido leste oeste, pela rodovia federal BR-116 - (Rodovia Presidente Dutra) - no sentido norte sul, pela rodovia estadual SP-50, que liga São José dos Campos – SP aos municípios do Sul de Minas Gerais e Campos do Jordão – SP e pela rodovia estadual SP-99 - (Rodovia dos Tamoios) - que liga o nosso município ao litoral norte do estado de SP.

Estando assim o município ligado aos dois principais polos turísticos do estado de SP, temos a Rodovia Carvalho Pinto que também corta nosso município, paralela à Rodovia Presidente Dutra, que interliga a Região Metropolitana de São Paulo com a Região Metropolitana do Vale do Paraíba, que foi atualmente transformada de Região do Vale em Região Metropolitana, fazendo também a conexão com a Rodovia dos Tamoios que nos liga ao Litoral.

Além destas rodovias, o Município é cortado, no sentido leste oeste, pela Estrada de Ferro Central do Brasil (antiga - RFFSA) hoje privatizada, que liga o estado do Rio de Janeiro ao estado de São Paulo.

O Município de São José dos Campos – SP configura-se como um polo econômico com ascendência sobre todos os demais núcleos urbanos paulistas do Vale do Paraíba do Sul.

Abrange em sua área de influência mais próxima as cidades de Jacareí, Caçapava, Pindamonhangaba, Taubaté e Guaratinguetá – SP mantendo a mão de obra de todo o Vale, onde em sua maioria os trabalhadores veem residir em São José dos Campos – SP, o que gera o crescimento da cidade.

São José possui mão de obra qualificada, por ser uma região de indústrias e por tanto de nível de escolaridade alto, tendo o índice de IDH alto, maior do que o exigido pelo ONU. Por isso não tem o índice de analfabetismo muito alto e sua razão de pobreza é de apenas dez por cento e de analfabetismo cinco por cento, sendo essa a média dos municípios do Vale.

Nos últimos 40 anos o município vem apresentando expressiva taxa de crescimento demográfico em função de vantagens locais, imobiliárias e fabril, resultado da implantação de um parque industrial com participação significativa na produção estadual e nacional, principalmente no tocante às exportações e ao uso de tecnologias avançadas, principalmente após a criação do Parque Tecnológico em 2006, inspirado na criação do CTA na década de cinquenta.

Veja matéria anexa:

1. Parque Tecnológico - São José dos Campos

www.pqtec.org.br/Em_cache - [Similares](#)

O Parque Tecnológico - São José dos Campos é uma organização composta por instituições e profissionais especializados, cujo objetivo é o desenvolvimento .

Trabalhe Conosco

www.pqtec.org.br/trabalhe-conosco/
Inicial · Links Úteis · Trabalhe Conosco · Fale
Conosco ...

Localização

www.pqtec.org.br/localizacao/
Localização. Endereço: Rodovia Presidente
Dutra - Km 137,8 ...

Boas Vindas

www.pqtec.org.br/conheca-o-parque/boas-vindas.php
Conheça o Parque / Boas Vindas. Aproveite
esta oportunidade ...

Organização

www.pqtec.org.br/conheca-o-parque/organizacao.php
A governança é exercida pela Associação
Parque ...

A cidade de São José com a sua posição estratégica, em relação às duas maiores Regiões Metropolitanas do País, RJ & SP - a proximidade do Porto de São Sebastião que apresenta grandes potencialidades para a movimentação de cargas especializadas à 30 minutos do Sul de Minas e à 40 minutos do Litoral é extremamente estratégica.

O Aeroporto, a desconcentração industrial principalmente de São Paulo e Rio de Janeiro, a implantação do Centro Técnico Aeroespacial – CTA do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE e do Parque Tecnológico, são apenas alguns fatores que explicam a existência do município, com um Parque Industrial moderno, que em 1988, contava com 596 estabelecimentos industriais (muitos deles de grande porte) empregando cerca de 70.000 pessoas, na década de 1990, mais o comércio e a educação, fazem de São José dos Campos – SP uma cidade diferente.

Este desenvolvimento tem se refletido nas atividades de comércio e de prestação de serviços na região.

A exemplo à cidade conta com alguns equipamentos do setor terciário (comércio varejista em grande escala), próprios de metrópoles, destacando-se assim dos demais núcleos urbanos da região e substituindo São Paulo nesta função, tais como o UEMURA, TENDA, MK, CARREFOUR, WALLMART, SPANNI, CEASA, ETC. e " Shoppings Centers " - com uma grande quantidade de lojas âncoras de abrangência nacional, são também outros diferenciais.

Nas décadas de 60 e 70, as taxas anuais de crescimento do pessoal ocupado no "comércio" foi de 12,75% e 10,46%, enquanto na "prestação de serviços" foi de 12,46% e 15,23% respectivamente.

Dados do Censo Comercial e de Serviços do Estado de São Paulo.

Todos estes fatores permitiram ao município, uma economia sólida e um desenvolvimento acelerado nos mais variados setores.

A diversificação do parque industrial é caracterizada por atividades que vão desde a produção da cerâmica doméstica e artística, passando pela fabricação de cobertores e fios sintéticos, equipamentos eletro eletrônicos (especialmente telecomunicações), material fotográfico, produtos químicos e produtos farmacêuticos, calçados, máquinas fabris, combustível, carros bélicos, carros, aviões, foguetes espaciais, satélites, etc.

Portanto, a cidade e sua população estão fortemente arraigadas, econômica e culturalmente, ao desenvolvimento industrial o parque fabril de São José dos Campos – SP caracteriza-se também pelas indústrias voltadas à exportação.

No ano de 1991, o município tinha 21 indústrias voltadas à exportação, para a América Latina, para a Ásia, para a Europa, para a América do Norte, para a África e para a Oceania.

Em 1993 contava com 736 indústrias, e uma população estimada de 447.926 habitantes, ocupando o quinto lugar em arrecadação de ICMS e o oitavo em consumo de energia elétrica em relação aos 625 municípios do Estado de São Paulo.

Sediando estabelecimentos de grande porte, unidades industriais tecnológicas de produção intensiva e novos núcleos integrados de pesquisa científica e industrial, gerando, permanentemente, novos empregos e exigindo aperfeiçoamento de mão de obra especializada, fazendo com que a cidade cresça cada vez mais e seja cada vez mais cosmopolita, com baixa taxa de analfabetismo e pobreza.

De acordo com a história, embora existindo dificuldades na busca e na obtenção de documentos, que revelem com certa precisão a data da fundação de São José dos Campos – SP e de acordo com documentos antigos da

biblioteca municipal, supõe-se que ela seja contemporânea da Capitania de São Vicente.

Em 1611, foi criada a lei que regulamentava os aldeamentos indígenas nos pontos que melhor conviessem aos interesses do Reino e entre os antigos aldeamentos que vieram merecer a atenção dos jesuítas, figurava, para as bandas do leste, o de Campos de São José, localizado no Bairro do Rio Comprido, a dez quilômetros da cidade atual.

De 1643 a 1660, os jesuítas obtiveram diversas léguas de terra concedidas por João Mafra Cavalheiro, fidalgo de Sua Majestade.

As terras situavam-se em magnífica planície, onde se encontra a cidade, denominada naquela época "Vila Nova São José". Após longos anos de um lento progresso, foi descoberta uma taba no lugar conhecido por "Lavras", de lá trouxeram amostras de ouro puríssimo, vindo despertar a atenção dos jesuítas que foram explorar as minas ali localizadas.

Perto desse lugar (Lavras) existia um pequeno povoado chamado "Tanque dos Índios", atual Fazenda "Montes Claros".

Com a expulsão dos jesuítas em 1769, alguns brancos agregaram-se aos índios sob a direção de José Araújo, Capitão-Mor de Jacareí, dando um grande impulso à povoação.

Em 27 de julho de 1767, por ordem do Governador Geral, Dom Luiz de Souza Botelho Mourão e pelo Ouvidor e Corregedor Salvador Pereira Silva, foi criada a Vila de São José do Paraíba sem ter sido antes freguesia, que no futuro chamaria de São José dos Campos – SP a povoação teve várias denominações:

- a) Vila Nova de São José;
- b) Vila de São José do Sul;
- c) Vila de São José do Paraíba, tendo, esta última, os foros de cidade.

Em atenção à topografia do seu sítio, pela lei provincial nº 47, de 2 de abril de 1871, passou-se a chamar:

- SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - SP

Em sua evolução o município passou por quatro distintas fases:

- o ciclo do algodão.
- o ciclo do café.
- a fase sanatorial e pulmão
- (Estância Hidromineral e Tuberculosa).
- a fase industrial.

O **Ciclo do Algodão**: - São José do Paraíba foi o município mais destacado na cultura do algodão da região ocidental do Vale, que visava principalmente o abastecimento das indústrias inglesas de tecidos.

O algodão teve um rápido desenvolvimento na região atingindo seu apogeu no biênio 1867 – 1869 com a maior produção da província, quando chegou até a concorrer com a produção cafeeira, declinando no entanto sensivelmente até o final do século XIX.

Em 1872 é criada a Comarca de São José dos Campos - SP e segundo o Censo do mesmo ano é registrado uma população de 12.988 habitantes incluindo 1.245 escravos.

Grande alento foi dado ao progresso da cidade com a chegada, em 1876 da Estrada de Ferro Central do Brasil, cortando o centro urbano.

O **Ciclo do Café**: - Essa cultura no Vale do Paraíba começou a ter alguma expressão a partir de 1830, já com a participação de São José do Paraíba na produção regional.

Em 1854 verificou-se incremento da produção, passando a ser uma das maiores da região, conseguindo destaque nacional.

No ano de 1886, a produção cafeeira no município de São José teve seu auge mesmo num momento em que já acontecia a decadência dessa cultura na região, conseguindo ainda algum destaque até por volta de 1930 já no século XX.

No Censo de 1920, o rebanho bovino alcançava 10.966 cabeças de gado, indo atingindo no Censo de 1940 o total de 28.549, época em que o ciclo da pecuária se sobrepõe às culturas do café e algodão, onde a economia regional do Vale passa a ser Leiteira, já na metade do século XX.

A Fase Sanatorial e Pulmonar: - A procura do município de São José dos Campos - SP para tratamento de tuberculosos teria se tornado perceptível no início do século XX, devido às condições climáticas supostamente favoráveis.

No entanto, somente em 1935, quando o município foi transformado em Estância Hidromineral é que São José dos Campos – SP passou a receber benefícios que puderam ser aplicados na área sanatorial e hospitalar, principalmente do Governo.

É desta fase a implantação de grandes sanatórios na parte oeste do núcleo central e o surgimento de vários Hotéis e Pensões, como a construção do Hospital Vicentina Aranha, hoje Patrimônio Histórico, funcionou como Hospital até 2005.

Essa fase ainda persistiu até fins da década de 50, quando definitivamente começa o processo de industrialização que passaria a comandar o desenvolvimento da cidade e do município, principalmente com a chegada da Aeronáutica e o ITA.

A Fase Industrial: - O processo de industrialização, no município tem início a partir da década de 1920 quando há ocorrência de um conjunto de fatores favoráveis à implantação de indústrias.

Além da situação geográfica favorável e outros fatores de ordem geral refletiu também a atuação de fatores específicos locais, como a concessão de incentivos fiscais e a oferta de terrenos para a instalação de indústrias e

empresas pela Prefeitura Municipal, como foi o caso da GMC - General Motors e Petrobras – Revap.

E assim vantagens comparativas se acumularam, intensificando o processo de industrialização conseqüentemente expandindo o núcleo original da cidade, que até então existia em função de suas relações com a economia agrária.

Temos até a metade da década de 1950, um maior desenvolvimento urbano nas regiões periféricas do núcleo original e na parte norte da cidade onde se instalaram as primeiras grandes indústrias - (Tecelagem Parahyba, Rhodia e GM).

Nas décadas seguintes, o município passa aceleradamente por mudanças em seu sistema urbano, relacionadas com diversas etapas de seu desenvolvimento sócio econômico e tecnológico.

Um dos marcos do progresso do município foi a instalação do Centro Técnico da Aeronáutica - CTA, em 1950, inspirado no modelo americano do MIT - (Instituto de Tecnologia de Massachussets). Projeto do arquiteto Oscar Niemeyer.

A 19 de janeiro de 1951, acelerava-se o desenvolvimento industrial, com a inauguração da Rodovia Presidente Dutra.

A partir daí, o município começou a caminhar para a base científica tecnológica que é hoje principalmente com a vinda da EMBRAER – CTA – AVIBRAS – INPE & Petrobras.

Em seguida, com a consolidação do chamado " Complexo Tecnológico Industrial Aeroespacial " há incremento no crescimento populacional intensificando a urbanização do município que passa a ter um caráter disperso, atravessando a Via Dutra e tomando espaços considerados rurais, tendo necessidade de planejamento.

Houve um crescimento populacional imenso e em 1980 o quadro urbano do município sofre uma grande transformação, devido a intensidade da

industrialização ocorrida nas décadas de 1960/1970 ocasionada por fatores diversos e principalmente pela instalação da Refinaria Henrique Laje – REVAP bem como pela implantação de indústrias de grande porte como GMC – General Motors, ocupando grande áreas de expansão urbana.

Deste modo, o processo de urbanização de São José dos Campos – SP - dá-se em patamares descontínuos, ocasionados por fatores exógenos independentemente do planejamento a nível municipal. A presente estrutura urbana de São José dos Campos – SP como resultado deste processo que extrapola o controle do poder público local apresenta graves problemas que são enfocados no diagnóstico da Estrutura Urbana que foram sendo corrigidos com o passar dos anos.

Hoje este problema é corrigido, mesmo em um crescimento descontrolado ou em aceleração com as leis que dizem respeito ao Ministério das Cidades a Lei Orgânica Municipal e as LDO, LOA & PPA e Lei de Zoneamento Municipal.

Veja Lei de Zoneamento atual de São José dos Campos - SP:

1. **Nova Lei de Zoneamento - Prefeitura Municipal de São José dos ...**

www.sjc.sp.gov.br/secretarias/.../nova_lei_de_zoneamento.aspx Em cache

Bloquear todos os resultados de www.sjc.sp.gov.br

Prefeitura de *São José dos Campos* ... *Nova Lei de Zoneamento - LC 428/10* ...

Mapa de *Zoneamento / Corredores / Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS)* .

Em função dos esforços do Poder Público Municipal em corrigir estas distorções através de processos de Planejamento Permanente São José dos Campos – SP, tem consolidado uma cultura de planejamento através de intervenções diretas e disposições normativas, tanto no que diz respeito a questões urbanas como ambiental, conforme se pode observar no estudo acima e pela Lei de Zoneamento atual.

Dada a importância da renda gerada pela sua base econômica industrial, São José dos Campos – SP se dispõe de um setor terciário significativo na região, impulsionando o processo de Região Metropolitana, que foi aprovado este ano em 2012, fato este que também se consubstancia no processo de conturbação dos aglomerados urbanos ao longo da Via Dutra, onde todas as regiões do Vale se juntaram...

Só é preciso ter mais participação popular, nestas decisões políticas, pois o governo só abre ao público quando é obrigado ou exigido pelo Ministério Público, são muito fechados e não dão muita abertura, por causa da oposição, precisam se adequar mais ao Orçamento Participativo, que hoje não é aplicado como exigido por lei e teoria, as LOA's, as PPA's, as LDO's e no que diz e orienta o Ministério das Cidades.

O Governo de São José dos Campos – SP é governado pelo PSDB desde 1996 após um governo do PT e por isso não dão muita abertura.

DEMOGRAFIA

a) Dinâmica Populacional

No sentido de diagnosticar a situação populacional e o ritmo de crescimento que o município ocupa em relação ao Vale do Paraíba e o Estado de São Paulo a partir de 1940, foram utilizados os dados censitários do IBGE.

Constata-se de início que o município desde 1940 vem demonstrando um crescimento populacional bastante acentuado em relação ao Vale do Paraíba e ao Estado de SP.

Um dos fatores determinantes que contribuíram decisivamente para a mudança do perfil demográfico do município foi o grande fluxo migratório que ocorreu a partir dos anos 50, decorrente da industrialização.

A população de São José dos Campos – SP em 1940 e 1950, representava 9,2% e 9,3% em relação ao Vale do Paraíba e 0,5% e 0,4% em relação ao Estado de São Paulo respectivamente. (IBGE)

Por outro lado, à medida que o desenvolvimento científico tecnológico configurava no município, notamos que nas décadas de 60 e 70 a população correspondia a 12,8% e 18% em relação ao Vale do Paraíba e 0,5% e 0,8% em relação ao Estado de São Paulo respectivamente. (IBGE)

Conforme demonstrativo do IBGE, o quadro de participação populacional manteve-se crescente até hoje como demonstra o quadro lá de cima de 1940 à 2012. Dentro deste contexto, nota-se que a dinâmica populacional em nível destas variáveis agregadas, evidencia o papel do crescimento polarizador do município de São José dos Campos – SP nos últimos 40 anos, em que só aumentou como pode ser visto no quadro lá acima onde demonstra a população da cidade de São José dos Campos – SP.

De 1940 à 2012 - como foi seu crescimento e no que diz respeito à população Urbana, Rural, Analfabetos e pessoas abaixo da linha de pobreza, que tem uma média de cinco a dez por cento da média da população total do município.

2. Há no Brasil um questionamento quanto à necessidade e o custo de se manter uma Câmara de Vereadores nos Municípios, principalmente nos menores.

Assim como a Câmara dos Deputados, o Senado e o Executivo é um mal necessário, amparado por lei, a Câmara de Vereadores de todas às cidades do país e de São José dos Campos – SP também é um mal necessário, às cidades não andam sem o Prefeito e o Prefeito não anda sem o Legislativo e vice versa, o problema é que eles próprios fazem às leis e vão ser sempre corporativos, seja em qual esfera de poder for.

O que a população tem que fazer é cobrar do seu vereador e prefeito, um mandato em que o mesmo faça jus ao seu cargo e salário, pois é na urna, na hora do voto, é que devemos reeleger ou não alguém.

Veja a matéria abaixo sobre o assunto:

1. Em ano eleitoral, vereadores dobram gastos com postagens ...

www.ovale.com.br/.../em-ano-eleitoral-vereadores-dobram-gastos-co...Em cache

2 dias atrás – *São José dos Campos* ... Envio de cartas e informativos a eleitores já *custou* mais de R\$ 165 mil aos cofres da *Câmara* em 2012 ... De 1º de janeiro até ontem, as despesas da *Câmara* com esse tipo de serviço já somavam .

1. *Custo de vereador em campinas e um dos mais altos - RAC*

www.rac.com.br › *notícias* › *Campinas e RMCE*Em cache

Bloquear todos os resultados de www.rac.com.br

29 abr. 2012 – O *custo* médio de um *vereador* em Campinas é o mais alto entre as 13. Em consideração o orçamento anual (de 2011) de cada *Câmara*.

O cidadão é a pessoa que tem que ficar em cima e denunciar o legislador abusivo e não deixar aprovarem leis corporativas e abusivas, que vão gastar o dinheiro público de maneira errada e escusa, principalmente na hora de votar ter consciência de não reeleger vereador errado e que não merece, o mesmo deve ser feito com o candidato a prefeito.

Aprendemos no curso de Gestão Pública Municipal – UTFPR que através da LDO – elaborada no ano anterior as ideias e projetos do ano posterior, podemos mudar muita coisa no município, melhorando e modificando um estado social, para melhor ou para pior. Podemos citar por exemplo a LDO – 2013 – para a cidade de São José dos Campos – SP.

Se no caso do Pinheirinho, desde sua primeira invasão tivéssemos colocado na LDO do ano seguinte, uma proposta de regularização da situação ou algo para anos posteriores, teríamos resolvido o problema sem a Invasão.

A LDO – LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

De acordo com o site da Prefeitura de São José dos Campos – SP no campo transparência, LDO significa: A Lei de Diretrizes Orçamentárias - (LDO) – que tem como objetivo estabelecer as diretrizes, prioridades e metas da administração, orientando a elaboração da proposta orçamentária de cada exercício financeiro, formado pelos orçamentos fiscal, de investimento das empresas e da seguridade social, compatibilizando as políticas, objetivos e metas estabelecidos no Plano Plurianual e as ações previstas nos orçamentos para a sua consecução, promovendo, em prazo compatível, um debate sobre a ligação e a adequação entre receitas e despesas públicas e as prioridades orçamentárias.

Para entender melhor veja os links abaixo:

Os critérios para elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias deverão ser necessariamente, os contidos na Constituição Federal, na Lei de Responsabilidade Fiscal e na Lei Orgânica do Município, se houver.

- ▶Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO - 2010
- ▶Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO - 2011
- ▶Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO - 2012

LDO

www9.senado.gov.br/portal/page/portal/orcamento_senado/LDO

Não foi útil? Após fazer login, você poderá bloquear os resultados de www9.senado.gov.br.

Bloquear todos os resultados de www9.senado.gov.br. diretrizes orçamentárias. A **lei de diretrizes orçamentárias (LDO)** orienta a elaboração e execução do orçamento anual e trata de vários outros temas, como.

Será outro mandato e novo Período Legislativo e quais foram às prioridades elencadas na proposta da LDO 2013 para o seu município? - No caso São José dos Campos – SP.

Na LDO – 2013 – SJC – SP – Foram constituídas prioridades em vários gêneros e setores e não especificamente em uma proposta só, ou em uma obra só.

Podemos ver e consultar por exemplo, em: Descrições de Programas / Metas / Custos - da pasta – 003 – LDO_2013 – PMSJC – A – 22. Nas paginas 001 à 080 do Anexo – V .

As metas e prioridades elencadas pelas secretarias, administração e a população, em relação a projetos e obras, para a cidade de São José dos Campos – SP.

Podemos consultar também o Anexo – VI – B – página 01, em Orçamento Criança e Adolescente – 2013. Pasta – 007 – LDO_2013 – FUNDHAS – A – 44.

Metas e prioridades dos Projetos Sociais.

Retirada e apoio as crianças e adolescentes em estado de vulnerabilidade social no município, dando as mesmas condições de estudo e uma vida melhor, longe das drogas e da prostituição, porém nada relacionado à habitação.

1. Quantas audiências para apresentar e discutir esta LDO de 2013 foram feitas no município de São José dos Campos - SP?

Prioridades	Nome das áreas de abrangência.	Principais programas e projetos.
A – Administrativas & Governo	Interna e Urbana Norte/Sul/Leste/Oeste	PG: 15 do Anexo – V – PMSJC – Pasta – 003 – LDO_2013 10 Projetos
B – Câmara Municipal – Legislativo	Em sua maioria interno e administrativo	Pasta – 004 – LDO_2013 – Câmara Municipal – Arquivo 28,29,30,31
C – Social & Educação – FUNDHAS	Educação Técnica e Auxílio ao Menor Norte/Sul/Leste/Oeste	Pasta – 007 – LDO_2013 – FUNDHAS – Arquivo 41 – PG: 1 & 2

<p>Nº Audiências realizadas</p> <p>03 DIAS</p>	<p>Pasta – 008 – LDO_2013 – Audiências Públicas.</p> <p>Foram realizadas seis audiências no total – duas em cada dia, nos dias: 19 - 21 & 23 de março de 2012.</p> <p>LDO_2013</p>
--	--

Destas Prioridades constantes na proposta da LDO 2013, quais e quantas foram pela comunidade?

Conforme pode ser consultado na LDO_2013 em sua totalidade, menos de 50% foram em benefício geral da comunidade e da população, em sua maioria foram para manter serviços já existentes ou para a manutenção do funcionalismo e suas aposentadorias, nada de extraordinário e inédito para a população. Apenas alguns aspectos da Educação e da Tecnologia algo comum para a Capital da Aviação e da Ciência e Tecnologia, porém nada relacionado à habitação.

Coloco um exemplo de projeto abaixo que poderia ter sido feito pela prefeitura de São José dos Campos – SP e que poderia ajudar a diminuir o Déficit Habitacional da cidade e diminuir o impacto negativo da invasão da Favela do Pinheirinho, se tivesse sido implantado em alguma LDO – dos últimos dez anos, não teríamos tido a invasão do Pinheirinho.

Algo que poderia ter sido pensado e colocado em 2012 para à LDO – 2013 da cidade.

É um modelo fictício de projeto criado pelo autor da Monografia e Pesquisa: André Lauro Galvão – UTFPR, como modelo que teria resolvido o Caso Pinheirinho sem precisar da Invasão e desocupação, principalmente armada.

Elaboração e Avaliação de Projetos

Casa Popular

Um pouco da História & Evolução de São José dos Campos – SP de 1940 à 2012 – População Carente, Rural e Urbana. (IBGE, 2008).

Período	Pop Total 100%	% Urbana	% Rural	5% Analfabetos	10% Pop. Abaixo Linha Pobreza
1940	36.279	14.474 40%	21.805 60%	1.814	3627
1950	44.804	26.600 59%	18.204 41%	4.481	4.480
1960	77.533	56.882 73%	20.651 27%	3.877	7.753
1970	148.332	132.482 89%	15.850 11%	7.417	14.833
1980	287.513	276.901 96%	10.612 4%	14.376	28.751
1990	441.984	425.132 96.20%	16.852 3.80%	22.100	44.198
1991	442.370	425.515 96.20%	16.855 3.80%	22.119	44.237
1993	447.926	430.904 96.20%	17.022 3.80%	22.397	44.792
2000	539.313	532.717 98.80%	06.596 1.20%	26.966	53.931
2010	629.921	617.106 98%	12.815 2%	31.496	62.992
2011	636.876	624.138 98%	12.738 2%	31.844	63.687
2012	637.500	624.750 98%	12.750 2%	31.875	63.750

A cidade abrange 1.118 km² com 3 Distritos: Sub-Santana, distritos de São Francisco Xavier e Eugênio de Mello, com 70% da população ao Norte, cercado por montanhas, serras e picos. Na parte Sul cerca de 30% do território, apresenta o relevo brando-suave formado por imenso planalto, com pequenos vales, onde se concentra toda a população urbana 120km², de acordo com Censo 1990.

Hoje em 2012 temos 195.516 habitantes a mais, com um total de 637.500 habitantes e IDH de 0,849. A existência de acidentes naturais e artificiais, rios e afluentes e a posição das grandes indústrias, influenciam de forma decisiva na expansão da cidade a leste do Estado de SP, no Médio Vale configurando-se como o mais importante dos 35 municípios da Região Metropolitana, configurado como um polo econômico com ascendência sobre todos os demais núcleos urbanos paulistas.

Nos últimos 40 anos, São José vem apresentando expressiva taxa de crescimento demográfico em função de vantagens locais, imobiliárias e fabril, resultado da implantação de um parque industrial com participação significativa na produção estadual e nacional, principalmente no tocante às exportações e ao uso de tecnologias avançadas, principalmente após a criação do Parque Tecnológico em 2006, inspirado na criação do CTA na década de cinquenta.

Sediando estabelecimentos de grande porte, unidades industriais tecnológicas de produção intensiva e novos núcleos integrados de pesquisa científica e industrial, gerando, permanentemente, novos empregos e exigindo aperfeiçoamento de mão de obra especializada, fazendo com que a cidade cresça cada vez mais e seja cada vez mais cosmopolita, com baixa taxa de analfabetismo e pobreza.

A partir daí, o município começou a caminhar para a base científica tecnológica que é hoje principalmente com a vinda da EMBRAER – CTA – AVIBRAS – INPE & Petrobras.

Com a consolidação do chamado " Complexo Tecnológico Industrial Aeroespacial " há incremento no crescimento populacional intensificando a urbanização do município que passa a ter um caráter disperso, atravessando a Via Dutra e tomando espaços considerados rurais, tendo necessidade de planejamento.

Deste modo, o processo de urbanização da cidade dá-se em patamares descontínuos, ocasionados por fatores exógenos independentemente do planejamento a nível municipal. A presente estrutura urbana de São José – SP, como resultado deste processo que extrapola o controle do poder público local, apresenta graves problemas que são enfocados no diagnóstico da Estrutura Urbana que foram sendo corrigidos com o passar dos anos. Hoje este problema é corrigido, mesmo em um crescimento descontrolado ou em aceleração obedecendo as leis que dizem respeito ao Ministério das Cidades, a Lei Orgânica Municipal, as LDO, LOA & PPA e Lei de Zoneamento.

Dentro deste contexto, nota-se que a dinâmica populacional em nível destas variáveis agregadas, evidencia o papel do crescimento polarizador do município, nos últimos 40 anos, em que só aumentou como pode ser visto no quadro lá acima onde demonstra a população da cidade de 1940 à 2012 e como foi seu crescimento e no que diz respeito à População Urbana, Rural, Habitação, Analfabetos e Pessoas Abaixo da Linha da Pobreza.

Todos estes necessitados de habitação, pois mesmo com o crescimento e riqueza da cidade, ela é carente em seu Déficit Habitacional.

Projeto Habitacional

Objetivo, Programa & Projeto – Resolver o Déficit Habitacional.

Recursos – Municipal, Federal & Estadual –

CDHU – Minha Casa Minha Vida.

Ator Social – População Carente

Situação Problema – Falta de Casas. (Habitação)

Beneficiários – População Sem Teto – Ciclo Projeto - 4 Anos Mensal.

Vide modelo de tabela:

Anos	2013	2014	2015	2016	Gordura
Meses	12 meses	12 meses	12 meses	12 meses	18 meses
Etapas do Projeto	Idea – Start – Início	Cumprir meta mínima	Cumprir meta mínima	Cumprir meta máxima	Finalização & Entrega
Identificação Situação	Favelas & Falta de Moradia	Região – Norte Sul Leste Oeste	Região Norte Sul Leste Oeste	Região Norte Sul Leste Oeste	Finalização & Entrega de Casa
Levantamento Informações	Famílias Carentes & Necessidades	Apoio – Creches – Escolas -Lazer	Vias, Luz, Praças Saneamento	Vias, Luz, Praças Saneamento	Entrega casas escola creche etc

		etc.	etc.	etc.	
Beneficiários	População Carente Morador Comércio	População Carente Morador Comércio	População Carente Morador Comércio	População Carente Morador Comércio	MoradorComércio Empresários
Programação & Ações	Levantamento dados início ação	Cumprir meta mínima	Cumprir meta mínima	Cumprir metas máximas	Finalização & Entrega
Metodologia	Científica & Técnica	Mensal & Logística	Mensal & Logística	Mensal & Logística	Entrega & Cronograma ok
Instituições de Apoio	Hab.EngenhariaSDS Planejamentoetc.	Sabesp SUS Vias Públicas etc.	Transporte Energia Saneamento etc.	Cultura Esporte Lazer Saúde	Cumprir cronograma
Programação Orçamentária	5% verba total	30% verba total	30% verba total	30% verba total	5% verba total
Gerenciamento & Reuniões	Reunião Quinzenal	Reunião Mensal	Reunião Bimestral	Reunião Mensal	Reunião Quinzenal
Objetivo Principal & Especifico	Quebra do Déficit Habitacional	Desfavelização	Entrega Casas Populares	Entrega Escola Praça Creche etc.	Qualidade de Vida
Relatório Final	Início Atividades e Metas Teóricas	Cumprir Meta Mínima	Cumprir Meta Mínima	Cumprir Meta Máxima	Cumprir Cronograma Final

Projeto: Construção de 20.000 Casas Populares – proposta por André.

Objetivo Final – Entrega de Casas Populares & Quebra do Déficit Habitacional.

Cronograma – em quatro anos construir 20.000 casas populares, que em média são 5.000 casas por ano e uma média de 1.200 casas em cada região – Norte, Sul, Leste & Oeste.

Vantagens – Desfavelização, Qualidade de Vida, Aumento do Número de Escolas, Creches, UPA-Saúde, Praças, Esporte, Lazer, Condução, Vias Públicas, Comércio Local, Pequenas Empresas, Crescimento da Economia Local, etc.

Possibilidade de fornecer para essa população, Saneamento Básico, Água, Luz, Telefone, Moradia, Saúde, Lazer, Escola, Transporte, Creche, Qualidade de Vida, etc.

No caso do Pinheirinho, na época uma solução e não a invasão.

Referências destes capítulos:

1. Home-page - Prefeitura da Cidade de São José dos Campos

www.sjc.sp.gov.br/Em_cache - [Similares](#)

Portal Oficial. Prefeitura de São José dos Campos. PMSJC. Português | English | Español | Mapa do Site | RSS. Temperatura: Mínima 13° | Máxima 25° Tempo ...

1. Câmara Municipal de São José dos Campos

www.camarasjc.sp.gov.br/Em_cache - [Similares](#)

No site da Câmara Municipal de São José dos Campos é possível assistir às sessões plenárias, além de ter acesso às leis e aos serviços prestados

1. IBGE :: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

www.ibge.gov.br/Em_cache - [Similares](#)

Links · Fale Conosco · Mapa do Site · Indicadores · População · Economia · Geociências · Canais · Download · Pesquisas · Sala de Imprensa ...

1. [São José dos Campos – Wikipédia, a enciclopédia livre](#)

pt.wikipedia.org/wiki/São_José_dos_Campos[Em cache](#) - [Similares](#)

[Bloquear todos os resultados de pt.wikipedia.org](#)

Da esquerda para direita: Vista da cidade à noite, Banhado, Monumento aos Bandeirantes, Anel Viário, REVAP, Prefeitura de São José dos Campos, Embraer ...

1. [PDF] Atlas das Condições de Vida em São José dos Campos

www.sjc.sp.gov.br/media/26424/atlas.pdf

Formato do arquivo: PDF/Adobe Acrobat - [Visualização rápida](#)

Atlas das Condições de Vida em São José dos Campos. Equipe Responsável pelo Atlas. Roberto Luiz do Carmo (Coordenador). Cláudia Antico. Luiz Omir de

Obs: Este modelo de projeto é ilustrativo e mostra como o problema do déficit habitacional da cidade poderia ser melhorado, evitando a Desocupação Policial da Favela Pinheirinho.

Se algo parecido tivesse sido aplicado ou criado no ano 2000, hoje em 2012 não teríamos a expulsão arbitrária e armada como foi feita na Favela Pinheirinho e o déficit habitacional da cidade já estaria bem menor ou resolvida, pois somos a terceira maior arrecadação do estado de São Paulo, ou seja: não falta dinheiro para investir em habitação.

Abaixo um pouco da situação atual da parte habitacional de São José dos Campos – SP e de algumas cidades do Vale do Paraíba:

Amostragem da Pesquisa de Instrumentação do Planejamento Urbano e Avaliação do Déficit Habitacional em São José dos Campos - SP.

Podemos perceber que a cidade foi construída de maneira a permitir que se tenha acesso a informações detalhadas para cada um dos 24 Setores

Socioeconômicos, nos quais foi dividida a área urbana do município, como mostram as figuras abaixo acessando o seguinte linke:

Atlas das Condições de Vida em São José dos Campos

Por estes gráficos vistos no linke acima podemos ter idéia de como é a distribuição habitacional de São José dos Campos – SP e seu déficit habitacional, juntamente com sua renda per capita e seu IDH.

Abaixo temos o IDEB de Três Cidades do Vale.

Veja dados do IDEB - São José , Caçapava e Jacareí.

E Meta Nacional.

IDEB 2005, 2007, 2009 e Projeções para o BRASIL

	Anos Iniciais do Ensino Fundamental						Anos Finais do Ensino Fundamental						Ensino Médio					
	IDEB Observado			Metas			IDEB Observado			Metas			IDEB Observado			Metas		
	2005	2007	2009	2007	2009	2021	2005	2007	2009	2007	2009	2021	2005	2007	2009	2007	2009	2021
TOTAL	3,8	4,2	4,6	3,9	4,2	6,0	3,5	3,8	4,0	3,5	3,7	5,5	3,4	3,5	3,6	3,4	3,5	5,2
Dependência Administrativa																		
Pública	3,6	4,0	4,4	3,6	4,0	5,8	3,2	3,5	3,7	3,3	3,4	5,2	3,1	3,2	3,4	3,1	3,2	4,9
Estadual	3,9	4,3	4,9	4,0	4,3	6,1	3,3	3,6	3,8	3,3	3,5	5,3	3,0	3,2	3,4	3,1	3,2	4,9
Municipal	3,4	4,0	4,4	3,5	3,8	5,7	3,1	3,4	3,6	3,1	3,3	5,1	2,9	3,2	-	3,0	3,1	4,8
Privada	5,9	6,0	6,4	6,0	6,3	7,5	5,8	5,8	5,9	5,8	6,0	7,3	5,6	5,6	5,6	5,6	5,7	7,0

Fonte: Saeb e Censo Escolar

1. IDEB - Inep

[ideb.inep.gov.br/Em cache - Similares](http://ideb.inep.gov.br/Em%20cache%20-%20Similares)

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Gabinete do Ministro; MEC em Números; Estrutura; Comunicação ...

Cidades	População	Domicílio	Renda Per Capita	Ano IDEB
São José dos Campos - SP	629.921	189.503	R\$ 34.007,89	
Jacareí - SP	211.214	64.200	R\$20.415.75	5,5
Caçapava - SP	84.752	59.500	R\$15.230.00	5,0

Todos os idebs estão nas metas e são positivos.

Aqui podemos concluir que o Vale do Paraíba – SP é um ótimo lugar para se viver, pois os dados do IDEB das cidades do Vale estão positivos e maiores até dos que os exigidos pela ONU.

Totalizando os casos acima citados, podemos ver que em especial São José dos Campos – SP é uma cidade de primeiro mundo para se morar, pois o IDH de São José é um dos mais positivos do mundo, em muitos aspectos, inclusive SJC-SP é a segunda maior arrecadação do estado de SP – depois da Capital e de Guarulhos-SP, onde só perde para Campinas-SP.

São José dos Campos - SP é indicado pela ONU como uma das melhores cidades para se viver.

Vamos ver agora um pouco sobre o *déficit* habitacional da cidade de São José dos Campos – SP e sobre o que este governo está fazendo sobre o assunto:

AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE HABITAÇÃO EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS SP

As Políticas Públicas formam um conjunto de ações desencadeadas pelo Estado na busca ao bem coletivo, podendo ser desenvolvidas direta ou indiretamente pelo Estado ou ainda em parcerias com organizações não governamentais da iniciativa privada.

Para a aplicação das políticas públicas o Governo em suas esferas deve fazer um planejamento previo conforme estabelece a Carta Magna em seu artigo 165 e seguintes:

“Art. 165 - Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

I - o plano plurianual;

II - as diretrizes orçamentárias;

III - os orçamentos anuais.”

Nesse sentido a presente monografia e estudo de caso se propõe a analisar o planejamento, execução e objetivos das políticas públicas de habitação em São José dos Campos – SP.

Para o desenvolvimento da pesquisa e metodo de trabalho foram feitas pesquisas em relação a habitação em São José dos Campos – SP e Governabilidade da Gestão Administrativa da Prefeitura da cidade, além de análise do Caso Pinheirinho.

DESENVOLVIMENTO

A política habitacional e de urbanização no Brasil sinaliza para o não atendimento na íntegra em seu objetivo maior, que é o de solucionar o problema da moradia para a população, principalmente a mais carente.

Isso ocorre devido à expansão capitalista nas áreas urbanas, que define um mercado urbano de terras, segregando áreas e valorizando-as. A

exploração capitalista ocorre na medida em que as políticas habitacionais implementadas pelo poder público atendem aos anseios de determinados grupos de pressão, principalmente quando das alterações do zoneamento urbano e as despesas com infraestrutura e o saneamento básico.

Comparativo PPA 2010-2013 SJC – SP - Campos em mil R\$					
ANO	2010	2011	2012	2013	TOTAL
ESTIMATIVA RECEITA / DESPESAS	1.386.120	1.369.200	1.411.411	1.590.565	5.757.296
ADMINISTRAÇÃO SEC. HABITAÇÃO	3.058	3.192	3.326	3.456	13.032
LOCAÇÃO DE IMOVEIS	26	29	32	35	122
FUNDO INFRA ESTRUTURA URBANA	40	42	44	46	172
PROG. INFRA ESTRUTURA URBANA	21.297	2.072	37	47	23.453
SERVIÇOS ASSESSORIA	1.927	2.023	2.113	2.186	8.249
PROGRAMA HABITACIONAL	22.977	6.356	5.462	4.598	39.393
OBRAS DE SANEAMENTO	178	203	223	243	847
TOTAL SECRETARIA HABITAÇÃO	49.503	13.917	11.237	10.611	85.268
% HABITAÇÃO/RECEITA	3,5713	1,0164	0,7962	0,6671	1,4810

Fonte: Lei nº 8.032/2.009 PPA 2010 a 2013

Os números acima demonstram que a teoria de não atendimento na íntegra em seu objetivo maior, que é o de solucionar o problema da moradia para a população, principalmente a mais carente, mais uma vez se confirma, onde em média menos de 1,5% das receitas são empregadas em habitação.

Além disso, em 1º de julho do corrente ano os valores e metas da PPA 2010-2013, foram realinhados através da Lei nº 8.429/11, que em média aumentou a estimativa de receita em 8%, porém nas políticas habitacionais aponta para construção de 4.000 unidades habitacionais em 4 anos para um total de 30000 cadastros, estipula metas de atender famílias de baixa renda em situação de risco em 500 famílias contra 1000 em 2010, a meta de urbanização de favelas é de 5% ao ano, mais que duplica a obras de saneamento, reduz a menos da metade os recursos para locação de imóveis, aloca os adiantamentos todos para 2012 e 2013, reduz à metade o programa de estruturação urbana e em 20% aproximadamente o programa habitacional e aumenta em 5% os serviços de assessoria.

Em São José dos Campos SP apesar do site <http://www.pnud.org.br> demonstrar evolução de indicadores sociais, econômicos e educacionais apontando um IDH elevado às políticas públicas de habitação no município estão longe de uma solução adequada.

Somente após uma análise complexa e objetiva é possível identificar as demandas e suas possibilidades de melhoria, pois a sociedade brasileira apresenta enorme diversidade natural, social, política e econômica que gera pressões em diversos níveis de gestão, ainda assim o governo deve buscar os reais objetivos das medidas aplicadas relacionadas às mudanças sociais necessárias ao município. Vários atores e formas de organização popular têm papel preponderante em intervir nas ações de políticas públicas, tanto em seu processo de elaboração quanto na avaliação do projeto.

Em São José dos Campos, apesar das audiências públicas e associações de bairro, Rua (2009) cita vários atores (Stakeholders) como a mídia, associações de classe, estudantes e ambientalistas, estes ainda têm grande espaço para se articularem com outros atores na cidade para proporem uma política habitacional mais democrática e inclusiva.

A partir do momento em que se podem acomodar as expectativas dos atores, a partir da negociação e dos debates, será possível chegar a uma decisão estrutural que definirá as diretrizes fundamentais de uma política habitacional que seja eficiente, eficaz e, principalmente, com efetividade.

Veremos, no caso de São José dos Campos SP, que embora exista uma política habitacional bem definida, os esforços municipais ainda estão muito aquém de resolver o problema Habitacional.

RESULTADOS

A QUESTÃO HABITACIONAL EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

A questão habitacional é um tema bastante complexo e que envolve importantes variáveis como: renda, mobilidade social e outras relacionadas aos aspectos economicos – sociais.

Diagnóstico do IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2009) mostra que a situação da moradia no país envolve quatro aspectos essenciais, quais sejam: déficit habitacional quantitativo, inadequação de moradias, segregação da população em assentamentos humanos precários e esvaziamento das áreas urbanas centrais.

Outro aspecto relevante quando se fala na questão da moradia são as políticas públicas necessárias para permitir o acesso às famílias carentes e com baixa renda.

De acordo com Rua (2009), “Política pública geralmente envolve mais do que uma decisão e requer diversas ações estrategicamente selecionadas para implementar as decisões tomadas”. Ou seja: não basta apenas acrescentar na agenda política essa questão, mas também desenvolver ações que levem aos resultados de tais medidas.”

De acordo com o IPEA (2009), déficit habitacional é um conceito amplo, uma vez que envolve à necessidade de reposição ou incremento do estoque de moradias em razão da habitação precária, famílias que gastam parte do salário no pagamento de aluguéis, ou ainda aquelas que vivem em situações de moradia abaixo do nível aceitável de qualidade e alto nível de adensamento populacional.

A questão da moradia é uma preocupação nacional e isso se justifica pelo déficit habitacional apresentado em todas as áreas no território nacional. No estado de São Paulo, tal preocupação tem sido destaque na agenda política nas diferentes esferas de governo conforme entrevista do secretário estadual de habitação, disponível:

YOU TUBE \; <<https://www.youtube.com/watch?v=pNCPSONoePY>>.

Abaixo são citadas as políticas habitacionais coordenadas pela Secretaria Municipal de Habitação do município de São José dos Campos - SP, na integra.

Missão: Implantar os programas de habitação popular no município, gerenciando os recursos existentes, proporcionando atendimento cada vez melhor aos munícipes, construindo moradias, regularizando os loteamentos irregulares, urbanizando favelas quando possível, visando condições dignas de moradia à população de baixa renda.

Lei: A lei municipal que criou o Secretaria de Habitação foi a Lei Municipal N° 6.808, de 25/05/2005.

Atuação: Atua como responsável pelos programas habitacionais, pela regularização fundiária, pelo cadastramento e monitoramento da demanda e comercialização das moradias oferecidas pelo município, entre outras atividades.

Atribuições: Entre as atribuições, está o gerenciamento da política habitacional do município, com a elaboração e o acompanhamento de projetos, tanto do ponto de vista da engenharia e arquitetura como do aspecto social, e a fiscalização das áreas loteadas irregularmente.

Outra tarefa desenvolvida é a coordenação e o acompanhamento do trabalho social, o apoio à consolidação dos projetos e o desenvolvimento comunitário nos conjuntos habitacionais construídos. Isso contribui no processo de preparação das famílias habilitadas para ocupação e uso regular da moradia.

ESTRUTURA E ATRIBUIÇÕES

Departamento de Habitação

Desenvolve e implanta políticas habitacionais, cadastra e monitora a demanda e a comercialização das unidades habitacionais oferecidas pelo município.

Também fornece plantas populares às famílias de baixa renda, com acompanhamento técnico para autoconstrução de moradia econômica de acordo com a legislação vigente. É composto pelas divisões de Atendimento de Demanda e de Programas Habitacionais.

Departamento de Regularização

Coordena o Programa de Regularização dos Loteamentos Clandestinos, identificando e fiscalizando as áreas loteadas clandestinamente.

É composto pelas divisões de Controle de Regularização Fundiária e de Projetos.

Assessoria de Desenvolvimento Comunitário

Coordena e acompanha o trabalho social, apóia a implementação dos projetos e o desenvolvimento comunitário nos conjuntos habitacionais implantados, contribuindo no processo de preparação das famílias habilitadas para ocupação e uso regular da moradia.

Plantas populares

Por meio de convênio com a Associação de Engenheiros e Arquitetos, a Prefeitura fornece plantas populares às famílias de baixa renda, com acompanhamento técnico para autoconstrução de moradia econômica, de acordo com a legislação vigente. As casas devem ser térreas de até 70 metros quadrados de área construída. O munícipe pode escolher um dos modelos existentes.

Há também plantas populares voltadas para pessoas com deficiência e idosos. A iniciativa é uma aplicação prática dos conceitos de acessibilidade e mobilidade reduzida, voltados à eliminação de barreiras arquitetônicas. São vários modelos, para terrenos com diferentes medidas de testada (5, 6, 7, 8 e 10 metros). Se o imóvel tiver medidas irregulares, o munícipe receberá orientação técnica e será desenvolvida planta especial para cada caso.

Nos dois casos, um profissional responsável acompanha o projeto, desde a construção até o habite-se, sem nenhum custo para o morador.

Critérios

- Possuir apenas um imóvel no município
- Não ter solicitado este benefício nos últimos cinco anos
- Ter renda familiar de até seis salários mínimos

Documentos

- Cópia do documento de propriedade (escritura do terreno ou contrato de compra e venda), com as firmas dos compradores e vendedores reconhecidas em cartório
- Cópia do RG e CPF
- Cópia de comprovante de renda (holerite atual)
- Caso não tenha holerite, é preciso apresentar declaração de renda acompanhada da carteira de trabalho

PROGRAMAS HABITACIONAIS



Foto 1: Conjunto habitacional Boa Vista já entregue à população

Fonte: Prefeitura Municipal de São José dos Campos, 2011



Foto 2: Conjunto São Geraldo

Fonte: Prefeitura Municipal de São José dos Campos

Os programas habitacionais de São José dos Campos são realizados em parceria com os governos Federal e de São Paulo, organismos internacionais de financiamento e as concessionárias de serviços públicos.

Voltado para atender a demanda geral do município, o interessado precisa atender determinadas condições. A inscrição obedece aos critérios abaixo. Só pode ser feita pelo chefe de família ou cônjuge e é intransferível. É importante manter sempre o endereço atualizado. Expirado o prazo de três anos, os inscritos serão automaticamente desabilitados.

Critérios para participar:

- Residir em São José dos Campos no mínimo há dois anos
- Não possuir imóvel em nome do candidato ou cônjuge
- Não ter sido contemplado em programas habitacionais
- Ter mais de 18 anos ou ser emancipado
- Apresentar todos os documentos exigidos
- Ter renda de até 10 salários mínimos
- Manter sempre o endereço e demais dados atualizados

Documentos necessários (originais)

- RG e CPF de cada um dos cônjuges
- Comprovante de renda do casal
- Comprovante dos dependentes: certidão de nascimento dos filhos com menos de 18 anos, tutela, INSS
- Holerite, declaração de renda como autônomo ou informal assinado por duas testemunhas, comprovante de INSS ou carteira profissional
- Comprovante de dependentes: certidão de nascimento dos filhos com menos de 18 anos, tutela, INSS
- Comprovante de endereço atual em nome do candidato: conta de água, luz, telefone, contrato de locação, correspondência bancária, carnê do comércio local
- Comprovante de tempo de moradia no município: carteira de vacinação dos

filhos, histórico escolar do ensino médio e fundamental, certidão de casamento, certidão de nascimento dos filhos, contrato de locação, declaração de programas sociais, carteira de trabalho

- Comprovante para candidato ou dependentes com deficiência: benefício de prestação continuada, INSS, laudo médico com número do CID

Endereços para inscrição

- Rua José de Alencar, 123, Centro (Paço Municipal, 3º andar)
- Avenida Salinas, 170, Satélite
- Avenida Felício Savastano, 120, Vila Industrial
- Rua 15 de Novembro, 259, Eugênio de Melo
- Rua Schaia Feigenson, 130, Telespark
- Avenida São João, 2200, Shopping Colinas (Poupatempo).

Unidades Habitacionais

Tabela da Prefeitura Casas Populares:

Item	Conjunto	Unid.	Ano	Responsável
01	Campo dos Alemães - PQ	121	2006	CDHU / PMSJC
02	Conj. Papa JP II	342	2006	CDHU / PMSJC
03	Res. Ribeira	177	2006	CDHU / PMSJC
04	Res. São Francisco (SFX)	21	2006	CDHU / PMSJC
05	Jd. São José II	20	2007	CDHU / PMSJC
06	Jd. Sta. Inês III	42	2007	CDHU / PMSJC
07	Jd. Sta. Rosa	210	2007	CEF / PMSJC
08	Res. Mirante	296	2007	CEF / PMSJC
09	Vila Santos	08	2007	PMSJC
10	Res. Fav. Santa Cruz	103	2008	BID / PMSJC
11	Res. Mantiqueira II	155	2008	CEF / PMSJC
12	Vila Adriana 1	220	2008	CEF / PMSJC
13	Vila Cesar	08	2008	PMSJC
14	Vila Leila	63	2008	PMSJC
15	Campo dos Alemães	12	2009	PMSJC
16	Vila Adriana II	144	2009	CEF / PMSJC
17	Vila Luchetti	55	2009	CDHU / PMSJC
18	Res. Mantiqueira I	155	2009	CEF / PMSJC
19	Boa Vista	256	2010	CDHU / PMSJC
20	Frei Galvão	416	2010	CDHU / PMSJC
21	Prédio Sta Inês	128	2010	CDHU
22	Putim / Sta Luzia	132	2010	CDHU / PMSJC
23	Res. Monterrey	420	2010	CEF / PMSJC
24	Vila São Geraldo	110	2010	CDHU / PMSJC
25	Conj. Parque Interlagos	524	2011	CDHU
Total		4.138		

Projeto				
01	Putim	600	2011	CDHU/PMSJC
02	Altos de Santana	500	2011	CDHU/PMSJC
03	Argon	512	2011	PMSJC
Total		1.612		
Indenizações				
Áreas de risco e desfavelização		200	Vários	PMSJC
Total		200		
Total		5.950		

Link de Programas e Políticas habitacionais implantadas pelo município de São José dos Campos – SP

07/10/2011 - Habitação

Prefeitura começa regularização de mais três loteamentos

09/08/2011 - Loteamento

Jardim Mesquita é regularizado em São José dos Campos

01/08/2011 - Habitação

Famílias do Rio Comprido recebem chaves da casa nova

29/07/2011 - Habitação

Famílias do Rio Comprido recebem casa nova neste domingo (31)

22/07/2011 - Habitação

Moradores do Rio Comprido conhecem novos apartamentos

21/07/2011 - Moradia

Sorteio das casas para as famílias do Rio Comprido muda de local

19/07/2011 - Habitação

CDHU sorteia apartamentos às famílias do Rio Comprido

08/06/2011 - Habitação

Trabalho social começa com moradores dos conjuntos habitacionais

18/04/2011 - Henrique Dias

Justiça cumpre reintegração de posse

11/04/2011 - Habitação

Escritura garante direitos de propriedade na Vila Abel

CONCLUSÃO

Através das Políticas Públicas, tanto de iniciativas vindas do governo Federal como do Estadual, quanto Municipal, o Estado pode minimizar seus problemas sociais em vários setores, saúde, educação, habitação, etc.

No caso deste trabalho, habitação em São José dos Campos - SP.

A Política Habitacional é um caso delicado para o “Estado” resolver, pois envolve o DEFICIT HABITACIONAL PÚBLICO, que no Brasil é grande e envolve recursos do FGTS e da Poupança. O Brasil é um país que gasta muito e poupa pouco, algo que eleva muito os juros da economia.

Tendo em vista que somos um país Capitalista, o sistema habitacional brasileiro envolve grandes interesses de construtoras e do mercado imobiliário, por isso não interessa resolve-los de uma vez só, em países de primeiro mundo este problema é bem resolvido e suas taxas são até negativas, pois sobram casas e faltam moradores, como é o caso da China, onde os recursos de poupança são altíssimos e as reservas do tesouro nacional são muito mais altas do que a nossa, sobram imóveis para todas as classes sociais.

É difícil construir moradias populares com custo baixo ou a preço zero, subsidiado pelo governo, seja Estadual, Municipal ou Federal.

Em São José dos Campos - SP com o mercado imobiliário nocivo, não é possível comprar terrenos a preços baixos e loteados com casas de custo reduzido, sem o subsidio alto do Estado, pois estes imóveis precisam ser repassados a população carente com prestações baixas, geralmente tendo o apoio financeiro da Prefeitura.

De acordo com a professora “ Rua-2009 ” - a política habitacional não se resolve apenas com a vontade de fazer algo e sim com um conjunto de estudos e decisões que perfazem a resolução do problema, inclusive a não proteção de interesses econômicos e da exploração habitacional e imobiliária.

Em São José dos Campos a Política Habitacional não é uma das melhores, mais perto de outros lugares é considerada ótima.

O Prefeito Eduardo Cury em sua última campanha, prometeu diminuir o déficit habitacional e construir casas populares suficientes para diminuir o problema e até agora no fim do seu mandato só alcançou pouco mais que a metade, algo que para seu governo e sua gestão não é muito fácil de resolver, pois envolve muitas secretarias e problemas políticos e sociais.

Em especial aqui em São José dos Campos – SP, temos problemas graves com a regularização de bairros clandestinos, que estava nos planos do governo municipal mais até hoje não se conseguiu resolver, virou um problema mais político do que social.

Temos um problema num lugar chamado Rio Cumprido na divisa com a cidade de Jacareí, que além de ser um problema de habitação e regularização de moradia clandestina envolve manancial e secretaria do meio ambiente, sem contar que geralmente quando temos um problema social neste setor, uma cidade joga o problema para a outra, ao invés de as duas cidades se unirem com o estado para resolverem os problemas juntas, uma culpa a outra por anos e o problema só se arrasta.

A cidade de São José dos Campos – SP está tentando com várias secretarias resolver muitos problemas que envolvem estes setores.

Em relação à Desfavelização, São José é exemplo para várias cidades brasileiras, pois desde a década de 1990 este problema vem sendo resolvido, e hoje 90% das favelas foram extintas.

Problemas de vulnerabilidade social e a não proliferação de favelas em São José dos Campos - SP é bem resolvido e até modelo para outras cidades, isso antes da invasão do Pinheirinho.

A prefeitura criou a nova lei de zoneamento que promete resolver nos próximos quinze anos problemas de habitação para todas as classes sociais, não só em relação a habitação popular para as classes C, D e E - algo que o capital especulativo e os donos de construtoras ficaram com raiva, pois não vai muito de acordo com os seus interesses, ver campo (Missão) neste trabalho.

Os capítulos: Resultados, Missão, Lei, Atuação, Atribuições & Estruturas mostram bem como o problema habitacional em São José dos Campos - SP está sendo bem resolvido, não só para as classes D e E mais para todas as outras, principalmente com esta nova lei de zoneamento e edificações. Veja abaixo no youtube entrevista com o prefeito de São José dos Campos – SP

REFERENCIAS

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988.

Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasil em Desenvolvimento: Estado, Planejamento e Políticas Públicas. Vol 2, Diagnóstico e Desempenho Recente da Política Nacional de Habitação; p. 405 – 430, Brasília 2009.

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. [Desfazer](#)

Índice de Desenvolvimento Humano - Municipal 1991 e 2000. Disponível em <<http://www.pnud.org.br>>.

PMSJC – Prefeitura Municipal de São José dos Campos. Disponível em <<http://www.sjc.sp.gov.br/secretarias/habitacao.aspx>>. Acesso em 08 de nov de 2011.

PMSJC – **Lei Municipal nº 6.808 de 25 de maio de 2005.** Disponível em <<http://ceaam.net/sjc/legislacao/?doc=http://www.ceaam.net/sjc/legislacao/leis/2005/L6808.htm>>. Acesso em 09 de nov de 2011.

PMSJC – **Lei Municipal nº 8.032 de 28 de dezembro de 2009- Estabelece a PPA 2010 a 2013.** Disponível em <<http://ceaam.net/sjc/legislacao/?doc=http://www.ceaam.net/sjc/legislacao/leis/2009/L8032.htm>>

PMSJC – **Lei Municipal nº 8.429 de 1 de julho de 2011- altera PPA 2010 a 2013.** Disponível em

<<http://ceaam.net/sjc/legislacao/?doc=http://www.ceaam.net/sjc/legislacao/leis/2011/L8429.htm>>

RUA, M. G. **Políticas públicas** / Maria das Graças Rua. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2009. 130p. : il.

YOU TUBE – Entrevista do Secretário de Habitação. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=pNCPSONoePY>>. Acesso em 08 de nov de

A FALTA DE PLANEJAMENTO NA AÇÃO POLÍTICA DE DESOCUPAÇÃO DO PINHEIRINHO EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS – SP

Recentemente a população do município de São José dos Campos – SP vivenciaram uma cena de desocupação de uma grande área urbana sem que houvesse um planejamento prévio e um estudo acerca das necessidades da população frente à desocupação.

Apesar de toda a Mobilização Nacional: Mandatos Judiciais derrubados, a luta de uma juíza a favor da desocupação da área pertencente à massa falida de uma empresa que se estabeleceu no município anos atrás, a prefeitura que procurou se manifestar de maneira tímida diante do impasse, nada aconteceu.

Entre idas e vindas, políticos das diferentes esferas de governos visitando o local: Deputados Federais, Direção Sindical (de diferentes sindicatos) e a população da área a ser desocupada que se preparava para a possível “guerra de um povo pela moradia”, o grande dia chegou.

Na madrugada do dia 22 de janeiro de 2012 uma grande operação contando com homens preparados para a guerra invadem armados, um local de moradias de pessoas (em sua maioria) trabalhadoras que tiveram de deixar suas casas e se ver diante de um futuro incerto, sem ter pra onde ir com suas crianças.

A falta de preparação da operação por parte da política local, que deveria ter previsto a necessidade de moradia para suprir a “imensa” demanda que surgiria com tal situação levou ao caos no município. Tudo ocorreu na manhã de um domingo, onde o fórum e os órgãos do judiciário estariam fechados, o que impediria a derrubada da decisão judicial que permitia esse desmando dos direitos humanos.

Agora, depois de todo o ocorrido: depois das condições das casas que foram destruídas, depois da população que se encontra sem ter onde morar, em abrigos improvisados, depois de denúncias de abuso sexual e abuso de poder por parte dos policiais, depois de tudo isso, o Governo Federal, o Governo Estadual, os órgãos de defesa dos direitos humanos se manifestam achando um absurdo tudo o que aconteceu.

Mas enquanto havia tempo, quando podia ter sido feito um planejamento prévio das reais necessidades e demandas que surgiriam diante da operação. Quando avaliado se seria conveniente ou não a regularização da área ocupada, o que foi feito?

O que ocorreu foi uma falha gravíssima a Invasão Armada e uma Praça de Guerra onde Seres Humanos foram tratados como Bichos e expulsos de suas casas como se fossem bandidos da pior espécie. Faltou o planejamento das ações e o local se transformou em uma Praça de Guerra como pode ser visto em vários vídeos sugeridos durante esta monografia.

VIDEOS SUGERIDOS:

<https://www.youtube.com/watch?v=mghmTSVEyrM&feature=related>

<https://www.youtube.com/watch?v=G2CaMWaACoA>

FONTE:

http://pt.wikipedia.org/wiki/Desocupa%C3%A7%C3%A3o_de_Pinheirinho

<http://noticias.terra.com.br/brasil/noticias/0,,O15587667-EI5030,00->

[Entidades+denunciam+desocupacao+do+Pinheirinho+a+OEA+e+a+ONU.html](http://noticias.terra.com.br/brasil/noticias/0,,O15587667-EI5030,00-Entidades+denunciam+desocupacao+do+Pinheirinho+a+OEA+e+a+ONU.html)

<http://www.r3noticias.com.br/noticias.php?idc=7217>

Desocupação da favela Pinheirinho

Clique nas imagens para ver os álbuns

União investiga origem da escritura de Pinheirinho

Enviado por luisnassif, seg, 06/02/2012 - 17:11

Do Brazilianas.org: União investiga origem da escritura de Pinheirinho

Por Lilian Milena, no Brazilianas.org

Da Agência Dinheiro Vivo

O governo federal irá investigar a origem da titularidade do terreno de Pinheirinho, pertencente à massa falida da Selecta S/A, do investidor Naji Nahas. A dúvida quanto à idoneidade da escritura (se é grilada ou não) surgiu a partir de uma entrevista publicada no jornal Folha de S.Paulo, no último dia 29, com Benedito Bento Filho, empresário do ramo imobiliário, que vendeu o terreno à Selecta, em 1981.

Na entrevista, Bento Filho, 75, também conhecido como Comendador Bentinho, conta que adquiriu o terreno onde fica Pinheirinho, com cerca de 1,3 milhão de metros quadrados, de Reston Lahud e Salim Lahud Neto, em junho de 1978.

O que chamou atenção do governo federal foi o fato de Bento Filho dizer que a Chácara Régio, que pertencia à família de alemães Kubitzky, nunca esteve dentro de Pinheirinho.

Os irmãos Kubitzky, Hermann Paul, Arthur Moritz, Erma Erica e Frida Elza, a mais nova com 68 anos e o mais velho com 76 anos, foram assassinados no dia primeiro de julho de 1969, por quatro jovens - um de 23 anos, e outros três menores de idade. Como não tinham herdeiros, e nem foram casados, tanto o terreno - onde ficava a Chácara Régio, com 30 mil metros quadrados, dentro da área de Pinheirinho -, quanto seus demais bens financeiros ficaram com o Estado.

"Eu tinha 16 anos, quando esses quatro irmãos foram assassinados e lembro perfeitamente do caso."

O bairro onde Pinheirinho se insere chama-se Campo dos Alemães, onde a Chácara Régio ficava. É um dever nosso investigar se toda essa passagem é correta", afirmou o secretário Nacional de Articulação Social da Presidência, Paulo Maldos, que participou junto com representantes do Ministério das Cidades, Secretaria de Patrimônio da União e Advocacia Geral da União, de reunião para encontrar soluções para as seis mil famílias que ficaram desalojadas após a reintegração de posse do terreno, realizada no domingo 22 de janeiro, às 6 horas da manhã.

O repórter Igor Carvalho, da Revista Fórum, publicou recentemente parte de levantamento do histórico de titulares do terreno. Através da certidão retirada em cartório, verificou que o terreno onde se encontra Pinheirinho se chamava Bairro do Rio Comprido e pertencia a Bechara Lahud, passando em fevereiro de 1962 para Paulo Lahud e Reston Lahud. Foi vendido em junho de 1978 para Benedito Bento Filho. E em dezembro de 1982 para a Selecta S/A.

Como não é impossível registros em cartórios serem adulterados, Maldos explica que as investigações serão feitas não apenas pela matrícula do imóvel. O levantamento deverá ser entregue em uma próxima reunião entre secretarias, prevista para o dia 14 de fevereiro.

Pouco tempo depois do assassinato dos Kubitzky a imprensa divulgou que o terreno deveria ficar mesmo com o Estado, possivelmente com a Universidade de São Paulo (USP). Mas, segundo assessoria da Advocacia Geral da USP, o terreno não ficou com a instituição.

Possível futuro das famílias de Pinheirinho

Maldos explicou que, além das investigações quanto à titularidade do terreno de Pinheirinho, o encontro entre secretarias e AGU serviu para estruturarem proposta para realojar as famílias. Uma delas é aproveitar a dívida que a própria Selecta S/A tem com a União, hoje calculada em R\$ 11 milhões de impostos atrasados. A ideia é transformar o débito em parte física do terreno, que corresponda a esse valor, e construir unidades de moradia verticalizadas, ou seja, colocar todos em prédios.

Entretanto, o secretário afirma que como a empresa está falida, juridicamente os trabalhadores prejudicados teriam que ser contemplados antes dos ocupantes do bairro. "Segundo informações que nós temos, o núcleo inicial de ocupantes de pinheirinho é exatamente dos trabalhadores com quem a massa falida tem dívidas", completa.

A segunda proposta abordada na reunião é levantar outras empresas em situação de falência e endividadas com a União para construir conjuntos habitacionais. O objetivo é analisar localizações próximas ao centro de São José dos Campos, assim como era Pinheirinho, para não deslocar ainda mais as famílias. A terceira proposta será aproveitar os terrenos da União que fazem parte da Rede Ferroviária Federal S.A.

Nos trechos desativados, e que passam pela cidade. Tudo isso vai depender, também, da situação jurídica e da importância atual desses espaços para a rede.

A reintegração de posse de Pinheirinho prejudicou 20 mil pessoas acomodadas em alojamentos cedidos pela prefeitura. Parte ainda está morando em casa de amigos, parentes ou até mesmo nas ruas. Um dos ex-ocupantes de Pinheirinho é Vanderlei, de 37 anos, que teve uma costela quebrada por um policial da ROCAM durante a ação de despejo, ao tentar ajudar um jovem jornalista que estava sendo espancado pelo PM.

Vanderlei, que morava há quatro anos no Pinheirinho, e que tem uma esposa e filha de dez meses, conta que a situação nos alojamentos é ruim e humilhante, com pessoas dividindo banheiros, crianças tendo que tomar mamadeira estragada, e assistentes sociais oferecendo passagens para as famílias voltarem para as regiões Norte ou Nordeste do país.

"Os abrigos da prefeitura parecem verdadeiros campos de concentração. Ninguém pode mais entrar ou sair depois das dez horas da noite".

"Há nove anos a situação do terreno é de litígio. As famílias começaram a ocupar Pinheirinho depois de esperarem por casas da CDHU prometidas pela prefeitura e Estado durante anos."

Como nunca eram entregues, decidiram construir com as próprias mãos, e assim deram origem ao bairro, em 2004. A decisão de reintegração de posse foi finalmente dada pela Justiça Estadual, em janeiro de 2012. A 18ª Vara Cível de São Paulo pediu a suspensão da ação por 15 dias, contados a partir do dia 18 de janeiro, até que se discutisse uma saída para os moradores que ficariam desalojados. O que não foi acatado pelo estado. No domingo, 22 de janeiro, dois mil soldados, entre

policiais militares e Guarda Civil Metropolitana, invadiram o bairro e retiraram de surpresa as nove mil famílias de lá.

Edição e fonte - Folha de S.Paulo



Fonte: Folha de São Paulo - 2012

Fotos & Links sobre o Pinheirinho

1. [Imagens de fotos pinheirinho são José dos Campos](#)
- [Denunciar imagens](#)

Moradores de Pinheirinho acusam PM de destruir bens

TV Estadão | 24.01.2012

A faxineira Ana Paula da Conceição mostra casa supostamente destruída pela polícia em ação de desocupação de terreno:

1. [Moradores de Pinheirinho acusam PM de destruir bens - Vídeos - Tv ...](#)

tv.estadao.com.br/videos,moradores-de-pinheirinho-acusam-pm-de-d...Em cache 24 jan. 2012 – A faxineira Ana Paula da Conceição mostra casa supostamente destruída pela polícia em ação de desocupação de terreno

1. **São José dos Campos - Pinheirinho - Últimas Notícias 24/01/2012 ...**

www.m7news.com/.../sao-jose-dos-campos-pinheirinho-ultimas.htmlEm cache 24 jan. 2012 – São José dos Campos - Pinheirinho - Últimas Notícias 24/01/2012 - Policia continua no local. M7news Moisés Nazareno Em terça-feira, 24 de ...

1. **São José dos Campos - Pinheirinho - Últimas Notícias 24/01/2012 ...**

www.m7news.com/.../sao-jose-dos-campos-pinheirinho-ultimas.htmlEm cache 24 jan. 2012 – São José dos Campos - Pinheirinho - Últimas Notícias 24/01/2012 - Policia continua no local. M7news Moisés Nazareno Em terça-feira, 24 de ...

1. **Madrugada é marcada por confrontos entre a Tropa ... - youtube.co.ug**

www.youtube.ug/watch?v=WLuJL_2pmRk&feature=relatedEm cache
Bloquear todos os resultados de www.youtube.ug
23 jan. 2012 – A madrugada desta segunda-feira (23) foi marcada por confrontos entre policiais da Tropa de Choque e moradores da comunidade do ...

1. **O TERRORISMO DE ESTADO E TRAUMA EM PINHEIRINHO**

linhasnomades.blogspot.com/.../esta-e-melhor-edicao-sobre-pinheirin...Em cache
24 jan. 2012 – O TERRORISMO DE ESTADO E TRAUMA EM PINHEIRINHO,. Esta é a melhor edição sobre Pinheirinho que vi até agora. O movimento ...

Analista político defende resistência no Pinheirinho no ... - YouTube

www.youtube.com/watch?v=yxZIO-gJMlo15 jan. 2012 - 4 min - Vídeo enviado por sindmetalsjc

▶ Analista político defende resistência no Pinheirinho no Jornal da Cultura.

4:21▶

4:21

Desocupação do Pinheirinho

Cobertura completa Fotos ublicado em 06/02/2012 às 20h00:

Texto:

Senado discutirá reintegração de posse do Pinheirinho Encontro, que vai contar com participação de prefeito de São José, será na quarta-feira.

O prefeito de São José dos Campos, Eduardo Pedrosa Cury; o secretário de Habitação de São Paulo, Silvio Torres; e o presidente do Tribunal de Justiça do Estado, Ivan Sartori, são aguardados na CDH (Comissão de Direitos Humanos do Senado) na quarta-feira (8). Eles foram convidados a comparecer à audiência pública destinada a discutir o processo de reintegração de posse da comunidade de Pinheirinho.

Leia mais notícias do R7

Autores dos convites, os senadores Paulo Paim (PT-RS), presidente da CDH, e Eduardo Suplicy (PT-SP), querem ouvir ainda outras 11 pessoas, entre elas o comandante-geral da Polícia Militar de São Paulo, Alvaro Batista Camilo, líderes comunitários e vítimas.

Governo vai investigar suposto estupro.

No requerimento, os senadores solicitam ao governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, ao ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, e outras autoridades que adotem as providências necessárias à proteção da integridade física de todas as vítimas do episódio ouvidas pela Promotoria e de seus familiares.

Na reunião desta segunda-feira (6), a comissão também aprovou requerimento dos senadores Aloysio Nunes (PSDB-SP) e Paulo Paim convidando para ouvir os depoimentos dos agricultores José Pereira Gonçalves e Rita Silva sobre os atos de desocupação da Fazenda Sálvia, no Distrito Federal.

Os senadores informam que eles estavam entre as famílias vítimas de violência "e do abuso de poder da Polícia Militar do Distrito Federal", na desocupação da área.

Semelhante ao caso Pinheirinho que está sendo investigado.

Senado discutirá reintegração de posse do Pinheirinho - São Paulo ...
noticias.r7.com/.../senado-discutira-reintegracao-de-posse-do-pinheiri...

O prefeito de São José dos Campos, Eduardo Pedrosa Cury; o secretário de Habitação de São Paulo, Silvio Torres; e o presidente do Tribunal ...Obter mais resultados das últimas 24 horas

1. Senado discutirá reintegração de posse do Pinheirinho - São Paulo ...

noticias.r7.com/sao-paulo/.../senado-discutira-reintegracao-de-posse-... Em cache
3 dias atrás – O prefeito de São José dos Campos, Eduardo Pedrosa Cury; o secretário de Habitação de São Paulo, Silvio Torres; e o presidente do Tribunal ...



Fonte: Folha de São Paulo - 2012

POLICIAIS FAZEM SEXO ORAL COM FAVELADOS DO PINHEIRINHO

POLICIAIS MILITARES FAZEM SEXO ORAL COM VITIMAS DO PINHEIRINHO.
O CASO VAI PARA O SENADO BRASILEIRO. 09/02/12 - 00:00 > ESTADOS E
MUNICÍPIOS - Senado adia depoimentos sobre Pinheirinho
Júlio Ottoboni – O Estado de São Paulo

São José dos Campos - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) adiou a audiência que discutiria ontem a possível ocorrência de atos violentos na desocupação da favela do Pinheirinho, em São José dos Campos, ocorrido no último dia 22. O presidente da comissão, Paulo Paim (PT), não estabeleceu uma nova data nem revelou o motivo da alteração.

Algumas questões seriam colocadas em pauta, como as levantadas pelo senador Eduardo Suplicy (PT), que disse em plenário ter estado na Promotoria de Justiça de S. Paulo onde testemunhou o depoimento de uma moça de 26 anos que viu o companheiro, um menor de 17 anos, ser agredido fisicamente e abusado sexualmente com um cabo de vassoura.

A jovem ainda contou que ela e uma amiga, de 23 anos, também foram agarradas pelo pescoço e obrigadas a fazer sexo oral nos policiais que faziam uso de cocaína e eram da Rota. Segundo Suplicy, no relato a denunciante disse que a situação durou cerca de quatro horas, entre 23h40 de domingo até 4h de segunda-feira, no dia da reintegração de posse.

A polícia civil de São José, que investiga o caso, já obteve informações que dão conta que ambas as denunciadas são mulheres de traficantes que atuavam dentro do Pinheirinho e foram presas durante a ação policial. Elas passarão por exame de corpo de delito nas próximas horas e em 60 dias as investigações estarão concluídas, segundo a delegacia.

Veja vídeo TV - Folha:

1. **Deve haver algum lugar...: "Eles fizeram eu fazer sexo oral neles ...**

devehaveralgumlugar.blogspot.com/.../eles-fizeram-eu-fazer-sexo-or...Em cache
2 dias atrás – "Eles fizeram eu fazer sexo oral neles" conta jovem violentada pela polícia na invasão ao #Pinheirinho. A tv-folha publicou hoje vídeo com ...

1. **Famílias expulsas do Pinheirinho (SP) começam a receber o auxílio ...**
videos.r7.com/familias-expulsas-do-pinheirinho-sp-comecam-a-receb...Em cache

Bloquear todos os resultados de videos.r7.com

31 jan. 2012 – O valor recebido por família é de R\$ 500 e teoricamente serve para pagar o aluguel de um novo imóvel. Porém, muitos ex-moradores do bairro ...

1. **Entrevista Record Atualidade debate a desocupação do Pinheirinho ...**
noticias.r7.com/.../entrevista-record-atualidade-debate...pinheirinho/...Em cache
3 dias atrás – Há denúncias de violência policial no processo de desocupação. Para debater o assunto, Paulo Henrique Amorim recebe Wagner Balieiro, ...

1.

Feed The Stream - 23/01/12 - #Pinheirinho in Brazil - YouTube

www.youtube.com/watch?v=caZguRtVESI 23 jan. 2012 - 2 min - Vídeo enviado por AJstream

▶ Ahmed takes a look at a forced eviction in the Brazilian slum of Pinheirinho, [2:25▶](#) near São Paulo. Thumbnail image ...

[2:25](#)

O QUE DEVERIAM TER FEITO ANTES DA ORDEM DE INVASÃO.

De acordo com a matéria estudada nesta unidade, deveria ter sido feito anteriormente um estudo social sobre a área e seus moradores, se haveria a possibilidade de urbanizar o próprio local, que já estava ocupado fazia quase nove anos. Como havia uma ordem jurídica de menor instância para desocupar a área e uma de maior instância (Federal) - para se negociar e achar uma solução política e pacífica para a situação, houve um desacato e a ordem menor prevaleceu...

Causando um desagravo social, que não levou em consideração o seguinte estudo:

A elaboração de um diagnóstico da realidade social vivenciada por famílias de uma comunidade, bairro, município ou estado é certamente uma tarefa bastante complexa, especialmente quando se requer que tal realidade seja representada por um conjunto de medidas quantitativas ou indicadores sociais.

Através de fotografias de diferentes locais e posições da comunidade, os indicadores permitem reconstituirmos um retrato aproximado de determinadas dimensões da realidade social vivenciada. Assim como filmagens, indicadores coletados de forma periódica podem permitir o monitoramento da mudança social na comunidade.

Enfim, se é fato que um conjunto de fotografias bem tiradas – a cores, nítidas, com ângulos e luminosidade adequados – das moradias, das ruas, das crianças e idosos pode nos fornecer uma visão geral da situação social da comunidade ou região de interesse, indicadores construídos ou selecionados com base em critérios técnicos também podem retratar de forma aproximada tal situação.

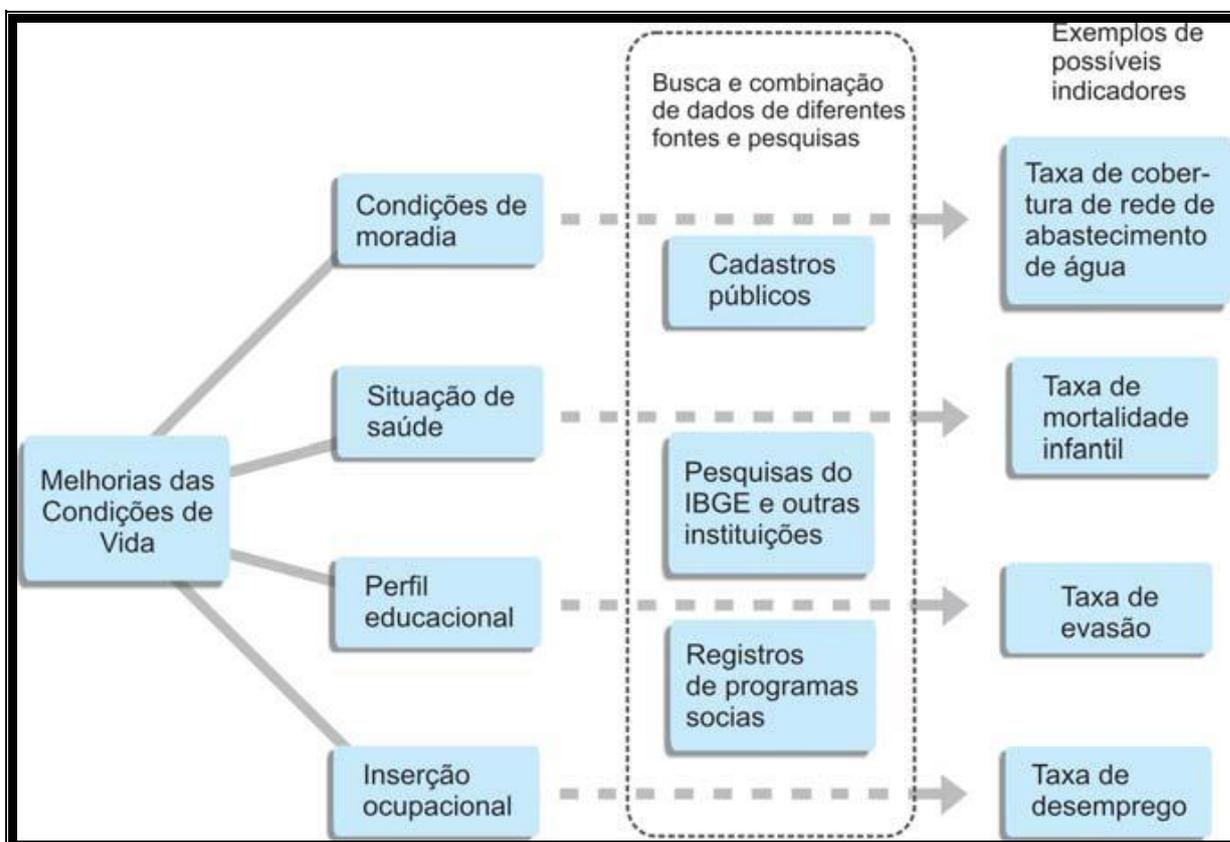
Contudo, não podemos sobre-estimar a capacidade de síntese e objetivação da realidade que as fotos e os indicadores podem proporcionar. Centenas de fotos – ou horas e horas de filmagens – não conseguem captar toda a dinâmica e complexidade da realidade vivenciada pelas famílias; tampouco o fazem um indicador ou um conjunto exaustivo de indicadores sociais.

Fotos, filmes e indicadores são recursos metodológicos que permitem “modelizar” a realidade social, focando os aspectos priorizados pelo fotógrafo ou analista social.

Mostrar a potencialidade do uso dos indicadores na elaboração de diagnósticos socioeconômicos e para formulação de programas públicos, sem descuidar de evidenciar suas limitações na “representação” da realidade social estudada.

No caso a comunidade Pinheirinho.

Deveriam ter sido estudados os seguintes gráficos:



CONCEITO OU OBJETIVO PROGRAMÁTICO

Condições de Vida.

DIMENSÕES SOCIAIS OU COMPONENTES OPERACIONAIS DE PROGRAMAS

SOCIAIS. - Condições de moradia das famílias e situação de saúde das crianças.

ALGUNS DOS INDICADORES SOCIAIS POSSÍVEIS –

Proporção de domicílios com paredes e teto construídos com material adequado, taxa de cobertura domiciliar da rede de água.

Número de moradores por dormitório e taxa de mortalidade infantil.

Cobertura vacinal de crianças de 0 a 3 anos e desnutrição em crianças de até 5 anos.

ESTATÍSTICAS E DADOS DE REGISTROS ADMINISTRATIVOS REQUERIDOS PARA CÔMPUTO DOS INDICADORES –

Total de domicílios na localidade e domicílios que satisfazem normas de “habitabilidade”, conforme levantado em pesquisa específica ou pelo IBGE.

Total de domicílios estimados pelo IBGE e total de ligações residenciais de água, informado pela Concessionária de Serviços de Abastecimento e Saneamento mais número de moradores e quartos para dormir em cada domicílio, conforme levantado em pesquisa específica ou pelo IBGE.

Nascimentos e óbitos de crianças até 1 ano registradas em Cartórios ou em Hospitais com Registros de Vacinações dos Postos e Secretarias de Saúde e população de 0 a 3 anos estimada pelo IBGE.

Registro de medidas de peso e altura de crianças de até 5 anos em pesquisa específica ou registros de programas de nutrição infantil.

E mais todos os estudos sociais, exigidos pela ONU para dar escopo de uma realidade digna para essa população necessitada de tudo e de habitação social e emprego, chegando a um Bem Estar Social digno para toda esta gente, no caso do Pinheirinho.

CONCLUSÃO FINAL

Conforme proposto na matéria Indicadores Socioeconômicos na Gestão Pública, ministrado pela professora Vanessa – UTFPR.

Na Unidade 1 - Que fala sobre Conceito dos Indicadores Sociais onde devemos estudar a importância dos indicadores sociais como instrumento de gestão, no setor público, seja ele no âmbito federal, estadual ou municipal e em todo conteúdo estudado na UTFPR.

Devemos propor e construir medidas para avaliar e melhorar as condições de vida de uma população.

Monitorar os efeitos de uma determinada ação governamental e de várias ações propondo metas e acertos, para que ela se torne positiva e não negativa, melhorando cada vez mais o bem estar social de uma população, seja ela qual for, independente de religião, ideologia ou partido, provendo a necessidade dos cidadãos brasileiros e da população, que são seres humanos e pagam seus impostos.

A elaboração de um diagnóstico de uma realidade social, vivenciada por famílias de uma comunidade, bairro, município, estado ou federação é realmente muito complexo, pois requer uma série de medidas sociais, econômicas e políticas, fazendo assim a mudança de um quadro social, para uma situação mais positiva, principalmente no caso estudado que é a Favela Pinheirinho.

Mexe com indicadores sociais, medidas qualitativas e quantitativas, onde é preciso mudar uma realidade social, para melhor ou para pior. No caso específico da apresentação deste trabalho, onde falamos de uma comunidade de São José dos Campos-SP - Chamada de Pinheirinho - a qual sobre ela incidiram decisões judiciais, políticas e sociais por um período de oito anos, fora o preconceito sofrido, tanto da esfera federal como da esfera municipal e estadual, onde levou-se oito anos para ver o que seria feito com esta população, tão necessitada de assistência social e política.

O que resultou em uma decisão errônea e arbitrária de uma juíza, que causou um problema social mais grave do que o que já existia que é o problema de Déficit Habitacional e que atinge não só o município de São José dos Campos-SP como todo o país.

Tínhamos um problema habitacional de um bairro clandestino no qual viviam três mil famílias e que perdurou por quase nove anos, pois não sabíamos onde colocar estas famílias e onde construir casas para elas, ficando a mesma a margem da sociedade preconceituosa e elitizada da cidade de São José dos Campos - SP.

A própria população da cidade, fingia não ter conhecimento deste povo e se pudessem, mandaria os mesmos para suas cidades de origem, só não se tinha ciência de que no meio deles tinham muitos joseenses. Nossa demanda de pessoas para a fila do programa habitacional, já há dez anos, já era grande o suficiente para causar um problema social sem contar com a população do Pinheirinho.

A saída era desapropriar o próprio bairro e junto com o Governo Estadual e Federal, através do CDHU - Estadual e o programa Federal - Minha Casa Minha Vida, construir em forma de mutirão as casas desta população do Pinheirinho.

Juntando forças estadual, federal e municipal poderia com vontade política independente de bandeira, comprar e desapropriar o terreno, revertendo o dinheiro para a massa falida, proprietária do terreno, pois é errado invadir a propriedade alheia, mais é mais grave ainda causar um problema social maior do que o que se já tem.

A área é tão grande que daria para a prefeitura entrar com a parte menor, que seria o saneamento, luz, asfalto e urbanização com praças, hospital, escolas, etc. A parte maior ficaria com o governo do estado e o governo federal.

Esta comunidade já residia ali por mais de oito anos, onde já tinha todo um projeto urbanístico feito por eles de maneira precária e clandestina, que era maior que muitas cidades do país.

Uma liminar federal já havia sido expedida, solicitando a não reintegração de posse do local e que nem foi esperada ser julgada, nela era solicitado que em medida de emergência fosse feita uma ação conjunta dos governos federal,

municipal e estadual para que não fosse feita a desapropriação do local o pedido de um consenso e um período de três meses para resolver o que seria feito do local e de sua população, onde hoje sobrou a massa falida e um imenso lixão de restos de entulho e móveis jogados ao relento.

Se na semana anterior o prefeito de São José dos Campos-SP tinha um problema para resolver, hoje ele tem dois problemas.

Como da noite para o dia você vai abrigar e dar comida, cama e roupa lavada para uma população tão grande e como fornecer escola e leite para tantas crianças, transporte escolar, emprego, ocupação e dignidade, para uma população tão grande, mesmo que você arrume um aluguel social de quinhentos reais por tempo indeterminado, vai se ter um problema social grave para ser resolvido por muito tempo, pois não se constrói casas em tempo tão curto para uma população tão grande e complexa como esta.

Essa população é carente de tudo e como vai caber dez pessoas dentro de um cômodo de R\$500,00 e ainda pagar água, luz, telefone, comida, etc.

São medidas emergenciais, mais o problema ficou mais grave do que era.

Por uma decisão errônea de uma juíza, só para mostrar que tem o poder da caneta e da toga, mostrando que é mais poderosa que as esferas superiores da justiça, acabou se precipitando onde hoje ela e o prefeito estão ameaçados de morte e bem em ano eleitoral, o que pode prejudicar e muito o prefeito que acabou sendo culpado por algo que não criou e não teve culpa, o que pode levar a oposição a retirar a prefeitura de SJC-SP do PSDB, há 16 anos no poder.

1. São José dos Campos – Wikipédia, a enciclopédia livre

pt.wikipedia.org/wiki/São_José_dos_Campos

A **SDS** - Secretaria de Desenvolvimento Social e todas as demais secretarias da cidade estão trabalhando muito bem e diuturnamente para resolver o problema e com certeza o prefeito e a chefia de gabinete está trabalhando muito e enveredando esforços imensos para resolver o problema da melhor maneira possível.

Só que agora é sair apagando todos os focos de incêndio que vão surgindo, pois o problema vai se perdurar por um longo tempo.

O coitado do prefeito ficou sabendo da desocupação, sendo acordado às 05h30minh da madrugada por um telefonema e agora está pagando o pato da Juíza, da Polícia e do Estado.

Olha as consequências de uma decisão precipitada e não planejada de uma juíza, com todo o respeito a ela e seu cargo, causou-se um problema social mais grave do que o que se tinha e ainda é capaz de os sem teto conseguirem a compra do terreno e lá mesmo for construído um bairro para eles, pois hoje a massa falida está com o terreno à venda, em leilão.

Veja este vídeo final:

http://www.youtube.com/watch?v=IYiS7GVC6qM&feature=player_embedded#!

Por mais que eles tenham errado em invadir terras que não eram deles, são seres humanos como nós, necessitados de muita coisa, imagine-se desempregado na mesma situação que a deles...

CUSTO DA OPERAÇÃO PINHEIRINHO



Fonte:Jornal O vale. 2012

Veja um vídeo sobre o Problema da Habitação e o Crescimento Desordenado nas Grandes cidades:

Vídeo sobre problemas da urbanização – disponível em:
<http://www.youtube.com/watch?v=T8r3wH8oBfo&feature=related>

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com tudo que foi analisado e estudado na UTFPR, e no Estudo de caso do Pinheirinho e em relação à Habitação em São José dos Campos – SP, faz com que tenhamos a impressão de que a força bruta, nunca deveria ter sido utilizada na Desocupação do Pinheirinho, tenho convicção de que em mais alguns meses com boa vontade política o caso se resolveria, bastava o Governo Federal se juntar com o Estadual e a Prefeitura, que em uma força tarefa conjunta, juntamente com os moradores locais, poderiam em força de mutirão, levantariam suas próprias casas.

O Governo Federal compraria o terreno da Massa Falida e o CDHU Estadual entraria com a construção das casas, os moradores com a mão de obra local e a prefeitura contribuiria, com o material, saneamento, asfalto, energia elétrica, praças, escolas, upas, hospitais, creches, etc.

Se todos tivessem tido boa vontade política e pessoal, teríamos evitado a ocupação militar e suas consequências, negativas.

A cidade tem um ótimo orçamento pode gastar bem com habitação e em dez anos dá para fazer um plano que torne zero o déficit habitacional e a evasão escolar, tornando o quadro cada vez melhor e mudando a realidade social do município, da para não ter mais nenhuma favela e empregar boa parte dos munícipes necessitados, mudando a realidade social de muitos cidadãos e dos moradores do Pinheirinho para melhor.

O que a Prefeitura local, gastou em verba de emergência para apagar o incêndio após a invasão e o conflito do Pinheirinho, daria para fazer muitas casas populares para os moradores carentes de São José dos Campos – SP.

O custo total, envolvendo desde o planejamento da retirada dos moradores, envolvendo, policiamento, helicóptero, logística, pós-operação, etc. Ficou maior do que resolvendo o problema pacificamente, com os R\$100.000.000,00 – Cem milhões gastos, daria para acabar com o Déficit Habitacional e melhorar a vida de todos os moradores do Pinheirinho em programas sociais do Governo.

Veja matéria abaixo:

'Operação Pinheirinho': custo ultrapassa R\$ 100 milhões ... - O Vale

www.ovale.com.br/.../operac-o-pinheirinho-custo-ultrapassa-r-100-m...Em cache

29 jan. 2012 – No abrigo aos desalojados foram gastos cerca de R\$ 3,5 milhões. O VALE considera como operação o planejamento, desocupação, abrigo e ...

Custo de Operação Pinheirinho daria para construir 2,5 mil moradias

www.dmptsp.org.br/.../1672-custo-de-operacao-pinheirinho-daria-pa...Em cache

2 fev. 2012 – O levantamento feito pelo jornal O VALE com base em dados oficiais. Cerca de R\$ 21 milhões foram gastos com a mobilização e infraestrutura ...

Vídeo Final:

http://www.youtube.com/watch?v=IYiS7GVC6qM&feature=player_embedded#!



Fonte: O vale - 2012

1. **[Desocupação do Pinheirinho – Wikipédia, a enciclopédia livre](http://pt.wikipedia.org/wiki/Desocupação_do_Pinheirinho)**
pt.wikipedia.org/wiki/Desocupação_do_Pinheirinho

REFERÊNCIAS:

BOSEL, Hartmut (1999) – Indicators for Sustainable Development: Theory, Method,. Applications. A Report to the Balaton Group. Winnipeg (Canada) ...

SANTOS, Clezio Saldanha dos. Introdução à Gestão Pública. São Paulo: Saraiva, 2006

SILVA, Cleber Demetrio Oliveira da. 01/2007. Gestão Pública. Disponível em: <<http://www.rzoconsultoria.com.br/noticias>>. Acesso Diversos: 2012.

DOLABELA, Fernando. Pedagogia Empreendedora – O ensino de empreendedorismo na educação pública...

Como elaborar projeto de pesquisa - Gll, Antonio Carlos - 4ª edição. 2002;São Paulo, Atlas.

DA COSTA - Eduardo José Monteiro - Autor: Livro - Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional.

DA VEIGA, José Eli – Cidades Imaginárias – O Brasil é menos urbano do que se calcula – Editores Associados – 2002.

COELHO, Ricardo Correa – O Público e o Privado na Gestão Pública, São Paulo: Editora Saraiva, 2009

TELLES JUNIOR, G. **Iniciação na Ciência do Direito**. 4ed. Revista e Atualizada, São Paulo: Ed.Saraiva, 2008

RUA, Maria das Graças – Políticas Públicas

PINHEIRO, Otilie Macedo – Plano Diretor & Gestão Urbana

JANNUZZI, Paulo de Martino – Indicadores Socioeconômicos

GRANJA, Sandra Inês Baraglio – Elaboração de Projetos

GRANJA, Sandra Inês Baraglio – Projetos Públicos

FERREIRA, Caio Márcio Marini. Crise e Reforma do Estado: uma questão de valorização do servidor. Revista do Serviço Público. Brasília: ENAP. 1996

RUA, Maria Graças da. Desafios da Administração pública brasileira: governança, autonomia e neutralidade. Revista do Serviço Público. Brasília: ENAP. 2009

LEITE, S.et al. Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro. São Paulo: Editora da Unesp. 2008

TORLONI, Hilário. Estudo de Problemas Brasileiros, pp.94, 150,182. Brasília: Editor Atlas, 2003.

<http://www.jusbrasil.com.br/topicos/290404/advocacia-administrativa>

(<http://www.jusbrasil.com.br/noticias>):

<http://www.direitointegral.com/2009/06/crime-prevaricacao-art-319-especial-fim.html>

UNICAMP - www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?2010

UNESCO - unesdoc.unesco.org/images/0019/001907/190752por.pdf 2012

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO - www.sjc.sp.gov.br/media, 2010).

SINDIPETRO - www.sindipetrosjc.org.br

IBGE – **IBGE :: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**
www.ibge.gov.br/2008

Vídeo sobre problemas da urbanização – disponível em:

<http://www.youtube.com/watch?v=T8r3wH8oBfo&feature=related>

1. Desocupação do Pinheirinho – Wikipédia, a enciclopédia livre

pt.wikipedia.org/wiki/Desocupação_do_Pinheirinho

1. São José dos Campos – Wikipédia, a enciclopédia livre

pt.wikipedia.org/wiki/São_José_dos_Campos

1. Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte ...

pt.wikipedia.org/wiki/Região_Metropolitana_do_Vale_do_Paraíba_e...

APENDICE 2 Roteiro de entrevistas para propensa, pesquisa no caso de uma desocupação local ou em algum lugar:

À quanto tempo você reside neste local?

Você tem escolaridade até que grau?

Você tem trabalho?

Há quanto tempo você reside aqui?

No caso de uma desocupação você tem para onde ir?

Que tipo de ajuda social, você precisa?

Você tem filhos, quantos?

Seus filhos estudam?